

Francisco José Alves

A REDE DOS CONCEITOS

uma leitura da historiografia de
Felisbelo Freire

A REDE DOS CONCEITOS:
uma leitura da historiografia
de Felisbelo Freire

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR

Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho

VICE-REITOR

Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli

COORDENADOR DO CONSELHO EDITORIAL

Prof. Luiz Augusto Carvalho Sobral

PROGRAMA EDITORIAL DA EDITORA DA UFS

Antônio Ponciano Bezerra

Péricles Moraes de Andrade Júnior

Mário Everaldo de Souza

Ricardo Queiroz Gurgel

Rosemeri Melo e Souza

Terezinha Alves de Oliva

CEAV/UFS

Giselda Santos Barros

Coordenadora Gráfica

Andreia M. do Valle Verona Fontes

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Sandra Pinto Freire

Capa

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Coordenador do Programa Editorial

Luiz Augusto Carvalho Sobral

Em convênio com a

Fundação Oviêdo Teixeira

Presidente

João de Seixas Dória

APOIO

Norcon - Sociedade Nordestina de Construções Ltda.

Francisco José Alves

A REDE DOS CONCEITOS:
uma leitura da historiografia
de Felisbelo Freire



Aracaju
2010

© 2010, by Francisco José Alves

Direitos exclusivos para esta editora:
Editora Universidade Federal de Sergipe
Cidade Universitária “Prof. José Aloísio de Campos”
Av. Marechal Rondon s/nº - cep: 49.100-000
São Cristóvão - Sergipe

Este livro, ou parte dele, não pode ser reproduzido por
quaiquer meios sem autorização, por escrito da Editora

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central
da Universidade Federal de Sergipe

A474m Alves, Francisco José
A rede do conceitos : uma leitura da historiografia
de Felisbello Freire / Francisco José Alves. – São
Cristóvão : Editora UFS; Aracaju : Fundação Oviêdo
Teixeira, 2010.
220 p.

ISBN: 978-85-7822-132-4

1. Historiografia. 2. Freire, Felisbello. I. Título.

CDU 930

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Francisco Carlos Teixeira da Silva pela, orientação, incentivo e confiança;

Ao Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães, in memoriam, pelas leituras atentas dos capítulos da tese, sugestões e serenidade contagiante;

A Antônio Carlos Viana, pela correção gramatical;

À mestra Beatriz Góis Dantas, minha iniciadora no campo da pesquisa social, pela disponibilidade de sempre, e pelas "cobranças" da tese, vestidas de suavidade e interesse;

A Naide Barbosa, amiga-irmã de longa data, pela comunhão existencial, solidariedade e cumplicidade. Naide, gratíssimo por tudo;

A Luís Dias Santos Filho, pelos muitos préstimos...;

A Joelina Menezes, amiga polimorfa, por saber que posso contar com sua disponibilidade generosa;

A amiga Jesana Batista, que leu este trabalho *in fieri*;

Ao amigo Selmo Queiroz Norte, antropólogo, que de Nova York me enviou fotocópia de um texto fundamental;

A minha sobrinha, Sheila Christiane Macário dos Santos, pela digitação desta tese;

Aos colegas e amigos do Doutorado, especialmente Néelson Porto Ribeiro, Andréia Frazão, Jessie Jane Vieira, Hilda Machado, Clara Emília Sanches M. de Barros, pela fraternidade intelectual e incentivo nas horas cavas de desânimo;

A Luciene Barreto de Mendonça, pela eficiente busca nos jornais envelhecidos da hemeroteca da Epiphâneo Dórea de Aracaju (SE);

Ao amigo Afonso Celso Machado, sempre presto no enviar de Brasília as fotocópias necessárias à feitura deste texto.

“Pensar nem consola, nem dá felicidade”.
FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx. *Theatrum
Philosoficum*. Porto Alegre: Anagrama, 1980, p. 72-73.

“De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?” FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 13.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - DO OBJETO E MÉTODO	19
CAPÍTULO II - A HISTORIOGRAFIA DE FELISBELO FREIRE: VISÃO GERAL	65
CAPÍTULO III - A REDE DOS CONCEITOS DA HISTORIOGRAFIA DE FELISBELO FREIRE	91
CAPÍTULO IV - A IDÉIA DE CIVILIZAÇÃO NA HISTORIOGRAFIA DE FELISBELO FREIRE	145
CONCLUSÃO - UMA HISTORIOGRAFIA HÍBRIDA	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	197

INTRODUÇÃO

No Brasil, são ainda poucos os estudos sobre a obra de historiadores. Tal fato revela a incipiência das análises sobre historiografias. As dificuldades do gênero têm, talvez, afastado os pesquisadores. No entanto, uma história da História bem desenvolvida é sinal da boa saúde de Clio. Não se pode pensar o desenvolvimento de um saber sem um respectivo movimento de autoconsciência representado pela História.

O evoluir do saber histórico, no Brasil, tem no século dezenove um momento crucial. A criação de instituições como Arquivo Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) atesta a significação do período.

O Oitocentos é, com razão, considerado o século da História. A criação de uma infra-estrutura de pesquisa pelo Estado é acompanhada do surgimento de historiadores relevantes na consolidação de um pensamento historiográfico brasilei-

ro, embora, obviamente, sob o influxo das idéias importadas da Europa. Esse é o caso de estudiosos como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Sílvio Romero, João Ribeiro e outros menos renomados. Nascidos na segunda metade do século passado, esses historiadores expressam a influência do cientificismo naturalista que dominou o horizonte das idéias filosóficas das pessoas cultas.

No rol dessas idéias, a historiografia tem destacado, ao lado do positivismo, o papel de relevo assumido pelo evolucionismo entre os intelectuais brasileiros.

Juntamente com Augusto Comte (1798-1857), Herbert Spencer (1820-1903) orientava o pensamento filosófico e científico de parte significativa da elite pensante daquela época. Capistrano de Abreu e Sílvio Romero, por exemplo, tiveram em Spencer um ponto de referência. Mas não apenas eles rezaram pelo catecismo do evolucionismo spenceriano. Outros historiadores realizaram pesquisas sob essa orientação teórica. Felisbelo Freire é um deles.

Felisbelo Freire viveu entre 1858 e 1916. Em sua existência, presencia uma série significativa de acontecimentos e transformações da sociedade brasileira: o fim da escravidão, o surgimento da República, a guerra de Canudos, a revolta Armada, a guerra do Contestado. Por fim, o início da

Primeira Guerra Mundial (1914). Trata-se, sem dúvida, de um momento de grandes mutações. No campo das letras, tem-se o enterro do Romantismo e a emergência do Realismo com o lançamento das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1881, por Machado de Assis. Época de mudanças políticas, sociais, econômicas. Mutações material e espiritual na vida brasileira.

Felisbello Freire tinha sete anos ao início da Guerra do Paraguai (1865-1870). A guerra atuou sobre a sociedade onde vivia o menino: Sergipe na segunda metade do dezenove. Sergipe, como outras províncias brasileiras, enviou voluntários para participarem do conflito militar, das operações de guerra. Filhos foram tirados das famílias para combater López. Foram poucos, todavia, os bem-nascidos que atuaram na Guerra. O grosso dos “voluntários” era formado de escravos. Muitos foram levados em ferros para o conflito. Voluntários, só de nome... Os efeitos da guerra sobre a sociedade brasileira foram estudados pela historiografia: questionamento da instituição escravocrata, ascensão dos militares e o desprestígio da monarquia. A instituição monárquica foi posta em confronto com as emergentes repúblicas sul-americanas. O Brasil afigurava-se retrógrado no concerto das jovens nações republicanas do continente.

Ainda sob os ecos da Guerra do Paraguai, Felisbello Freire vai para a Bahia e aí ingressa na Faculdade de Medicina (1875). Antes disso, em 1871, tinha feito os preparatórios no Colégio Atheneu, em Aracaju. Ao ingressar no curso de Medicina da prestigiosa escola baiana, tinha 17 anos. O adolescente da província vai enfrentar um centro científico da vida brasileira daquele tempo. FF insere-se na vida acadêmica. Faz amizades entre os mestres e os colegas. A faculdade era um foco de grandes discussões: escravidão, república, evolucionismo, positivismo... eram temas das conversas dos acadêmicos. Muitos dos professores eram adeptos do “bando de idéias novas” que siderava as mentes cultas daquele tempo. Era a gênese de uma formação: nascia ali o intelectual Felisbello Freire. Em 1887, é admitido como membro correspondente do Instituto Geográfico e Arqueológico de Pernambuco. Tal fato é resultado, provavelmente, da sua amizade com o historiador pernambucano José Hygino. Hygino forneceu a FF cópias de documentos para a elaboração da *História de Sergipe*.

Felisbello Freire foi um homem de múltiplas facetas. Em Laranjeiras-SE dos anos oitenta, fundou jornais, um clube político-literário, arregimentou o movimento republicano. Vitorioso o novo

regime, foi escolhido primeiro governador republicano do Estado (1889-1890). Depois de curto governo, rumou para o Rio de Janeiro onde veio a falecer em 1916. Em Sergipe, FF foi, sobretudo, um animador intelectual, um divulgador das novas idéias científicas. Teve papel destacado como disseminador do “bando de idéias novas” que animava os espíritos esclarecidos daquele tempo: evolucionismo, republicanismo, liberalismo, presidencialismo... Como jornalista, FF foi um vulgarizador da nossa tardia “ilustração”.

No Rio de Janeiro, continuou suas múltiplas atividades. Foi, inicialmente, ministro do governo Floriano Peixoto, dirigindo a pasta da Fazenda (1893-1894) e do Exterior (1893). A partir de 1897, é eleito deputado Federal pelo Estado de Sergipe. Ocupa o cargo nas legislaturas 1897-1899; 1903-1905; 1909-1911; 1912-1914; 1915-1917. Morre na condição de deputado, em 1916. Na fase carioca, militou no jornalismo, juntando imprensa e parlamento. Polemizou com Sílvio Romero, José Vieira Fazenda, Rui Barbosa e outros intelectuais.

É na historiografia que FF tem sua contribuição mais abrangente. Escreveu uma dezena de livros de história destacando a inaugural História de Sergipe (1891). Sua obra historiográfica demonstra amplo domínio das fontes impressas e

manuscritas, além de funda intimidade com as correntes científicas e filosóficas do seu tempo.

Foi membro do IHGB e do Instituto Histórico e Arqueológico de Pernambuco. Privou da amizade de João Ribeiro e de Araripe Júnior. Foi um homem antenado com a sua época, atuante e pensante.

Felisbello Freire foi admitido no IHGB em 1888 com o pequeno trabalho sobre a colonização de Sergipe. Em que pese o republicanismo notório do escritor, o Instituto o aceitou.

Em 1902, FF rompe com a instituição. O incidente teve como motivo um parecer do grêmio sobre sua **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Tendo o prefeito da capital estabelecido um concurso para que se escrevesse a história da capital fluminense, pede ao IHGB que julge se o trabalho de FF é merecedor do prêmio. A facção monarquista do Instituto reage aos ataques de FF à monarquia. O historiador é convidado para ler sua obra diante do Instituto. Terminada a leitura, alguns membros conseguem aprovar um parecer contrário ao trabalho. FF afasta-se definitivamente do IHGB e, em 1912, ao editar a obra, critica duramente o sodalício.

Felisbello Freire faz parte da chamada "Geração de 70". Essa designação recobre um conjunto

de intelectuais como Sílvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Capistrano de Abreu (1853-1927), Fausto Cardoso (1864-1906) Clóvis Bevilacqua (1859-1944), Artur Orlando (1858-1916), João Ribeiro (1860-1934), Graça Aranha (1868-1931), Tito Lívio de Castro (1864-1890) e outros. Essa geração foi fortemente marcada pela recepção das idéias científicas da segunda metade dos Oitocentos. Seus membros pugnam por uma transformação completa do Brasil, no campo político (substituição da Monarquia pela República), econômico (introdução do trabalho livre e o fim da escravidão), educacional (substituição de uma educação religiosa por um ensino baseado na ciência), literário (abandono da estética romântica e adesão ao naturalismo)¹.

¹ RODRIGUES, Anna R. A Geração de 70. **Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, jan-mar. 1981; v. 5, n. 16, p. 20-17; BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**. 3. ed. São Paulo: Cultri, 1986; BARROS, Roque Spencer Maciel de. **A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade**. São Paulo: Editora Convívio/ EDUSP, 1986. 440p; COLLICHIO, Terezinha Alves Ferreira. **Miranda Azevedo e o Darwinismo no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

CAPÍTULO I

DO OBJETO E MÉTODO

A obra histórica de F. Freire não teve o destino consagrador de muitos dos seus companheiros de geração, como João Ribeiro, Sílvio Romero, Laudelino Freire (seu irmão), Capistrano de Abreu, José Veríssimo, Araripe Júnior. Que razões explicam o inglório destino?

A filiação de Felisbelo Freire ao florianismo foi um fator de isolamento. Ele fazia parte daquilo que Sílvio Romero denominou “facção jacobina”. Segundo o crítico, tal facção era marcada pelo radicalismo e a intransigência. Formada de jornalistas, “declamadores” e republicanos históricos, teve no governo de Floriano Peixoto seu fastígio¹. Quando

¹ ROMERO, Sílvio. *Obra Filosófica*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1969. p. 278.

governador de Sergipe, FF teve uma típica atitude jacobina ao se negar a incluir José Luis Coelho e Campos na chapa para constituinte federal. Coelho e Campos fora filiado ao Partido Conservador, era um adesista². Como assinala Romero: “O primeiro ímpeto desse grupo político foi arrear da colaboração republicana todos e quaisquer homens que não tivessem militado nas fileiras do partido”³. O historiador põe-se na contracorrente da inteligência de então, frontalmente contrária ao “Marechal de Ferro”. A repressão à Revolta da Armada foi implacavelmente criticada por intelectuais, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. FF, fiel ao seu antigo chefe, escreve a História da Revolta... como resposta à maré de publicações desfavoráveis a Floriano Peixoto.

É admirável a coragem do historiador em manifestar-se num campo tão minado. O preço da ousadia foi o ostracismo. FF será, a partir de então, um escritor sem acesso às “igrejinhas literárias” da época. A ruptura com o IHGB (1902) será outro fator do seu isolamento intelectual.

² ARAUJO, Acrísio T. **História de Sergipe**. 2 ed. Aracaju: J. Andrade, 1967; WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe**. Rio: Pongetti, 1970 v. 1; FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: J. Andrade, 1986, v.1.

³ ROMERO, Sílvio. **Obra Filosófica**. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1969. p. 279.

É difícil aquilatar o valor intrínseco da obra histórica de Felisbello Freire. De algum modo, sua produção historiográfica viu-se condenada ao ostracismo intelectual. Apesar do relativo reconhecimento por ocasião da publicação, FF é hoje um historiador esquecido. A reedição de duas das suas obras nas décadas de 70 e 80, ao que parece, não o tirou do limbo. O destino da obra deve-se à marginalidade do autor frente a instituições da consagração como IHGB, o Colégio Pedro II, a Biblioteca Nacional (BN), a Academia Brasileira de Letras (ABL).

A produção historiográfica de Felisbello Freire não tem ligação estreita com as instituições ligadas à pesquisa histórica da época. Ao que parece, suas investigações foram autocusteadas. Fracassou a sua tentativa de ingressar, como docente, no Colégio Pedro II. Assim, a publicação de seus livros resulta do seu empenho pessoal. No prefácio da *História da Cidade do Rio de Janeiro*, o autor registra os gastos com copistas no levantamento dos dados utilizados na feitura da obra⁴.

Os livros de FF foram publicados por pequenas editoras do Rio de Janeiro. Tal fato revela sua marginalidade frente ao *status quo* cultural.

⁴ FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro: 1564-1700*. Rio de Janeiro: Typ. da "Revista dos Tribunais", 1912, v. 1. 398p.

Abordar a obra historiográfica de Felisbello Freire é um esforço para reverter a amnésia em memória. Trata-se de resgatar o pensamento de um historiador olvidado na história da historiografia brasileira. Mesmo considerando que o campo padece de uma grande rarefação, nele FF não tem merecido uma apreciação condizente com a importância da sua produção.

O pioneirismo no estudo de alguns temas e no uso de algumas fontes reclama para FF um lugar no estudo do pensamento historiográfico brasileiro, mas não somente. O autor foi um historiador múltiplo. Praticou diversos gêneros: história institucional, regional, econômica, política e territorial.

As razões para estudar Felisbello Freire são, em síntese:

1. É um historiador praticamente não estudado, e a sua produção historiográfica é vasta e variada. Foi pioneiro no uso de alguns tipos de fontes;
2. Ele é um lídimo representante da “historiografia naturalista” vigente no Brasil entre 1870 e 1930;
3. Os estudos sobre os historiadores brasileiros têm focado as figuras tutelares e descurado as figuras “periféricas”;
4. Estudar FF é nuançar o quadro da historiografia naturalista, expressão do naturalismo cientificista e literário da segunda metade do dezenove;

5. Estudar a sua historiografia representa uma oportunidade para se verificar a recepção do evolucionismo no Brasil;
6. Estudar os conceitos da historiografia de FF proporciona uma oportunidade de inventariar o léxico científico da historiografia naturalista ou, mais abrangente, o vocabulário circulante no meio científico de uma época;
7. Analisar os conceitos de uma historiografia é uma oportunidade para se debruçar no cerne do saber histórico, já que eles constituem o fundamento de qualquer conhecimento com ambição científica;
8. Estudar textos historiográficos é um meio de exercer o pensamento crítico vendo, de fato, o que são tais textos;
9. Em outra instância, estudar os textos historiográficos insere-se num movimento de crítica à crença do caráter referencial do texto histórico. Oferece uma ocasião de analisar a historiografia como constituição e não mera representação do extratextual.

1 OBJETIVOS DA ANÁLISE

Crete da importância da obra historiográfica de Felisbela Freire, esta pesquisa tem como meta principal

responder a uma questão básica: qual o perfil do seu pensamento histórico? Noutros termos, pretendo analisar o “estilo historiográfico” do autor.

Essa indagação central desdobra-se em questões mais particularizadas: 1) que autores formam a base teórica do historiador?; 2) qual o método explicativo adotado em suas obras?; 3) quais as categorias analíticas centrais?; 4) quais são os temas abordados?; 5) quais os critérios de periodização?; 6) quais são os agentes históricos postos em cena?; 7) quais as formas de exposição adotadas?

A posse das respostas dessas questões facultará uma compreensão da historiografia de Felisbelo Freire.

2 METODOLOGIA

A análise terá como condição inicial básica uma leitura cuidadosa do conjunto de toda obra histórica de Felisbelo Freire. A essa leitura se sucederão outras, visando responder ao eixo das questões que orientam a pesquisa.

Primeiramente, buscarei levantar todos os autores citados nos textos do historiador. O levantamento onomástico será complementado por um outro das obras. Essa estratégia visa demarcar o ho-

rizonte das teorias onde se move o autor enquanto produtor científico. Liga o pesquisador a uma rede de obras e autores que tornaram possível sua produção.

Nessa fase, há que se distinguir as obras usadas como fontes históricas daquelas usadas como apoio teórico e metodológico. O uso das obras de história atestará a familiaridade de Felisbelo Freire com a comunidade dos historiadores do seu tempo.

Uma outra etapa de leitura buscará identificar e analisar os temas das obras históricas de Felisbelo Freire. O propósito é vincular os temas abordados ao contexto histórico e intelectual da época da produção e publicação da obra. Esse expediente tem como fito pôr a nu a inserção do autor no campo da pesquisa realizada no Brasil, no momento político e ideológico de então. Significativa a esse respeito é a publicação da obra **História da Revolta de 6 de Setembro de 1893**, em 1896. Essa é uma defesa de presidente Floriano Peixoto. A obra insere-se claramente, portanto, num momento de polarização ideológica pugnano com outras que atacavam o "Marechal de Ferro".

Buscarei também inventariar os agentes sociais postos no cenário histórico. Quem pratica as ações? Essa abordagem desvelará para Felisbelo Freire, quem faz a História.

Os critérios (implícitos ou explícitos) de periodização serão evidenciados por meio de uma análise das datas-marco usadas por Felisbello Freire para ordenar as suas obras históricas. Essas datas podem mostrar o que o autor toma como significativo no devir histórico. Aqui, muito especialmente, o estudo revela-se mostrando suas opções teóricas e ideológicas, já que a periodização revela, inequivocamente, aquilo que o historiador destaca como mais marcante.

Uma análise preliminar da *História de Sergipe* (1891), quanto à sua periodização, mostra que Felisbello Freire adota como datas-marco da história estadual acontecimentos da esfera político-administrativa. Vale ressaltar que isso destoa da introdução teórico-metodológica existente no livro, pois ali o historiador escreve que a “raça” e o “meio” são as molas propulsoras da História. Evidencia-se um hiato entre o teorizado e o feito.

Uma outra etapa da abordagem consiste na caracterização das obras de Felisbello Freire quanto aos conceitos-chave que as sustentam. A leitura isolará as categorias analíticas estabelecendo a rede conceitual que permeia os livros. O levantamento dos conceitos será um meio de rastrear as influências teóricas e o viés adotado pelo investigador. A pesquisa irá:

- demarcar, na narrativa, o campo semântico de cada conceito;
- evidenciar a inter-relação entre os diversos conceitos ou a rede conceitual;
- investigar a procedência filosófica, ideológica, científica dos diversos conceitos utilizados;
- hierarquizar os conceitos, considerando a sua importância na estrutura narrativa.

Um contato inicial com a já citada *História de Sergipe* patenteia a presença constante de conceitos oriundos da Biologia e da Medicina. Tal fato é revelador da formação médica do autor, além da sua adesão ao evolucionismo que se caracteriza, entre outras coisas, pelo uso de termos biológicos na análise histórica ou sociológica. O propósito é que a linguagem revele o quadro teórico adotado pelo historiador.

Por fim, a análise textual porá em evidência as formas expositivas peculiares às obras de Felisbello Freire.

O fulcro da análise será o conjunto da obra historiográfica de Felisbello Freire. A biografia do autor e o contexto aparecerão apenas quando invocados pelo conteúdo das obras. Embora privilegiando os textos, irei considerar também elementos do contexto. A abordagem pretende, assim, evitar dois extremos antagôni-

cos: o textualismo e o contextualismo⁵. O ponto de partida, no entanto, será a imanência dos textos.

A análise deve voltar-se especialmente para o “aparelho conceitual” utilizado por Felisbelo Freire. O objetivo é recompor a rede dos conceitos com os quais o historiador opera. Tal abordagem tem como meta dar conta das teorias explicativas utilizadas. Os conceitos serão vistos como “sintomas” da filiação teórica do estudioso. Aqui, como noutros campos, a linguagem revela a pertença a um sistema de referência ou quadro explicativo. Um levantamento exaustivo das categorias é um meio seguro de situar o historiador numa ou noutra corrente teórica. Tal tarefa pode ainda revelar de que modo é feita a apropriação conceitual.

Uma aproximação inicial com a obra de FF aponta para uma presença significativa de termos oriundos do evolucionismo spenceriano. Mas não apenas Spencer faz-se presente.

A abordagem dos textos historiográficos de FF seguirá os seguintes passos:

1. leitura prévia de toda a historiografia do autor;
2. resumo de cada livro;
3. levantamento dos conceitos mais recorrentes;

⁵ BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas*. Campinas: Papirus, 1996.

4. fichamento das passagens referentes aos conceitos suscitados;
5. classificação dos conceitos consoante a sua função na narrativa historiográfica;
6. análise da rede conceitual, considerando sua procedência e função epistemológica.

Inspirada na “desconstrução” praticada por Jacques Derrida, a abordagem da historiografia de Felisbelo Freire será encarada em primeiro lugar como “uma” leitura possível. Dessa forma, fica-se distante da pretensão de uma leitura definitiva. A análise dará primazia aos textos do historiador. Eles serão a matéria-prima a ser investigada. A leitura quer ser minuciosa e cuidadosa ou, nos termos de Derrida, uma “micrologia do escapelo”.

A abordagem não irá postular os textos como umas unidades coesas. Ao contrário, a historiografia do autor será vista como um composto heterogêneo, constituído de diferenças. Neste sentido, farei aflorar o múltiplo presente na escrita historiográfica de FF.

Atenta às especificidades decorrentes da datação do material a ser analisado, a análise procura evitar atentamente o anacronismo, considerado por Derrida “falta grave de leitura”. Os textos serão entendidos no horizonte de onde emergiram: o campo das idéias filosóficas, no Brasil da segunda metade do século passado.

Embora tome como recorte a historiografia de um autor, minha leitura minimizará essa categoria, pois entende que a escritura é regida por forças que a transcendem. Em companhia de Derrida, não encaro o texto como mera manifestação de “intenções” autorais. Desse modo, a historiografia de FF manifesta forças para além da consciência pessoal do historiador. Seus textos remetem a outros textos numa rede intrincada de permutas e inversões.

Outro apoio metodológico da abordagem aqui intentada será a sociologia de Pierre Bourdieu ou, mais precisamente, a sua analítica do chamado “campo científico”. Por campo científico, o sociólogo entende um “sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial”⁶. A historiografia de FF enquanto produto ancorado no interior do campo historiográfico “é um lugar de lutas”⁷. Estamos no âmbito de uma sociologia do saber historiográfico. O propósito é superar a dicotomia entre a abordagem interna (análise da rede conceitual) e a explicação contextual (sociologia da historiografia).

⁶ BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. org. de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983a, p. 122.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. org. de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983a, p. 123.

Escreve Bourdieu: “a teoria do campo faz com que se recuse tanto o estabelecimento de uma relação direta entre a biografia individual e a obra (ou entre a classe social de origem e a obra) quanto a análise interna de uma obra em particular ou, mesmo, a análise intertextual, isto é, o relacionamento de um conjunto de obras”⁸. Para o sociólogo, não há antagonismo entre as duas perspectivas, mas complementariedade. Na sua visão, os “conflitos epistemológicos são sempre, inseparavelmente, conflitos políticos”⁹.

No caso em foco, a obra historiográfica de FF será considerada como inserida no campo do saber histórico, e sua obra como arma de combate numa luta contra a visão romântica da história brasileira.

Vou considerar a historiografia como um campo intelectual cindido entre posições concorrentes (romantismo/naturalismo). A obra histórica de FF é arma epistemológica contra uma outra forma de fazer historiografia (versão romântica) e, ao mesmo tempo, participa da luta contra a hegemonia religiosa sobre a consciência culta da época. A visão de Bourdieu possibilita encarar a historiografia do autor como conhecimento e, simultaneamente, arma e

⁸ BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 177.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b. p. 124.

cenário de luta. A noção de “campo historiográfico” viabiliza uma abordagem que supera a dicotomia interno/externo. Assim, por exemplo, os conceitos de extração spenceriana à luz dos quais FF dá forma à história são, ao mesmo tempo, utensílios epistemológicos e armas na sua luta contra e a historiografia romântica.

No ensaio “Por uma ciência das obras”, Bourdieu assinala a sua proposta como uma oportunidade de conservar tudo o que foi adquirido das abordagens internalistas e externalistas, formalistas e sociologizantes¹⁰. Lembra que o campo de produção intelectual é um “sistema de coordenadas” que define problemas, referenciais e conceitos, sendo pontos de remissão ao contexto.

3 QUADRO TEÓRICO

Embora a noção de estilo seja oriunda da Arte, não é descabida a sua aplicação no campo da história. É um truismo lembrar que o historiador, como qualquer produtor de textos, pode ser caracterizado por suas marcas estilísticas. O reconhecimento da dimensão estilística da historiografia tem sido cons-

¹⁰ BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Campinas: Papyrus, 1996. p. 62.

tante nos [grandes] historiadores da história: Fueter, Lefebvre, Gay e White. Falar de estilo historiográfico não implica considerar o discurso histórico em sua dimensão meramente estética. Aliás, mesmo na arte, a noção de estilo tem implicações, além de estéticas, ontológicas, gnosiológicas e epistemológicas.

A expressão “estilo historiográfico” recupera aquilo que singulariza o discurso de um historiador. É a marca individualizante. É também um índice de pertença ao campo das correntes de pensamento. Por meio dela, retoma-se a feição própria do produto da pesquisa: a síntese histórica. O estilo constitui a encruzilhada do indivíduo com o coletivo (a tradição recebida).

Outro apoio teórico da pesquisa será a desconstrução.

Centrada na questão da heterogeneidade, a desconstrução tem na noção de “diferença” o seu conceito basilar. Esta pode ser pensada como “movimento pelo qual a língua ou qualquer código, qualquer esquema de reenvios em geral constitui ‘historicamente’ o tecido de diferenças”¹¹. Derrida toma como sinônimo de diferença os termos: “reser-

¹¹ DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Porto Alegre: Rés, 1988. p. 42.

va”, “arqui-escritura”, “arqui-rastro”, “suplemento”, “traço”, “pharmakon”. A noção é, segundo o autor, de difícil compreensão no seio de uma linguagem e pensamento, ancorados na filosofia da identidade, na metafísica do mesmo. Assim, no tocante à diferença”, tudo... é estratégico e aventureiro”¹². O autor chega a confessar a impossibilidade de “expô-la”.

Segundo ele, é preciso grafar a palavra de um outro modo para assinalar a novidade do conceito posto em circulação. “Diferença” é aquilo que escapa à lógica da filosofia da identidade que domina o pensamento ocidental. Aproximar-se de tal conceito é perigoso pois, como escreve Derrida, “tudo no traçado da diferença é estratégico e aventureiro”. Ela não é uma essência. Escapa à nomenclatura tradicional do pensamento. Ela é da ordem do jogo. A partir da etimologia, Derrida assinala duas idéias ligadas à diferença: a temporização e o espaçamento. Por fim, o filósofo vai apresentá-la como sendo uma síntese complexa, não originária de marcas, de rastros, de retenções e pretensões¹³. A diferença supera tradicionais dicotomias. ela é estática e dinâmica, estrutural e histórica¹⁴.

¹² DERRIDA, Jacques. **Margens da Filosofia**. Porto Alegre: Rés, 1988. p. 33.

¹³ DERRIDA, Jacques. **Margens da Filosofia**. Porto Alegre: Rés, 1988. p. 44.

¹⁴ DERRIDA, Jacques. **Margens da Filosofia**. Porto Alegre: Rés, 1988. p. 48.

Numa tentativa de aproximação conceitual à “diferença”, Derrida irá apresentá-la como “feixe”, “intricação”, “tecedura”, “cruzamento”¹⁵. Mas revela: “A diferença não é palavra nem conceito”¹⁶.

É como “feixe” e “cruzamento” que pretendo encarar o quadro conceitual da historiografia de Felisbelo Freire. Enquanto “feixe”, esse conjunto conceitual é marcado pela heterogeneidade da procedência e do uso. Aqui convém lembrar o uso de conceitos oriundos da biologia pelo historiador, bem como a torção semântica sofrida pelos mesmos quando na escrita historiográfica.

A historiografia de Felisbelo Freire, enquanto caudatária de uma “herança”, é um “filtro (...) transformador”¹⁷. Nesse sentido, não posso vê-la como mera repetição dos princípios da historiografia naturalista na qual está inserida. O historiador opera uma síntese com elementos do naturalismo e do romantismo. Isso fica patente, por exemplo, no destaque dado aos “grandes vultos” no decorrer da síntese histórica. Naturalismo hibridamente sintetizado com o

¹⁵ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 29.

¹⁶ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 34.

¹⁷ DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume-Dumar, 1994. p. 140.

romantismo. Portanto, como lembra o desconstrutivista, a herança é sempre “seletiva e filtrante”¹⁸.

Em que pese a aproximação usual do termo “desconstrução” com o negativo (ideia de desfazer), esclarece o seu formulador que ela “nada tem a ver com destruição”. O método quer “estar alerta às implicações, à sedimentação histórica da linguagem...”¹⁹. Atentar para a “sedimentação histórica” dos conceitos utilizados por FF em sua historiografia implica analisar sua procedência e o uso.

Outro aspecto ressaltado por Derrida é o caráter infundável da “desconstrução”. Para ele, trata-se de uma “interpretação interminável”. Nunca chega a termo. Nunca se diz a última palavra sobre um texto ou conjunto de textos. A desconstrução, dessa forma, não se enquadra no campo dos métodos acabados que pretendem esgotar a verdade de um objeto²⁰.

Orientado por essa premissa teórico-metodológica, a análise da rede conceitual da historiografia de Felisbelo Freire não será finalizada, mas interrompi-

¹⁸ DERRIDA, Jacques. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 124.

¹⁹ DERRIDA, Jacques. “Estrutura, Signo e Jogo no Discurso das Ciências Humanas” In: MACKSEY, Richard; DONATO, Eugênio, (org) **A Controvérsia Estruturalista**. São Paulo: 1976, p. 260-284, p. 283.

²⁰ DERRIDA, Jacques. [Entrevista] In: **Entrevistas le Monde: Filosofias**. São Paulo: Ática, 1990b, p. 71-82. p. 76.

da. Estou ciente de que seria sempre possível afundar-se no poço sem fundo do texto abordado: a malha dos conceitos operados pelo historiador.

Uma leitura preliminar da obra histórica de Felisbello Freire já deixa entrever alguns elementos do seu “estilo historiográfico”: adoção de uma visão nômologica da ciência histórica, aceitação de princípios explicativos mesológicos e raciais, o uso de metáforas organicistas, a periodização através de marcos políticos ou administrativos, o predomínio da narração, a frequência da parataxe como recurso expositivo, a transcrição das fontes.

O conjunto desses traços reunidos dá à obra histórica do autor um perfil que o singulariza no rol dos historiadores da sua época e dos pósteros. A especificidade do pesquisador reside na forma como combinou esses elementos, às vezes, de natureza heteróclita.

Abordando o quadro conceitual da historiografia de Felisbello Freire, recorrerei, como já disse, à ‘desconstrução’ formulada e praticada por Jacques Derrida. No entanto, não será uma adoção fechada do método, tomando a historiografia de FF como objeto. A abordagem de Derrida será usada como um “sistema aberto” que encara os textos como “sintomas” e são marcados pela “diferença”. A gramatologia, outro nome da desconstrução, é um trabalho crítico

que visa trazer à cena o texto enquanto “escritura” (não como obra unificada pela presença de um autor e sua intencionalidade)²¹.

Um dos fulcros fundamentais da pesquisa é esmiuçar as “caixas conceituais” nas quais Felisbelo Freire põe as realidades históricas estudadas. Essas categorias de abordagem historiográfica são essenciais. Elas desvelam opções teóricas e metodológicas. São fundamentais, pois constituem matéria-prima de qualquer relato histórico, mesmo o mais ingênuo ou supostamente neutro. A linguagem denuncia pertenças teóricas e metodológicas e a subjetividade do historiador.

A meta da desconstrução é explicitar os limites do texto. Como o propósito autoral estiola-se na sua realização e as contradições sustentam o tecido textual. Desconstruir um texto é mostrar as “leis” do seu funcionamento, é desmontá-lo para ver como funciona, é explicitar as forças que o atravessam, é evidenciar sua pluralidade.

A desconstrução é uma forma singular de interpretação. Sua meta é fazer aflorar o múltiplo para além de qualquer princípio unificador. O desconstrutivista é um perito no escapelamento de textos. Sua tarefa reúne violência e minúcia. Ele é, essencialmente, um leitor atento, um dissecador de textos.

²¹ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

4 A FORTUNA CRÍTICA DE FELISBELO FREIRE: 1878-1991

Não é grande a fortuna crítica²² de Felisbello Freire (1858-1916). Entretanto, desde o século XIX, sua obra tem merecido a apreciação de historiadores, críticos, biógrafos. Arrolando este corpus²³, minha intenção é evidenciar a inexistência de trabalhos que examinem exaustivamente o pensamento historiográfico do autor e averiguar os parâmetros da Crítica na efetivação da análise. Acompanhemos, cronologicamente, a recepção da obra de Felisbello Freire.

O “nascimento” de Felisbello Freire enquanto historiador ocorre em 1888. Neste ano, o autor envia à revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro um artigo onde analisa os primórdios da colonização sergipana. Como de costume, os trabalhos recebidos pelo Instituto são submetidos à apreciação de uma comissão que exara parecer sobre o valor do

²² Fortuna Crítica: “Bom ou mau acolhimento dado a uma obra pela crítica.” HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 803.

²³ Infelizmente, ainda não é prática usual entre os historiadores a reunião, comentário e publicação de fortunas críticas. Na literatura, temos a Coleção “Fortuna Crítica” da editora Civilização Brasileira com volumes sobre Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Machado de Assis, dentre outros.

artigo assim como da pertinência de publicá-lo ou não. O artigo de Felisbello Freire é examinado por Augusto Vitorino A. Sacramento Blake e José Alexandre Teixeira de Melo²⁴, historiadores do Instituto. A opinião dos estudiosos é favorável. Para eles, o trabalho de Felisbello Freire “é de real valor” e, assim sendo, deve ser impresso na Revista e o seu autor é “merecedor de um lugar” no IHGB. Os examinadores apontam como mérito do texto as “considerações de ordem filosófica” e o fato de ser fruto de longas pesquisas²⁵. Para os pareceristas, Felisbello Freire deve ser admitido no reino de Clio.

Este parecer é muito significativo, pois expressa a visão do status quo historiográfico, a voz da instituição histórica do Brasil à época. Consonante com a orientação cientificamente vigente, os dois historiadores entendem que a boa História resulta de uma teoria filosófica aliada a um bom lastro empírico ou base documental. Este seria o caso do texto de Felisbello Freire.

²⁴ Para dados bibliográficos sobre esses historiadores, consultar: TAPAJÓS, Vicente; TÓRTIMA, Pedro. *Dicionário Bibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991-1993. 4 v.

²⁵ *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1888 t. 51, pte 2, p. 233-234.

O primeiro livro de história publicado por Felisbello Freire mereceu a atenção de uma figura proeminente da crítica literária brasileira da segunda metade do século XIX: José Veríssimo. Veríssimo, além de crítico, é também historiador participante do IHGB e, posteriormente, da Academia Brasileira de Letras. O parecer do crítico vale como uma consagração, dada a sua importância no meio intelectual. José Veríssimo sempre manifestou muita independência em seus juízos de crítico literário. Fazendo uma apreciação do movimento bibliográfico do ano de 1891, escreve²⁶: “O mais notável produto dos estudos históricos entre nós foi a História de Sergipe pelo Dr. Felisbello Firmo de Oliveira Freire”. Para ele, o livro é “uma preciosa contribuição para a história geral do Brasil”. Além desse valor intrínseco, é também “um documento em prol da razão histórica da federação”. O livro é ainda valorizado, na ótica do crítico, pelos documentos (inéditos ou não) que publica. O juízo de Veríssimo toma como critério de avaliação tanto o valor intrínseco da obra quanto o seu efeito político: ser um argumento em defesa da federação.

²⁶ VERÍSSIMO, José. *Teoria, Crítica e História Literária*. org. de Antonio Candido. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1977. p. 264-265.

Ciência e Política irmanam-se. A primeira fornecendo razões à organização federativa do Brasil republicano.

O lançamento da *História Constitucional da República do Estados Unidos do Brasil*, em 1894, enseja a manifestação de um intelectual (crítico e historiador) conceituado: Tristão de Alencar Araripe Júnior. Araripe Júnior dedica ao livro uma série de seis artigos, publicados no importante *Jornal do Commercio*²⁷. Nesses artigos, o crítico faz um resumo da obra e a dissecou quanto à orientação filosófica e metodológica, registra pequenas discordâncias pontuais. Em primeiro lugar, Araripe Júnior observa que Felisbello Freire escreve sua história da implantação da República no Brasil sob a orientação de Hippolyte Taine. Segundo ele, Felisbello Freire não se enquadra nos moldes da historiografia romântica (Michelet, Carlyle, Landor), mas na historiografia naturalista representada por Taine. A meu ver, em que pese esse enquadramento de Felisbello Freire nos limites do naturalismo historiográfico, ao menos na *História de Sergipe* e na *História Constitucional*, Felisbello Freire paga um largo tributo à historiografia român-

²⁷ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra Crítica*. Rio de Janeiro: MEC/Casa de Rui Barbosa, 1960. v. 2, p.335-358: *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Felisbello Freire*. p. 338.

tica, concebendo aos grandes homens um papel de destaque. Nota A. Júnior que o historiador afasta-se do positivismo, adotando o evolucionismo de corte liberal. De fato, desde sua formação em Salvador, ele adotou as idéias de Herbert Spencer como base do seu pensamento histórico.

A *História Constitucional* foi também apreciada pelo jornalista Alcindo Guanabara²⁸ através de uma resenha publicada na *Gazeta de Notícias*. O jornalista faz uma crítica favorável. Enfatiza o rigor documental (provas), a isenção do autor tratando de fatos nos quais teve papel relevante, a natureza interpretativa do livro: “Não estamos diante de um narrador servil”, mas diante de “um pensador que se socorre dos fatos para documentar opiniões”. Nota a ausência de preocupações estilísticas em Felisbello Freire “... pouco se dá de brunir a frase, de polir o estilo, de colorir a palavra.” Registra algumas discordâncias pontuais, por exemplo, quanto à importância atribuída por Felisbello Freire à imprensa no desenvolvimento do republicanismo.

Em 1903, nas páginas do *Jornal do Commercio*, Felisbello Freire trava longa polêmica

²⁸ GUANABARA, Alcindo. Resenha. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, p. 6-9 maio 1894. Apud FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. 2. ed. Brasília: Ed. da UNB, 1983. p. 16-25.

com o historiador e bibliotecário do IHGB, José Vieira Fazenda. A discussão teve origem com um discurso de Felisbello Freire na Câmara dos Deputados, afirmando ser o Rio de Janeiro “uma cidade toda foreira”. Vieira Fazenda defendia a tese contrária a que as terras da capital federal são alodiais. A querela historiográfica (e política) desenrola-se entre julho e setembro. Em que pese a discordância bem fundamentada do bibliotecário-historiador, este reconhece que Felisbello Freire, em matéria de História, “é senhor de caldeira e pendão”²⁹.

A morte de Felisbello Freire, em 1916, dá ocasião a algumas apreciações quanto ao homem e sua obra, incluindo a historiográfica. Todos os necrológios aventam a dedicação de Felisbello Freire aos estudos históricos, sua incansável busca aos documentos nos arquivos³⁰.

Morto o pesquisador, acompanhemos a recepção de sua obra histórica após o desaparecimento. Em 1921, Eugênio Egas³¹ publica uma série de necrológios de intelectuais falecidos entre 1916 e 1921.

²⁹ FAZENDA, José Vieira. Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, 1920, t. 88, v. 142, p. 141-194.

³⁰ Felisbello Freire: necrológio. **Jornal do Commercio**. Rio de Janeiro, 8 maio 1916, p. 3.

³¹ EGAS, Eugênio. **Necrológios: 1916-1919**. São Paulo: Typ. Siqueira & Cia, 1919. p. 34-35.

Nessa recolha, consta o necrológico de Felisbello Freire. Para Egas, Felisbello Freire é “um historiador de nascimento”. Seu lugar é entre os “mais assinalados” historiadores.

Alguns anos após, Dunshee Abranches, em seus perfis de governantes e congressistas do Brasil republicano, mostra Felisbello Freire como homem de rara inteligência. Lembra o biógrafo que o historiador “passava grande parte da existência escavando (sic) nas bibliotecas os mais raros e preciosos documentos históricos”³². Felisbello Freire, nessa apreciação, aparece como devotado caçador de fontes. Essa mesma imagem é fixada pelo cronista João do Rio: um assíduo frequentador da sala dos Manuscritos da Biblioteca Nacional.

Dissonante dessa imagem do homem e da obra, temos a visão de João Capistrano de Abreu³³. Segundo o historiador cearense, Felisbello Freire é “autor de vários livros de escasso valor.” Segundo ele, a República concedendo cargos (governador, Ministro) ocasionou “uma degradingolada física moral e intelectual” do historiador. Capistrano não justifica sua crítica demolidora.

³² ABRANCHES, Dunshee. **Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil**. São Paulo: M. Abranches, 1918, v. 1, p. 76-8.

³³ ABREU, João Capistrano de. **Correspondência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. v. 2. p. 172-173: Carta a João Lúcio de Azevedo - 1920.

Uma hipótese talvez explique o julgamento tão severo de Capistrano de Abreu sobre Felisbello Freire. O primeiro foi sempre cético em matéria de ideologias políticas, ao passo que Felisbello Freire foi, desde sua juventude, um apaixonado do republicanismo. Sua atuação começou em Laranjeiras (SE), fazendo conferências, criando jornais, fundando um Clube Republicano. O historiador foi, sem reboço, um republicano de primeira hora e não um “fisiológico”. Capistrano, ao contrário, nunca manifestou entusiasmo pela República. Sua visão trágica do Brasil não lhe permitia tamanha crença nos progressos com a instalação do novo regime. Se ele não hostilizou a República, também não era um entusiasta. Essa diferença é marcante entre os dois intelectuais. Outro fato expressivo é a ocupação por Felisbello Freire dos cargos de governador de Sergipe e de ministro do governo de Floriano Peixoto. O “Marechal de Ferro”, com sua conhecida truculência, sofreu a antipatia de parte da inteligência da época. Capistrano incluía-se entre os anti-florianistas³⁴. Como vimos, ele atribui à República a “decadência moral e intelectu-

³⁴ O anti-florianismo de Capistrano fica patente numa sua carta a Urbano Duarte de Oliveira. Nela o historiador refere-se ao ex-governante como “a mediocridade nefanda chamada Fl. ABREU, J.C. de. **Correspondência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. v. 2. p. 172-173: Carta a João Lúcio de Azevedo - 1920. v. 1, p. 63.

al” de Felisbello Freire. Pode ser que a diferença de ideal político entre os dois faça com que o mestre cearense exare um parecer drástico sobre um autor que, como vimos, teve críticas favoráveis de Araripe Júnior e José Veríssimo.

Felisbello Freire aparece num verbete do Dicionário Bio Bibliográfico de (1925) de Armino Guaraná, historiador sergipano, membro do Instituto Histórico de Sergipe. Guaraná assinala o “talento multiforme” de Felisbello Freire. Destaca a figura do historiador como garimpador de documentos³⁵. Na verdade, essa fama de catador pertinaz de documentos antigos vem desde sua juventude quando inicia a feitura da sua *História de Sergipe*, em Laranjeiras (interior de Sergipe). Em artigo de *A Reforma*, Gumercido Bessa, advogado sergipano formado pela Faculdade de Recife, já destacava a sua obstinação na busca e decifração de documentos antigos para compor a história da Província. Guaraná reitera essa tradição de valorização do pesquisador.

Um marco significativo na recepção crítica da obra de Felisbello Freire ocorre em 1958, ano do centenário do seu nascimento. Em uma conferência co-

³⁵ GUARANÁ, Armino. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925. p. 83.

memorativa, Bonifácio Fortes, professor da Faculdade de Direito de Sergipe, toma como tarefa analisar Felisbello Freire enquanto político, historiador e constitucionalista³⁶. Fortes revisa toda a obra historiográfica do historiador sergipano. Tratando da *História de Sergipe*, assinala o crítico o pioneirismo de Felisbello Freire, bem como o uso de fontes inéditas. Para ele, tal obra é a primeira tentativa de interpretação geográfica, etnológica e antropológica da história do Estado de Sergipe. Um outro mérito de Felisbello Freire, segundo ele, é não restringir à abordagem a esfera política administrativa e levar em consideração o meio natural e o social. Pioneirismo temático, ineditismo das fontes e visada abrangente são os valores da obra na apreciação do advogado.

A *História da Revolta de 6 de Setembro* é louvada por Fortes pela sua “imparcialidade”. Felisbello pautou o seu trabalho pelo tratamento isento de um fato no qual teve participação direta. Por fim, o crítico afirma ser a obra “uma contribuição inestimável à reconstituição histórica da terrível guerra civil”. Cuidando da *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1901), Fortes enfatiza a abrangência e a riqueza de

³⁶ FORTES, Bonifácio. Felisbello Freire - O homem público, o escritor e o constitucionalista. *Revista da Faculdade de Direito*, Aracaju, 1958, v. 5, n. 5, p. 226-275.

informações da obra. Para ele, este livro é “trabalho de paciência, força de vontade e inteligência”. A *História Constitucional*, por seu turno, é destacada como sendo expressão das tendências democráticas e progressistas do historiador. Também aqui Fortes louva a honestidade do historiador, tratando de forma objetiva um objeto querido: o regime republicano. Isso não implica, contudo, que Fortes aprove *in totum* o livro. Para ele, a *História Constitucional* peca pelas inexatidões e pela falta de uma boa digestão das teorias lidas. A *História Territorial do Brasil* (1906) é, na apreciação de Fortes, “a obra básica” de Felisbelo Freire. Alicerça sua afirmativa mostrando quanto é imprescindível a obra ao estudioso da ocupação humana do leste brasileiro. Finalizando a revisão da obra histórica de Felisbelo Freire, ele acentua os principais méritos de sua obra: inclusão do econômico e do social no campo da análise histórica, isenção e uso de fontes inéditas, farta ancoragem documental.

José Silvério Leite Fontes (1973), em nota sobre os vultos da historiografia brasileira, faz um pequeno resumo sobre a obra de Felisbelo Freire. Para ele, pode-se ver em Felisbelo Freire “rasgos de modernidade”.³⁷

³⁷ FONTES, José Silvério Leite. Vultos da Historiografia Brasileira: Felisbelo Freire. *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: n. 49, set. 1973.

Valorizar um autor pelo que tem de precursor ou de moderno é um procedimento usual na crítica e na história da historiografia. Um historiador de outra época torna-se importante à medida que prenuncia elementos atuais. Isso implica fazer dele um homem de duas épocas: a vivida por ele e a que prenuncia. Felisbello Freire, por essa ótica, seria um historiador do século XIX, mas também um contemporâneo. Essa crítica, centrada no presente, toma como parâmetro de julgamento, de valorização positiva, a aproximação com o hoje. Isso implica considerar o hoje epistemologicamente superior ao passado. A evolução de uma ciência seria uma progressão constante, um perpétuo aperfeiçoamento rumo ao presente. Felisbello Freire seria importante na medida em que inclui em seu relato historiográfico a noção da pluricausalidade, afastando-se da monocausalidade política peculiar à historiografia romântica. Outra alternativa possível é avaliar um autor nos termos de seu próprio tempo. Nessa perspectiva, o fito é entender qual a historiografia possível, significando, entre outras coisas, um descentramento em relação ao presente, considerando um autor, uma teoria nos termos do contexto onde esta teve vigência. Contra uma crítica de feição “narcisista”, pode-se pensar em uma crítica centrada no objeto.

Como Bonifácio Fortes, Silvério Leite Fontes valoriza a inclusão da causalidade psíquica, social, eco-

nômica, ambiental e racial. Para Fontes, a perspectiva pluricausal é um fator demonstrativo da “modernidade” de Felisbello Freire. O estudioso lembra, entretanto, que faltava a ele “visão clara e precisa sobre o elemento étnico”. É difícil concordar com Fontes quanto à este ponto. A introdução teórica da *História de Sergipe* mostra um Felisbello Freire muitíssimo atualizado quanto ao pensamento científico da época: segunda metade do século XIX. O historiador mostra-se ali plenamente “antelado” com as teorias correntes no seu tempo. A bibliografia citada evidencia isso de forma inequívoca.

Também, em 1973, Felisbello Freire recebe uma apreciação da parte do folclorista e historiador sergipano José Calazans Brandão da Silva³⁸. Ao fazer uma revisão da historiografia sergipana, Silva atribui a Felisbello Freire o papel de “pai da historiografia sergipana”. Fazendo eco a Fontes, o estudioso considera a *História de Sergipe* a “mais importante contribuição à historiografia estadual”. O valor da obra, segundo ele, assenta-se no uso de fontes inéditas manuscritas, bem como na publicação de um corpus de cartas sesmarias. Mas, segundo Silva, “a grande síntese

³⁸ SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1992. p. 14-15.

histórica de Sergipe” é a parte referente ao Estado da **História Territorial do Brasil**.

Temos, ainda nos anos 70, o estudo de Paulo Mercadante³⁹, incluído na segunda edição da **História de Sergipe** (1977). No prefácio, o estudioso contextualiza Felisbello Freire, mostrando-o como membro da “Ilustração Brasileira”. Tratando da **História de Sergipe**, particularmente, Mercadante afirma que sua leitura é indispensável à compreensão do presente. O crítico expressa, assim, a crença historicista de que o passado explica o presente. Louva a obra pela maturidade de sua elaboração. Lembra ele que esta foi resultado de quase dez anos de pesquisas e estudos. Finalizando a análise, Mercadante classifica Felisbello Freire como um intelectual de filiação evolucionista e acentua que, no Brasil, essa corrente filosófica mesclou-se com outras orientações, tornando-se um ecletismo.

Em 1987, Maria Thetis Nunes, historiadora sergipana, professora da Universidade Federal de Sergipe, dedica a Felisbello Freire uma pequena nota. Para ela, a **História de Sergipe** é “a única interpretação em conjunto da evolução histórica de Sergipe”.

³⁹ MERCADANTE, Paulo. Felisbello Freire, um vulto da Ilustração Brasileira. In: FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Aracaju: Governo do Estado, 1977. p. 11-18.

Inserindo o historiador entre os membros da “Geração de 70”⁴⁰, Nunes vê em Felisbello Freire um precursor do “nacionalismo” na interpretação da realidade nacional. Aqui o nacionalismo é identificado como traço ideológico de natureza positiva. Felisbello Freire, para a estudiosa, emparelha-se com Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, João Ribeiro, Euclides da Cunha e Alberto Torres⁴¹.

O centenário da publicação da *História de Sergipe* (1991) levou o professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe, Francisco José Alves, a publicar uma resenha da obra centenária⁴². O resenhista apresenta um resumo da obra e, em seguida, faz algumas considerações críticas. Nota um hiato entre a teoria esposada pelo autor e a análise efetivamente realizada. O determinismo mesológico e racial do início do livro é abandonado quando o historiador narra a história sergipana. Tal hiato configura um ecleticismo⁴³ entre naturalismo e romantismo.

⁴⁰ Para um perfil da “geração de 70”, consultar: RODRIGUES, Anna Maria Moog. A Geração de 70. *Ciências Humanas*. Rio de Janeiro, jan./mar. 1981, v. 5, n. 16, p. 20-27.

⁴¹ NUNES, Maria Thetis. Felisbello Freire, o historiador. *Caderno do Estudante*, Aracaju, n. 4, 1987.

⁴² ALVES, Francisco José, Centenário de uma História Inaugural. *Jornal da Manhã*. Aracaju, 29 dez. 1991, Suplemento Arte & Palavra, p. 6.

⁴³ O ecletismo de Felisbello Freire, como vimos, foi notado por Araripe Júnior e Paulo Mercadante.

O acompanhamento da recepção da obra historiográfica de Felisbelo Freire deixa entrever alguns aspectos do ideal histórico que tem guiado a crítica na leitura apreciativa do historiador. A crítica da crítica deixa evidente que a crítica historiográfica⁴⁴ é um julgamento quanto ao que deve ser o saber histórico. Alguns parâmetros aparecem de modo muito claro. Vejamos, primeiramente, os valores intrínsecos que deve possuir a “boa” obra de história. Aparece aqui o ideal da “objetividade”. O “bom” historiador é aquele que não se deixa perturbar pelas paixões e narra as coisas como de fato ocorreram⁴⁵. A “objetividade” em termos éticos, a “honestidade” do pesquisador possibilita não distorcer as coisas acontecidas. Esse parâmetro aparece, de modo inequívoco, nas apreciações de Alcindo Guanabara e Bonifácio Fortes.

Outro fator importante, segundo a crítica, é o embasamento documental da “síntese histórica”. Essa virtude capital do historiador é a principal

⁴⁴ Sérgio Buarque de Holanda escreve sobre esse tipo de avaliação: “Uma Crítica dessa natureza corre facilmente o risco de torna-se anacrônica (...), excomungando um autor simplesmente porque seguiu critérios e referências próprios do tempo em que viveu, não do tempo que vivemos”. A atual e o inatual em Ranke. In: RANKE, Leopold, von. *História*. Org. de SBH. São Paulo: Ática, 1973. p. 7-62. p. 33.

⁴⁵ Temos aqui o ideal rankiano de narrar as coisas como de fato ocorreram.

qualidade de Felisbello Freire. O discurso histórico não é divinatório. É dever do pesquisador estribar suas afirmativas nas fontes. A fortuna crítica do historiador está cheia de apreciações cujo eixo da valorização positiva reside nesse ponto. Esse é o caso de Augusto Vitorino Sacramento Blake e José Alexandre Teixeira de Melo, José Veríssimo, Dunshee Abranches, Armindo Guaraná, Bonifácio Fortes, José C. Brandão da Silva, Paulo Mercadante. É difícil não concordar com a crítica neste ponto essencial: as fontes são, de fato, condição indispensável na feitura da história.

Mas, na visão da crítica, “objetividade”, “honestidade” e base documental não são suficientes para forjar uma “boa história”. É preciso que esta possua uma teoria que dê conta da interpretação dos eventos. A teoria é um guia que orienta o pesquisador na exposição do drama histórico. Ela responde à questão do significado das coisas narradas, pois, além de ser relato, a historiografia deve prover de sentido os eventos. Essa é a função de uma filosofia da História⁴⁶. O evolucionismo de Felisbello Freire, na perspectiva da Crítica, tem este papel de provedor de senti-

⁴⁶ Sobre a função das teorias na Historiografia, ver: MORA, Jose Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. 5. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1971. p. 849-856: História.

do. Felisbello Freire é um bom historiador, pois não é um mero catador de fatos escondidos em velhos alfarrábios. Ele possui uma filosofia que dá sustentação e sua narrativa. Desde a recepção crítica do IHGB até os intérpretes atuais, todos têm enxergado na obra do autor uma teoria que informa a sua síntese histórica. Essa dupla necessidade (de base empírica e teoria orientadora) está no cerne da historiografia. Alcindo Guanabara, Sacramento Blake, Araripe Júnior, no passado; e Mercadante e Fortes, no presente, diagnosticam a orientação filosófica de Felisbello Freire: um evolucionismo mesclado e outras teorias explicativas.

Há de se considerar ainda o papel da ideologia política na elaboração de narrativa historiográfica. Essa questão remete à função social do historiador e do conhecimento histórico. Esse elemento aparece claramente na crítica de José Veríssimo à *História de Sergipe*. Para ele, como já vimos, uma das qualidades positivas da obra é fornecer razões históricas para o federalismo republicano. A *História*, nesse caso, fornece apoio a uma ideologia política: o federalismo. A observação de Veríssimo está em consonância com o espírito que orientou a elaboração da obra citada. Em seu prefácio, Felisbello Freire esclarece os motivos que o levaram a escrever a história do Estado de Sergipe. O livro, diz ele, quer mostrar a importância de Sergipe no desenvolvimento da "civilização brasileira". Ao longo da obra,

Felisbello Freire acentua o papel dos moradores de Sergipe no progresso do Brasil. Com esse propósito, ele enfatiza o papel dos sergipanos na luta contra o “invasor” holandês. Na *História Constitucional*, por sua vez, ele destacará o papel da Escola de Recife na “emancipação científica” das mentes brasileiras da segunda metade do século XIX. Para ele, a emergência do regime republicano muito deveu aos intelectuais formados pela Faculdade de Direito do Recife, liderados pelo sergipano Tobias Barreto. Felisbello Freire parece animado por um certo regionalismo ou, mesmo, “estadualismo”. A história é pensada, nesse contexto, como meio de luta política de afirmação da identidade regional⁴⁷. A História de Sergipe é feita pelo seu autor como uma forma de reparar o olvido que tinha sofrido Sergipe no âmbito da historiografia nacional. Felisbello Freire é o “anjo vingador” do estado esquecido pelos historiadores da Corte. A história é aqui inequívoca arma de luta política na afirmação das unidades da federação.

⁴⁷ Este mesmo espírito anima historiadores coetâneos de Felisbello Freire como, por exemplo, Guilherme Studart, do Ceará. Expressivas, a este respeito, são as palavras deste último, prefaciando um documento sobre a conquista espiritual do Ceará em 1608: “Sua leitura, estou certo, levantará no coração de cada Cearense um altar de gratidão imperecível à memória dos dois humildes sacerdotes, cuja vida de devoções e sacrifícios esbocei palidamente”. STUDART, Guilherme. Francisco Pinto e Luiz Figueira. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1903, t. 17, p. 51-96.

Ao fim desta análise, pode-se desenhar o “tipo ideal” de historiador segundo a Crítica. O “bom” historiador é aquele cujo relato resulta da exaustiva pesquisa de fontes (manuscritos arquivísticos, bibliografia). Marca também a qualidade do pesquisador o uso de fontes até então não descobertas (valor do ineditismo). Felisbelo Freire é louvado pelo fato de ser um pertinaz caçador de manuscritos e livros empoeirados. Bom historiador é também aquele que possui uma filosofia que dê sentido aos eventos narrados. Finalmente, a obra histórica deve ser útil às questões políticas do presente. A história torna-se uma arma na luta política⁴⁸.

Um aspecto chama a atenção ao apreciar o ideário da Crítica quanto ao que deve ser a narrativa historiográfica. Fundamentalmente, observa-se a permanência de um padrão: ao que parece, o modelo de “ciência histórica” proposto por Longlois e Seignobos ainda vive⁴⁹.

Isso não implica afirmar que os historiadores, em sua totalidade, permanecem fiéis aos padrões do positivismo. O quadro deve ser nuançado. Desde o

⁴⁸ Para uma visada sobre as relações entre Historiografia e Política, CF: FEUTER, Eduard. *História de la Historiografia Moderna*. Buenos Aires, Editorial Nova, 1953. v. 2.

⁴⁹ LANGLOIS, C. V; SEIGNOBOS, Ch. *Introduction aux Etudes Historiques*. Paris: Hachete, 1902.

começo do século, a Escola dos “Annales” desfechou duros golpes na chamada “historiografia factual ou positivista”. A crítica residia, sobretudo, na natureza do fato histórico. Contra a crença positivista que os fatos estavam nos documentos e que o papel do pesquisador era apenas coletá-los, os analistas afirmam a idéia da construção do fato, como de resto, de todo o fato científico. Marc Bloch declara peremptório: “Nada é dado, tudo é construído”⁵⁰. Pode-se dizer que a historiografia “de ponta” no Brasil, como no mundo, não cultiva a crença de que os fatos históricos independem do investigador. A noção do fato construído já se tornou um senso comum nos pólos produtores da historiografia: centros de pós-graduação em História espalhados pelo Brasil. Todavia, não se pode afirmar a morte completa do ideal positivista da objetividade do fato histórico. Essa crença residual permanece na periferia: os institutos históricos, as academias estaduais de letras eram eruditos provincianos. Nesse meio, a revolução dos Annales ainda não chegou. Cultiva-se a concepção da independência do objeto histórico em relação ao historiador. Essa crença remanescente vigora ainda. Assim sendo, a fortuna crítica de Felisbelo Freire, quase toda ela, produ-

⁵⁰ BLOCH, Marc. *Introducción a la Historia*. 2. ed. Mexico: FCE, 1992.

zida na periferia, está pautada pela noção positivista do fato histórico. A tradição sobrevive. É até possível que tal ideário sobreviva por muito tempo, configurando um divórcio entre o centro e a periferia, entre a história universitária e a história erudita.

Por outro lado, a revisão realizada patenteia a inexistência de trabalhos que realizem uma abordagem exaustiva e sistemática do pensamento histórico de Felisbello Freire. Essa lacuna visto preencher, realizando uma crítica compreensiva da obra historiográfica do historiador. Uma abordagem que procura examinar as categorias principais com as quais se desenvolve a historiografia de Felisbello Freire em sua articulação com o evolucionismo, o romantismo e o naturalismo. Tratando dos conceitos, penso chegar ao cerne do ideal histórico de Felisbello Freire, pois não se pode pensar um relato histórico despido desses elementos fundamentais.

FELISBELO FREIRE: CRONOLOGIA
DA VIDA E OBRA

- 1858 - Nasce na Vila de Itaporanga da Ajuda (SE), em 30 de Janeiro.
- 1876 - Termina os "Preparatórios" no Colégio Atheneu Sergipense - Aracaju-SE.
- Ingressa no curso de medicina da Faculdade de Medicina da Bahia.
- 1881 - Defende a "Tese Inaugural", em 22 de Novembro.
- 1882 - Cola grau em Medicina e muda-se para Laranjeiras-SE.
- 1884 - Funda, em Laranjeiras, o jornal O Horizonte.
- Publica "A População de Sergipe, suas leis e desenvolvimento".
- 1887 - Funda o jornal O Laranjeirense.
- Faz a conferência *Evolução da Matéria*, no Club Democrático de Laranjeiras.
- 1888 - Funda o jornal O Republicano e o Club Republicano.
- Publica, na *Revista do IHGB*, o artigo "Memória sobre a colonização de Sergipe".
- Muda-se para o Rio de Janeiro.

- 1889 - Participa do corpo de redatores da *Revista Sul Americana* (RJ) ao lado de João Ribeiro, Silvio Romero e Araripe Júnior.
- Volta a Sergipe, nomeado primeiro governador republicano do Estado.
- 1890 - Demitido do cargo, volta ao Rio de Janeiro e é eleito deputado constituinte.
- 1891 - Publica: *História de Sergipe*.
- 1893 - É nomeado ministro do Exterior e da Fazenda por Floriano Peixoto.
- É um dos redatores do *Jornal do Brasil*.
- 1894 - É exonerado do cargo ministerial.
- Publica: *Relatório do Ministro das Relações Exteriores*.
História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil, v. 1 e 2.
- 1895 - Publica: *A Questão das Loterias*
História Constitucional... v. 3
História da Revolta de 6 de Setembro.
- 1896 - Publica: *Noções de Direito Pátrio e Economia Política*.
Elementos de História Natural.
História do Brasil para o curso Primário.
- 1897 - É eleito Deputado Federal por Sergipe (1897-99).

- 1898/ - Dirige a *Gazeta da Tarde* (Rio). Faz
 1902 oposição ao governo Campos Sales.
 1899 - Publica: *História da Cidade do Rio de Janeiro (1500-1900) Comentários à Constituição Federal*.
- 1902 - Afasta-se do IHGB.
 1903 - É reeleito Deputado Federal por Sergipe (1903-1905).
 - Polemiza com o historiador José Vieira Fazenda (1847-1917) sobre o estatuto jurídico das terras do município do Rio de Janeiro.
- 1904 - Ministra curso de história do Brasil na Universidade Popular (Rio).
- 1905 - Publica: *Manifesto Político aos Sergipanos*.
- 1906 - Publica: *História Territorial do Brasil*, v.1.
 - *Direito do Amazonas ao Acre*.
 - Faz concurso para a cadeira de História Geral do Colégio Pedro II (RJ). Na ocasião, é examinado por João Ribeiro e Capistrano de Abreu. Embora aprovado em primeiro lugar, a congregação do colégio escolhe o segundo aprovado: Luiz Gastão d'Escragolle Dória (1869-1948).

- 1907 - Publica: *História do Banco do Brasil*.
- Eleições de oito de Abril em Sergipe.
- *Arquivos Parlamentares do Brasil*.
- *Os portugueses no Brasil*.
- 1908 - Traduz *Lei Constitucional Americana* de J. L. Clark.
- 1909 - É reeleito Deputado Federal (1909-1911).
- 1911 - Publica: *Os Bastidores da Política no Brasil*.
- 1912 - É reeleito Deputado Federal (1912-14).
- Publica: *História da Cidade do Rio de Janeiro (1564-1700)*, v.1.
- 1913 - Publica: *A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil interpretada pelo Supremo Tribunal Federal*.
- 1915 - É reeleito Deputado Federal (1915-1917).
- 1916 - Falece em 7 de Maio, no Rio de Janeiro.

CAPÍTULO II

A HISTORIOGRAFIA DE FELISBELO FREIRE: VISÃO GERAL

“Não existe história (...) que não esteja fatalmente submetida à interpretação do historiador” (FAURÉ, Élie. *A Arte Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 17).

“Um homem se propõe à tarefa de desenhar o mundo. Pouco antes de morrer, descobre que este paciente labirinto de linhas traça a imagem de sua própria cara” (BORGES, Jorge Luís apud: CHAVES, Flávio L. *História e Literatura*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991, p. 87).

Este capítulo fornece uma visão geral da historiografia de Felisbello Freire, composta basicamente por dez livros publicados. O propósito é, a partir de uma visão de conjunto, caracterizar a produção do historiador nos seus traços mais frisantes.

TEMÁTICA

A obra historiográfica de Felisbello Freire tem temática variada. Ao longo da sua produção, o his-

torizador praticou desde a história geral até a história institucional. Sua obra inaugural, a *História de Sergipe*, trata da evolução do estado sob o ângulo político-administrativo. Quanto ao gênero, a historiografia de FF pode ser agrupada em história político-administrativa (*História de Sergipe*, *História da Cidade do Rio de Janeiro*) (*História do Banco do Brasil*); História Política (*História da Revolta... História Constitucional...*, *Os Bastidores da Política do Brasil*); História Social (*Os Portugueses no Brasil*, *História Territorial*). No tocante aos temas, FF estudou unidades administrativas (Sergipe, Rio de Janeiro, Brasil); uma instituição financeira (*o Banco do Brasil*), ocupação territorial dos estados de Sergipe, Bahia e Espírito Santo.

Nota-se, na historiografia do pesquisador, um predomínio dos objetos de natureza política. Neste sentido, sua produção é tributária da historiografia romântica. É no interior dessa vertente que a história é entendida como sendo a narrativa da gesta do Estado e seus prepostos. Historiar é descrever as peripécias da política. FF, na maioria de suas obras, paga tributo ao romantismo, embora confesse a sua opção consciente pela historiografia cintificista de corte naturalista. Tal fato, entretanto, não faz dele um lídimo historiador romântico

nos moldes do IHGB. A introdução do social, do econômico faz dele um historiador sincrético.

FORMA EXPOSITIVA

A obra histórica do autor é predominantemente narrativa. A presença da explicação é diminuta. Outro traço caracterizador é a abundância de transcrição das fontes. Grande parte dos textos é formada por essas longas citações [50 %].

A historiografia de FF não apresenta variação no tocante à forma de apresentar a chamada síntese histórica. Sua obra tem um estilo comum à época: a narrativa. Para FF, como para os demais historiadores do seu tempo, historiar é narrar uma sucessão de eventos, na ordem temporal em que aconteceram. História é a epopéia narrativa, verdadeira, de um reino, uma dinastia, um povo ou uma sociedade. Assim, o autor entende e enforma a sua produção historiográfica concretizada em livros.

Há, contudo, peculiaridades na forma de o historiador tecer a sua narrativa. Ele apresenta os eventos como uma sucessão de quadros ou encenações emolduradas por frases típicas de apresentação e encerramento.

Felisbello Freire escreve a história como sendo um conjunto de encenações. O processo histórico e

uma sucessão de quadros passados reconstituídos pelo trabalho do pesquisador. O historiador, a exemplo de J. Michelet, ressuscita os mortos. Nesse procedimento, a imaginação e a visão têm um papel primordial. A reconstituição é pictorial, fotográfica. Ele põe a nossa frente quadros da história. Indicativos dessa posição são as frequentíssimas expressões usadas para fechar ou abrir “quadros”: “eis aí”, “aí estão”, “vejamos”, “analisemos”, “consideremos”. O historiador como quem toma o leitor pela mão e o conduz por uma galeria e nela vai mostrando uma sucessão de “quadros” resultantes do seu trabalho de reconstituição.

Outro traço peculiar à narrativa historiográfica de Felisbello Freire é o uso recorrente de metáforas biológicas. Valendo-se, muitas vezes, de uma terminologia nosográfica, o historiador biologiza a sociedade, encarando-a como organismo vivo sujeito às mesmas vicissitudes de qualquer animal. Não é descabido afirmar que o médico co-historiador encara as sociedades com as mesmas lentes conceituais adquiridas quando da sua formação na Faculdade de Medicina da Bahia. A medicina fornece uma linguagem e uma ontologia.

Algumas metáforas, colhidas na obra de FF, dão mostras de como a linguagem médica é jargão peculiar do historiador sergipano. Analisando a “Revolta

da Armada” em *História da Revolta...* (1894), ele escreve: “Era, (...) a revolta um corpo estranho no organismo da nação e que já não produzia a irritação e a morte dos tecidos. Ela tendia a enquistar-se e a atrofiar-se. E foi por um processo de desvitalização que foi vencida” (p. 199).

Prisioneira dessa linguagem, a obra de FF está repleta de termos como “foco”, “sintoma”, “órgão”, “função”, “germe”, “célula”, etc. Sem dúvida, a Medicina fornece ao estudioso o seu vocabulário básico.

A linguagem organicista faz-se presente sobretudo na *História Constitucional...* (1894) e na *História da Revolta...* (1896). Nessas obras, abundam termos procedentes da Patologia e da Biologia. A metáfora da sociedade como organismo forma a base da inteligência histórica de Felisbello Freire. As razões da adoção de tal jargão não são apenas de natureza profissional (ter estudado Medicina). Elas apontam para uma convicção básica do evolucionismo spenceriano: “a sociedade é um organismo”.

Assim, o autor faz largo uso de termos como “órgão”, “corpo”, “organismo”, “função”, “seio”, “germe”, “proliferação”, “inerte”, “esterilizar”, “vírus”, “plasma”, “endemia”, “diátese”, “enquistamento”, “isquemiar”. Essas são suas metáforas favoritas. A linguagem adotada manifesta uma opção teórica, um

viés metodológico, uma ideologia política. O jargão trai, revela uma pertença.

O uso de metáforas biológicas tem, na historiografia de FF, função epistemológica e política. Elas são recursos para facilitar o conhecimento, apelando para o repertório linguageiro do leitor; a metaforização facilita uma apreensão mais imediata de um fenômeno ou situação. Ao qualificar uma sociedade de “doente”, por exemplo, imediatamente desencadeio no leitor certa imagem mental. Isso abrevia exposição, é recurso comparativo.

Ao mesmo tempo, tem efeitos políticos. Qualificando algo de doentio, joga sobre ele toda uma carga de negatividade que comumente vem associada à idéia de doença. Predomina, entretanto, nos textos do autor, a linguagem biológica com pretextos claramente gnosiológicos.

Embora tenha enfatizado a natureza narrativa da historiografia de Felisbelo Freire, é conveniente observar nela a presença de outros procedimentos discursivos. Aliás, como lembram os estudiosos das formas discursivas, descrição, narração e dissertação não são gêneros estanques, mas se misturam uns com os outros. O que há, de fato, é a predominância deste ou daquele gênero. Assim, a historiografia em foco traz trechos de descrição e mesmo dissertação¹.

¹ Ver, sobre narratologia, REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. São Paulo: Atica, 1988.

PERIODIZAÇÃO

A periodização é um traço importante na configuração de uma historiografia. Através dela, tornam-se evidentes opções teóricas implícitas. Ao estabelecer os marcos de periodização, o historiador torna patente aquilo que considera mais significativo no estudo de um objeto.

Ao longo da sua produção, FF não sofreu mudança considerável no que diz respeito aos critérios de periodização. Sua obra tem, marcadamente, periodização de cunho político-administrativo. Toma a gerência do Estado como critério de divisão de uma unidade histórica enfocada. Neste setor, como em outros, permanece um historiador enquadrado no interior da historiografia romântica.

Em muitos estudos, o pesquisador manifesta sua opção por parâmetros de cunho político-administrativo para periodizar. A obra inaugural *História de Sergipe* (1891) é, como vimos, claramente ordenada segundo esse critério. FF reparte a história do estado consoante os governos que o administraram desde a conquista até a transferência da capital de São Cristovão para Aracaju. Fatos de ordem política dão título aos diversos capítulos que compõem o livro. Mas, como já notei, a ênfase no político-administrativo não é um vezo unicamente

do historiador neófito. O último estudo publicado pelo historiador, *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1912), toma como espinha dorsal a esfera político-administrativa, embora enfoque também aspectos econômicos e sociais. O livro em questão toma como fio ordenador da sua narrativa os governantes e seus feitos.

Pode-se afirmar, seguramente, que a *História da Cidade do Rio de Janeiro* tem como cerne a gesta dos governantes. Quem governa dá cor, domina o “espírito” de um determinado período.

Há, contudo, duas obras nas quais FF não se manifesta tão prisioneiro do político-administrativo. Este é o caso da *História Territorial...* Nela, o Autor, além do recorte político-administrativo, divide a matéria enfocada conforme o social. O mesmo se pode afirmar quanto ao livro *Os Portugueses no Brasil*. Nele, o fio condutor da narrativa inclui outros aspectos.

AGENTES HISTÓRICOS

Não há historiografia que não ponha em cena agentes. Sendo ela uma sucessão de ações, é inevitável a existência de atores que as pratiquem. Não há ação sem agente. No evolver da historiografia, diversos

agentes da História têm sido postos na cena: deuses, governantes, classes sociais, minorias, etc. Na verdade, uma vertente historiográfica pode ser caracterizada pelos atores postos em destaque na narrativa. Tradicionalmente, a história fez uma opção preferencial pelos dominantes. Recentemente, elegeu o povo e as minorias sexuais, étnicas, etc., como sendo agentes da História. Durante muito tempo, os dominados foram apenas paciente da História.

No teatro da historiografia de FF, muitos são os personagens postos em cena. É uma galeria variada quanto ao papel e à importância no desenvolver dos fatos históricos.

Há, em primeiro lugar, a figura dos governantes. Como já se viu, estes ocupam um papel de proeminência na narrativa de FF. Quase se pode afirmar que, para ele, o governante faz a História e o restante da sociedade a sofre. Mas o quadro não é tão claro/escuro assim. Há nuances que são importantes a serem consideradas.

O autor introduz na cena historiográfica, como agente histórico, as classes sociais. Elas são destacadas em algumas de suas obras.

Na *História de Sergipe*, as classes têm o seu aparecimento inaugural. Neste livro, o historiador, por diversas vezes, põe em cena classes sociais. Convém notar que ele entende classe como sinônimo de

segmento social singularizado por um traço qualquer. O traço diferenciador tanto pode ser econômico quanto cultural. É assim que ele tanto pode falar de “classes capitalistas” quanto de “classe militar”. O mesmo procedimento é encontrado em outros textos do pesquisador.

Outro actante posto na cena por Felisbello Freire é o “povo”. A historiografia do autor está permeada de referências a ele. O papel do “povo” é bifronte. Quase sempre ele tem lugar subalterno, é “paciente” da história. Em outras ocasiões, mais raras, tem a função de protagonista. Age dando norte ao enredo, é agente da história. O povo aparece nessa condição, sobretudo quando há abuso por parte dos governantes. Em um contexto de desmandos e exorbitâncias, o povo é chamado a repor as coisas em ordem, a reordenar a sociedade, corrigir injustiças. A *História da Cidade do Rio de Janeiro* está repleta de eventos desse teor. O mesmo se diga da *História de Sergipe* em que, em menor escala, o povo é alçado ao papel de protagonista.

MÉTODOS

Em se tratando da metodologia, a historiografia de Felisbello Freire traz características que demonstram uma grande intimidade com o ofício de

historiar. Como outros historiadores, os brasileiros do século Oitocentos, ele teve seu tirocínio marcado pelo autodidatismo. Foi na leitura meditada de outros historiadores, nacionais e estrangeiros, que FF aprendeu a exercer, com maestria, os princípios do saber historiográfico. Alguns traços presentes nos seus estudos demonstram o que afirmei acima. FF demonstra grande preocupação com a fidedignidade das fontes. Ele não as usa sem antes submetê-las à chamada Crítica Histórica. São comuns as notas de pé de página nas quais o historiador, através da comparação, procura aferir o valor de verdade de cada testemunho.

A perspicácia do pesquisador manifesta-se, entre outros procedimentos, no cuidado com a ancoragem documental dos seus relatos. Procura estribar seu texto calcando suas afirmativas nas fontes. Expressiva dessa preocupação é o recorrente uso dos manuscritos.

Outro traço frisante no procedimento de FF é o cotejo das fontes primárias. Por meio da comparação, ele procura extrair a verdade factual da evidência. Mostra-se ainda íntimo da obra dos outros historiadores sobre o tema em pauta. Muitas vezes, discorda dos seus pares, polemiza.

FF não é, entretanto, um mero repetidor do que está dito nas evidências. Quando necessário, ele

formula hipóteses explicativas para um fenômeno pouco documentado.

No que tange à causalidade, FF vê o processo histórico provido por uma tripatite causalidade: “social”, “política” e “econômica”.

Ao lado desta, há uma outra causalidade de caráter natural: o meio e a raça. Da conjugação desses fatores, resulta o dinamismo do devir histórico.

Há – *last but not least* – também uma causalidade psicológica. FF a chama de “paixões”. Elas são de natureza positiva ou negativa. Positivas quanto fatores da “evolução” e negativas quando motivam a decadência. FF é partidário de uma concepção pluricausal do devir histórico.

Um móvel do processo histórico, na economia explicativa das obras de FF, é a “paixão”. Ela aparece multiforme, incitando os atores históricos às diversas ações. As “paixões” são concretizações daquilo que o historiador entende como “política”. Nesse sentido, FF vê na política o “teatro das paixões” múltiplas.

Atribuir às “paixões” um papel de móvel dos sucessos históricos filia FF à vertente romântica da historiografia brasileira. Nessa vertente, a explicação histórica toma a feição de uma psicologia individual ou coletiva. Qual o perfil psicológico de um povo ou civilização.

FF reconhece a causalidade econômica em *História Constitucional ... e na História da Revolta...* Nesta última, o historiador atribui o fracasso do movimento à ausência de causas econômicas. O reconhecimento da economia como fator causal faz-se à luz de autores como Loria e Dietzel.

FF coloca sua historiografia sob uma orientação nomotética. Para ele, a explicação histórica faz-se com o concurso de leis. O processo histórico é regido por elas. A história, como qualquer ciência natural, segue em seu devir um padrão de regularidade. A explicação histórica consiste em recorrer a leis oriundas da Sociologia, Psicologia e Geografia. Não há propriamente leis históricas.

A “opção nomotética” de FF ocorre nos quadros do evolucionismo spenceriano. Este, por sua vez, insere-se no campo mais amplo do cientificismo, hegemônico na segunda metade do século Oitocentos no Brasil e no mundo. A escolha nomotética é uma decorrência da sua opção por uma história explicativa contra a meramente narrativa.

Na análise histórica, FF faz uso basicamente de dois tipos de explicação: a causal e a finalista. A exemplo de outros historiadores cientificistas, o autor prefere a explicação causal. O fato histórico é, quase sempre, explicado recorrendo-se a um antecedente. Este explica o conseqüente. O cerne da explicação,

histórica consiste no estabelecimento de nexos causais entre os fenômenos. Na explicação, reside um traço muito importante do conhecimento científico. À época de FF, a historiografia, em sua pretensão de ser científica, buscou com obstinação ser incluída no rol das ciências. Norteados por esse fim, os historiadores pugnaram por uma história explicativa².

FONTES

No respeitante às fontes, Felisbelo Freire é um pesquisador inovador. Faz uso de fontes de natureza bastante diversificada: documentação oficial, cartorária, jornais, restos arqueológicos, tradição oral. Não temos notícia de outro historiador que, na época, tivesse tão ampla visão quanto à informação histórica. A que isso se deve? Ao contato com os mestres da historiografia internacional? À inventividade do Autor? É notável a atualização bibliográfica do pesquisador, patenteada nas notas de pé de página das suas obras.

Felisbelo Freire demonstra, ao longo das suas obras, um domínio exaustivo das fontes para a História do Brasil. Em seu livro inaugural, a *História de*

² Ver HEGENBERG, Leônidas. *Explicações Científicas*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

Sergipe (1891) faz uso de fontes impressas e manuscritas. A obra deixa entrever que o pesquisador conhecia o conjunto das fontes históricas publicadas nas revistas especializadas do Brasil de então. O mesmo se pode afirmar a propósito dos seus outros trabalhos. O autor utiliza-se de fontes diversas: documentação oficial (administrativa), documentos cartorários e jornais. O estudioso vale-se de cópias manuscritas, adquiridas com historiadores coetâneos: Capistrano de Abreu e José Hygino.

INFLUÊNCIAS

A historiografia de FF patenteia leituras e apropriações diversas. Um conjunto considerável de autores e de textos lhe fornece o apoio teórico-metodológico.

Entre os autores manifestadamente lidos por FF, há de se destacar o sociólogo inglês Herbert Spencer. Spencer fornece a FF o paradigma básico: o evolucionismo. No interior desse paradigma, ele vê a sociedade como organismo. Esta é a metáfora matriz. Também oriunda do spencerianismo é sua compreensão do progresso como o traço frisante das sociedades e do universo de um modo geral. Spencer é a principal influência filosófica de FF.

Vejamos de Spencer o célebre ensaio “Leis e causas do progresso”, publicado em 1857. Nele, o filósofo expõe a “tese de que a idéia de evolução era de aplicabilidade universal. Uma chave para a compreensão de todas as espécies de fenômenos, fossem eles inorgânicos, orgânicos ou ‘superorgânicos’, isto é, sociais”. Nota-se que, para Spencer, a evolução é um princípio cósmico e que na sua inteligência reside o cerne do conhecimento do universo³.

Assim, como notou um historiador da filosofia, segundo Spencer, “uma lei única e geral preside a todas as manifestações do universo – a lei da evolução”. Trata-se de um evolucionismo generalizado⁴.

Para Spencer, há um padrão único seguido pela evolução tanto orgânica quanto social. Como os organismos mais simples estão nos primeiros degraus da escala evolutiva, assim também ocorre com as sociedades. As mais primitivas (homogêneas) são formas elementares de organização social. Estão no início da evolução social da humanidade. No primitivo, está o elementar.⁵

³ GOLDTHORPE, J. H. Herbert Spencer In: RAISON, Timothy (org). **Os Percursos das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 85.

⁴ FRANÇA, Leonel. **Noções de História da Filosofia**. 23. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1987, p. 204.

Na passagem do homogêneo para o heterogêneo ou do simples para o complexo, a especialização tem papel decisivo. Em uma sociedade primitiva, crê Spencer, as funções são generalizadas, ou seja, todos fazem tudo. Com a evolução social, os indivíduos especializam-se quanto às funções que exercem. Cada qual com o seu papel específico.⁶

No tocante às causas dos fenômenos, Spencer postula a unicausalidade. Causa única, efeitos diversificados, plurais. Unidade causal e pluralidade de efeitos.⁷ Spencer exemplifica. As causas da evolução geológica são as mesmas da evolução biológica⁸.

A complexificação crescente é uma lei que se realiza em todos os campos: na natureza, na socieda-

⁵ “Uma série infinita de factos progridem, e provam que todo o progresso de qualquer espécie que seja, vai do homogêneo para o heterogêneo; e que a causa é a seguinte lei: toda a mudança é seguida de muitas mudanças” (SPENCER, Herbert. *Lei e Causa do Progresso/ A Utilidade do Anthropomorphismo*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1889, p. 86).

⁶ O filósofo esclarece: “O organismo social tornou-se mais e mais heterogêneo, à medida que os novos officios appareciam, e que os antigos se especialisavam mais” (SPENCER, Herbert. *Lei e Causa do Progresso/ A Utilidade do Anthropomorphismo*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1889, p. 82).

⁷ Ele escreve no ensaio que estou apresentando pontualmente: “A evolução que transforma uma sociedade homogênea em heterogênea é evidentemente a consequência do princípio geral, que muitos efeitos são produzidos por uma só causa” (SPENCER, Herbert. *Lei e Causa do Progresso/ A Utilidade do Anthropomorphismo*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1889, p. 79).

⁸ Unidade causal e pluralidade de consequências: “As mesmas causas que presidiram a evolução da crosta terrestre e a fizeram passar de um estado simples a outro complexo, dirigiram ao mesmo tempo no mesmo sentido a evolução da vida na superfície da terra” (SPENCER, Herbert. *Lei e Causa do Progresso/ A Utilidade do Anthropomorphismo*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1889, p. 73).

de, na moral.⁹ Spencer universaliza a abrangência da lei do progresso, tornando-o uma lei cósmica, uma chave para conhecer o universo.¹⁰

Feita essa exposição da filosofia de Spencer, vejamos agora o quanto a historiografia de Felisbelo Freire lhe é tributária.

As marcas do pensamento spenceriano são visíveis ao longo dos textos historiográficos do pesquisador e em outros de caráter filosófico, como a conferência *Evolução da Matéria* (1887). Esse texto de divulgação do evolucionismo patenteia, em primeiro

⁹ Spencer traz um exemplo da economia: “Os economistas têm, desde longo tempo, descrito esta evolução que começa com a tribo, na qual cada membro executa os mesmos trabalhos por sua conta própria, e termina na comunidade civilizada, na qual cada membro executa trabalhos especiais por conta dos outros; eles apontam, além disso, as mudanças através das quais, ao produtor solitário de um objeto útil dado, substitui-se uma combinação de produtores, agregados a um mestre e tendo cada um seu papel próprio na criação do objeto. Mas há ainda fases e mais elevadas, dessa passagem do homogêneo ao heterogêneo, na organização industrial da sociedade” (SPENCER, Herbert. *Lei e Causa do Progresso/A Utilidade do Anthropomorphismo*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1889, p. 25-26).

¹⁰ “Esta lei do progresso orgânico é a lei de todo o progresso. Trata-se, embora do desenvolvimento da terra, do desenvolvimento da vida na sua superfície, do desenvolvimento da sociedade, do governo, da indústria, do comércio, da linguagem, da literatura, da ciência, da arte, sempre o fundo, é essa mesma evolução que vai do simples ao complexo, através das diferenciações sucessivas. Desde as mais antigas mudanças cósmicas de que haja notícia, até os últimos resultados da civilização, vamos ver que a transformação do homogêneo em heterogêneo é a essência mesmo do progresso” (SPENCER, Herbert. *Lei e Causa do Progresso/A Utilidade do Anthropomorphismo*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1889, p. 8).

lugar, a hegemonia paradigmática da biologia sobre a história. FF observa:

“A biologia alcançou a supremacia sobre a história. Para a explicação da evolução social, tornou-se ela um manancial de explicações”. Antes de ser um ente histórico, o homem é um ser biológico.¹¹

A influência de Spencer é marcante sobre FF. A biologia torna-se a chave explicativa do devir social, bem como a psicologia. A história tem na biologia e na psicologia matrizes explicativas. História é narrativa que recorre a essas ciências (suas) reis para explicar o devir, o processo, o evólver histórico.

A *História de Sergipe* é, no conjunto da produção historiográfica de FF, um livro especial. É o único estudo onde o autor explicita suas posições teóricas e metodológicas. Esse trabalho tem um capítulo intitulado: “Fatores externos da civilização no Brasil: o evolucionismo, a melhor teoria histórica” (p. 44). A presença de Spencer é explícita. O filósofo é citado três vezes. Como FF jamais renegou o que escreveu em seu estudo inaugural, é pertinente tomar

¹¹ “A história nada é sem biologia e psychologia. Ahi é que estão os germens que se desenvolvem na ordem social; d’ahi é que parte a trajectoria rythmica da evolução” (FREIRE, Felisbello. *Evolução da Matéria: leis e causas de suas formas*. Larangeiras: Typ. d’ O Larangeirense, 1887, p. 49).

este capítulo como sendo manifestação do credo teórico e metodológico do historiador.

A cada passo da exposição teórica, FF evidencia a sua dívida intelectual para com Spencer e outros pensadores da corrente naturalista cientificista do Oitocentos.

Em sua obra inicial, FF coloca claramente a história sob a chancela da biologia. Na história, tanto quanto na biologia, a explicação remete fatalmente ao meio e às forças naturais. A história deve seguir o paradigma da biologia. Biologização da história, aplicação das leis biológicas ao devir histórico. Dessa convicção decorre o uso da linguagem nosográfica tão frequente em FF.

As bases do desenvolvimento histórico de Sergipe, na visão de FF, são de ordem natural: raça e meio ambiente geográfico. A história humana, nesta concepção, é um alongamento da história natural. Os fatores naturais são a chave da explicação histórica. Aqui se manifesta o naturalismo cientificista do Autor (em voga na sua época: segunda metade do Oitocentos). Isso implica um processo da Naturalização da História com desdobramentos epistemológicos evidentes.

Um corolário dessa concepção é o determinismo mesológico e racial. Raça e meio não são apenas fatores da civilização, mas representam a causalidade

mais premente do dever histórico. Em um passo da introdução que estamos focalizando, o historiador mostra os limites do mesologismo. FF fala dos efeitos nocivos da prodigalidade da natureza brasileira.

FF repisa aqui a tese da indolência do brasileiro em decorrência da prodigalidade da natureza. É um momento raro na economia explicitativa do Autor que normalmente opta por outros fatores: economia, política, psicologia, etc. A causalidade natural é postulada mais que demonstrada no decorrer do relato historiográfico.¹²

No tocante à explicação do processo histórico, FF, como vimos, é partidário do modelo explicativo determinista-naturalista. Nesse paradigma, a biologia tem o papel de ciência matriz. Ela fornece o modelo de intelecção e as leis explicativas. No entanto, o historiador não acredita que somente a biologia seja suficiente para a boa inteligência da história. A pesquisa historiográfica reclama outras ajudas ou intercâmbios. Pode-se bem compreender que o historiador tem necessidade de apelar para o concurso de diversas ciências.¹³

¹² A teoria fica exposta na introdução: "Seu habitante tenderia à indolência, à falta de iniciativa, esperando tudo da natureza, sem corrigir suas faltas, seus defeitos, pela abundância de alimento que o cercava e pela impossibilidade de manter fixação e regularidade no trabalho" (FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 86).

A história, na visão de FF, é uma disciplina eminentemente interdisciplinar. O seu exercício exige o concurso de outros campos do conhecimento. Nesse intercâmbio, o historiador vale-se tanto de ciências sociais como a Antropologia e a Linguística, quanto de ciências naturais: Biologia e Geologia. Isso em uma visão atual, pois, para FF, todas essas ciências são naturais.

O fato de pôr a história na dependência epistemológica da Biologia não implica para a história um estatuto de inferioridade. FF comunga, como os seus companheiros do século, a convicção da importância da historiografia. Ela é, sobretudo, uma metodologia, uma forma de ordenar os fenômenos.¹⁴

Para FF, como os demais cientificistas do Oitocentos, a história é um método, um modo de explanação. Nesse contexto, historiar é estabelecer as gênese, as fases ou estágios de desenvolvimento, é descrever uma teleologia. De fato, no Oitocentos, a filosofia torna-se história das línguas; a antropologia,

¹³ "Sem a biologia, a antropologia, a geologia, a etnologia, a linguística, e muitas outras ciências, a história a que fica reduzida?" (FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 19).

¹⁴ Ele assegura na conferência citada: "Todas as ciencias procuraram na historia o caminho de seu itinerario" (FREIRE, Felisbello. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 5).

história da humanidade. A história tornou-se um modo de entender o universo. Postula-se que todos os objetos têm uma historicidade. Tudo se historiciza na episteme daquele século.

O influxo do spencerianismo sobre a visão de FF é demonstrável, entre outros aspectos, do seu modo de encarar a evolução histórica. Para ele, como para Herbert Spencer, ela é um processo de complexificação crescente. Esta seria o princípio que norteia a evolução das sociedades, de todas as sociedades. FF, como que traduz esta convicção do filósofo.¹⁵

Essa passagem é demonstrativa da dívida de FF para com o evolucionismo de Herbert Spencer. Ele confessa na introdução da *História de Sergipe* que o evolucionismo é a melhor teoria explicativa da História. Ao que parece, o historiador não renegou em nenhum momento da sua trajetória intelectual a sua adesão ao spencerianismo. O conjunto da sua obra histórica não evidencia nenhuma ruptura epistemológica. FF foi seguidor de Spencer do começo ao fim.

Aderindo ao evolucionismo spenceriano, Felisbello Freire manifesta a sua pertença à famosa

¹⁵ Num trecho da introdução teórica e metodológica da *História de Sergipe* que estou seguindo: "Assim, as sociedades, para a história, passam de um estado indefinido e incoerente a um estado definido e coerente" (FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 52).

geração de 70. João Cruz Costa observa que havia uma adequação entre essa nova filosofia e os intelectuais laicos: bacharéis e doutores. Segundo o historiador, o evolucionismo “libertava-os, ao mesmo tempo, das crenças teológicas sem os obrigar a aderir à religião da humanidade” (COSTA, João Cruz. *Contribuição a História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 301). Uma filosofia sob medida para uma geração em ascensão, laica, cientificista, com idéias de reforma social. O positivismo ortodoxo, por seu turno, afigurava-se aos olhos desses médicos e advogados, inconciliável com o “espírito positivo”.

Grosso modo, os autores citados por FF estão em duas situações. Alguns são citados como apoio teórico ou metodológico. Este é o caso de Spencer, Darwin, Taine, Buckle, etc. Outros veem à cena textual para serem combatidos, contestados. É o caso dos **românticos espiritualistas metafísicos**. No rol dos autores de apoio, estão todos aqueles identificados com o naturalismo cientificista vigente a partir dos anos 70 do século dezanove entre nós. O A. demonstra sua pertença à “geração de 70”, citando e apoiando-se em autores aceitos pela elite intelectual emergente. Os autores – contestados aparecem em menor escala. Eles surgem para demarcar as diferenças entre a mentalidade positiva e a metafísica. Conflito geracional e, ao mesmo tempo, epistemológico.

É na senda do evolucionismo spenceriano que se torna compreensível a biologização da historiografia como das demais ciências sociais. Isso evidencia a “**progressiva importância e influência das ciências naturais no domínio do pensamento europeu**”¹⁶. As ciências naturais tornaram-se ciências paradigmáticas. Qualquer campo do saber com ambições de ser considerado científico deveria reger-se pelos procedimentos teóricos e metodológicos próprios dessas ciências. Até a arte sofreu o influxo desse ideário. O naturalismo literário, por exemplo, postulou o romance como um estudo científico.

No rol dos autores citados por Felisbello Freire, convém distinguir aqueles com os quais pensa o historiador daqueles contra os quais o estudioso coloca-se. Essa distinção é importante, pois situa o pensamento do historiador no campo das opções teóricas possíveis.

Ao colocar-se sob o influxo da filosofia de Herbert Spencer FF, na verdade, era mais um entre tantos outros a rezar pela cartilha do evolucionismo. Como notou um historiador da filosofia, a doutrina de

¹⁶ COSTA, João Cruz. **Contribuição, à História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 298.

Spencer foi uma grande influência no mundo inteiro entre 1860 e 1890.¹⁷

Capistrano de Abreu, por exemplo, considerava Spencer um dos “grandes luminares do espírito humano”.¹⁸

No rol das influências recebidas por FF, devem-se também destacar os seus professores na Faculdade de Medicina da Bahia, entre 1875 e 1881. Foram, ao todo, catorze professores responsáveis pelo ensino das diversas disciplinas da rede curricular. Dentre eles, destacam-se figuras como Virgílio Clímaco Damazio e Manoel Vitorino Pereira. Esses republicanos históricos tiveram papéis importantes na República.¹⁹

¹⁷ BREHIER, Emile. *História de la Filosofia*. Buenos Aires: Sudamericana, 1962, v. 2.

¹⁸ ABREU, Capistrano de. *Ensaio e Estudos*. 4ª série: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 176.

¹⁹ FREIRE, F. These Inaugural. Bahia: Imprensa Econômica, 1881 e OLIVEIRA, Eduardo de Sá. *Memória História da Faculdade de Medicina da Bahia*. Salvador: UFBA, 1992.

CAPÍTULO III

A REDE DOS CONCEITOS DA HISTORIOGRAFIA DE FELISBELO FREIRE

“O único verdadeiro problema é o dos conceitos...”
(VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa:
Edições 70, 1983, p. 160).

COMPONENTES

Os conceitos são componentes básicos de qualquer historiografia. O historiador não pode escrever uma linha da sua síntese histórica sem valer-se desses elementos. Os conceitos são fundamentais, pois é com eles que o historiador nomeia e constitui o passado enquanto realidade textual. Que pesquisador pode dispensar, esses elementos em sua oficina? Tendo em conta essa evidência, este capítulo levanta, classifica e analisa a rede conceitual utilizada por FF em sua historiografia¹. Este capítulo tem como meta básica anali-

¹ Ver sobre a importância dos conceitos na historiografia, VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Lisboa: Edições 70, 1983. Especialmente o capítulo VIII: “Teorias, tipos, conceitos”; MARROU, H. I. **Do Conhecimento Histórico**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975. p. 131-150; BLOCH, Marc. **Introducción a la História**. México: FCE, 1992. p. 121-145.

sar a historiografia de Felisbelo Freire, destacando “certos esquemas fundamentais e certos conceitos diretores”². Sob essa orientação, não cuidarei de todos os conceitos presentes nos textos, mas somente daqueles que, pela sua importância, desempenham o papel de conceitos diretores. Ou seja, noções basilares da historiografia do autor focado.

Chamo “rede” ao conjunto dos conceitos recorrentes na obra do historiador, pois esses elementos têm na remissão recíproca uma característica fundamental. Esses componentes não podem ser vistos isoladamente. Um conceito ganha sentido quando da sua interrelação com os demais do campo textual. Os conceitos são dialógicos. Falam constantemente entre si. Como observou José Ferrater Mora: “coordenação e subordinação são (...) as formas de relação de todos os conceitos entre si”³. Como notou Jacques Derrida: “Todo conceito está, por direito, inscrito em uma cadeia ou em um sistema no interior do qual remete para o outro, para outros conceitos, pelo jogo sistemático das diferenças”⁴.

A inteligência do passado dá-se, tomando por base os conceitos. Eles são, de fato, os fundamentos da

² DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Campinas: Papirus, 1991, p. 195.

³ MORA, José Ferrater. *Concepto. Diccionario de Filosofia*. 5. ed. Buenos Aires, 1971, v. 1, p. 320-322, p. 320.

⁴ DERRIDA, J. *Margens da Filosofia*. Campinas: Papirus, 1991, p. 42.

historiografia. Ler o passado é submetê-lo a uma tradução. O acontecido ganha vida quando posto em palavras. Em outros termos, quando ele é conceitualizado. O uso dos conceitos é algo fundamental no aprendizado do ofício de historiar. Convém, inicialmente, estabelecer qual a idéia de conceito que estarei aqui utilizando. Apoiando-me em A. Pfander, concebo conceito como sendo “o conteúdo significativo de determinadas palavras”. Assim, “as palavras não são conceitos, mas unicamente signos, os símbolos das significações”⁵.

Mora nos esclarece que o conceito diferencia-se tanto da palavra quanto do objeto. O conceito não se confunde com o objeto, pois ele tem existência meramente intelectual, é um ente do pensamento. Por outro lado, pode haver palavras diversas para designar uma mesma noção ou conceito.

Ao transfigurar o passado em texto, o pesquisador toma como ingrediente essencial um conjunto de palavras que nomeiam um mundo constituído pelos recursos retóricos da prática escritural⁶. Os concei-

⁵ MORA, José Ferrater. *Concepto. Diccionario de Filosofia*. 5 ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1971, p. 320-322.

⁶ Para uma reflexão sobre a natureza do texto historiográfico, consultar: BANN, Stephen. *As Invenções da História*. São Paulo: Ed. UNESP, 1994; WHITE, Hayden. *Meta-História*. São Paulo: EDUSP, 1992, BARTHES, Roland. “O Discurso da História em *O Rumor da Língua*”. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 145-157.

tos são matéria-prima na oficina do historiógrafo. Historiar é, em grande parcela, forjar um mundo a partir de conceitos. A análise da prática historiográfica evidencia isso de modo inequívoco.

A análise da rede conceitual de uma historiografia é uma oportunidade de evidenciar a diferença entre o *res gestae* e *rerum gestarum*. A história narrada não é uma cópia fiel do acontecido, a historiografia não é uma réplica do passado, mas uma representação textual, retórica dos eventos. Os conceitos patenteiam isso, pois eles não são dados pelas evidências, mas postos pelo historiógrafo, são rótulos linguísticos tirados da algibeira científica do historiador. O historiador traduz o passado na linguagem fornecida pelas suas opções teóricas e metodológicas. O mundo constituído pela historiografia, como por qualquer texto, não é o mundo vivido, mas resultado, protocolo linguístico da sua formação. A análise aqui encetada foi, fundamentalmente, um exercício de leitura. Nesse sentido, aceito a definição que Leila Perrone – Moisés deu da desconstrução. “Não é um sistema nem um método. É uma prática de leitura crítica”⁷. A abordagem que realizei procurou, basicamente, ler cri-

⁷ PERRONE - MOISÉS, Leila. “Outras Margens”. *Folha de São Paulo*, São Paulo: 3 dez. 1995. Mais, p. 6.

ticamente a historiografia do historiador Felisbelo Freire (1858-1916). Desmontando o sistema conceitual dos seus textos historiográficos, visei pôr em evidência os seus traços constituintes.

Alguns termos são recorrentes na historiografia de Felisbelo Freire. São os conceitos, ou seja, palavras por meio das quais o historiógrafo nomeia os agentes históricos, seus móveis, faz, enfim, a inteligência histórica (explica o devir), abordando a rede conceitual da historiografia de Felisbelo Freire em termos semânticos e sintáticos.

Primeiramente, temos conceitos, direi, morfológicos. Eles nomeiam as formas sociais que preenchem o campo histórico. Este é o caso dos termos como “governo”, “povo”, “classe”, “nobreza”, “aristocracia”, “clero”, “família”, etc.

Na condição de móveis de enredo, surgem civismo, patriotismo, heroísmo, instrução, egoísmo, interesses políticos e econômicos e o meio natural. Esses fatores põem a narrativa em movimento, dinamizando o relato.

Quando opera a leitura do devir histórico, FF faz uso de categorias como “civilização”, “anarquia”, “evolução”, “decadência”, “degeneração”, “progresso” e, ainda, “lei”, “causa”, “efeito”, “consequência”, “influência”, “fase”, “fator”, “movimento”. Com esses termos, de uso recorrente ao longo da historiografia,

o autor procura entender o sentido dos fenômenos, respondendo à questão fundamental do conhecimento científico: os “porquês” do narrado. Esse conjunto articulado de conceitos forma os parâmetros básicos por meio dos quais o pesquisador constitui sua historiografia, dando forma e sentido ao passado textualizado.

Levantada a rede conceitual da historiografia de FF, uma tarefa que se impõe é a sua classificação, agrupada em conformidade com os seus papéis na dinâmica narrativa.

TIPOLOGIA

Creio que os conceitos utilizados pelo historiador podem ser agrupados em duas grandes categorias: ontológicos e gnosiológicos. Os conceitos ontológicos remetem diretamente ao cerne da historiografia. São os entes que povoam o teatro da História, os agentes do devir histórico. No limite, o relato histórico nada mais é que a não-descrição de um conjunto de atores e suas ações. Basicamente, sujeito e verbo, o agente e sua ação. Este é o esqueleto essencial da historiografia.

Os conceitos podem ser divididos ou classificados de modo variado, a partir de critérios diversos.

Aqui faço uso da tipologia estabelecida por Kaplan. Este autor distingue, na ciência, conceitos descritivos e explicativos. Os primeiros têm o escopo de meramente registrar uma entidade. Já os conceitos explicativos ou teóricos expressam o intento de interpretar a realidade. No limite, os conceitos descritivos são empíricos; os explicativos, ideais ou teóricos⁸.

Embora FF conceda um lugar às pessoas em suas abordagens, os principais ou verdadeiros agentes são entes transindividuais. Forças que englobam e transcendem os sujeitos. Ex. classes sociais, governo...

Outras categorias, como “lei”, “causa”, “evolução”, etc têm, na historiografia do autor, uma função gnosiológica. Eles são recursos epistemológicos através dos quais o historiador explica o devir histórico. São conceitos que remetem ao esforço do narrador. A “lei”, por exemplo, FF procura mostrar como no suceder histórico não reina o acaso, mas a regularidade. Os conceitos gnosiológicos materializam o propósito do historiador de fazer do seu relato um conhecimento nos moldes da biologia. Assim sendo, a biologia fornece ao historiador as metáforas diretoras, o léxico e o modelo explicativo finalístico (ou funcional).

⁸ KAPLAN, Abrahan. *A Conduta na Pesquisa*. São Paulo: Herder/EDUSP, 1969.

O devir histórico é, para FF, bipolar; de um lado, há “civilização” e o “progresso”; do outro, a “decadência”. Essas categorias fornecem os parâmetros básicos da intelecção historiográfica do autor.

Civilização é um estágio do desenvolvimento das sociedades, é o ápice de um processo marcado pelo sucesso. O seu contrário é a “anarquia”. Ela ocorre em um processo de caráter negativo e mesmo patológico. “Civilização” é o pleno desenvolvimento de um povo, sua saúde. A anarquia é o definhamento ou fixação em fases preliminares do desenvolvimento. (Voltarei ao conceito civilização no capítulo seguinte)

CATEGORIAS ANALÍTICAS: LEI

FF encara o devir histórico regido por um determinismo de feição nomológico. Fazer história é descobrir as leis que regulam o processo do desenvolvimento social. Estudando um Estado, um país ou uma instituição, o pesquisador tem como propósito tornar evidente a lei geral norteadora do desenrolar dos eventos. Os casos específicos, no entanto, são determinados por princípios de abrangência geral (leis). O desenvolvimento da civilização brasileira, por exemplo, nada mais é do que a realização da lei geral da evolução das sociedades hu-

manas. Passagem do simples ao complexo, substituição da religião pela ciência, do militarismo pela indústria, etc.

O demônio laplaciano persegue a historiografia de Felisbelo Freire. Sua produção neste campo (refletindo uma opção filosófica) é pautada pela constante inferência de leis. Os sucessos históricos, longe de serem produtos do acaso, são realizados sob a pauta do rígido determinismo. Há, em primeiro lugar, leis mais abrangentes que regulam todo o devir: “leis históricas”, “leis evolutivas”. Há, ainda, leis de natureza mais restrita, pois norteiam o processo de um setor particular da sociedade: a mentalidade, economia, política, população, etc. Vejamos como esses conceitos aparecem na inteligência historiográfica de FF⁹.

Em *História de Sergipe* (1891), FF esclarece, de modo assertivo, a sua opção pelo modelo dedutivo de fazer historiografia. Ele não tem dúvidas quanto a esse ponto: historiar é inteligir as leis que norteiam os processos. O relato histórico torna-se, na pena de FF, um conjunto de exemplos de leis abrangentes. O

⁹ Consultar, sobre leis científicas, HEGENBERG, Leônidas. *Explicações Científicas*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. Capítulo 8: Leis; KAPLAN, A. *A Conduta na Pesquisa*. São Paulo: Herder/EDUSP, 1969. Capítulo III: Leis.

campo analisado é, no fundo, um exemplário de realização de leis¹⁰.

São as “leis evolutivas” que presidem a evolução de todos os povos. O fito da investigação é inteligir as leis que regem os fenômenos¹¹.

O pesquisador vê a história de um objeto particular como sendo nada mais que a efetivação de um princípio geral (lei). Aqui e alhures o espírito humano segue o mesmo caminho evolutivo. A humanidade é uniforme. Somente a diferenciam os estágios de desenvolvimento¹².

Dentro da concepção nomológica do universo, o homem, no seu devir, obedece à lei que a ciência descobriu. O desenvolvimento humano segue o mesmo caminho, descreve a mesma trajetória pautada pela unicidade das leis. As mesmas leis explicam realidades distintas. **Elas são chaves para a inteligência**

¹⁰ Ver sobre o modelo dedutivo de explicação: BRUYNE, Paul; HERMANN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

¹¹ Ele escreve no texto inaugural: “É de todo impossível penetrar-se no intelecto de um povo, em suas variadíssimas manifestações e nas relações subjetivas e psicológicas, assim como traçar-se as suas leis evolutivas, sem ter-se em consideração a influência do elemento étnico e do meio” (FREIRE, Felisbelo. **História de Sergipe**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 30).

¹² Ver, sobre o evolucionismo na História da Antropologia, LOWIE, Robert. **História de la Etnologia**. Mexico: FCE, 1946; MERCIER, Paul. **História da Antropologia**. Lisboa: Teorema, 1986; EVANS-PRITCHARD, E.E. **História do Pensamento Antropológico**. Lisboa: Ed. 70, 1989.

do universo. A preocupação em ver os sucessos históricos norteados por leis faz da historiografia, na visada de FF, uma ciência como as demais ciências naturais, particularmente a Biologia.

As leis, como já notei, têm abrangência geral. Todos os setores em seu desenvolvimento obedecem a um padrão processual. Seguem um norte que regula o devir do campo enfocado. Esse procedimento é exemplificado em muitas passagens da História Constitucional... (1894). "As leis que têm dirigido nosso movimento econômico não podem ser estudadas sem atendermos aos fatores que presidiram entre nós a formação da riqueza, sua distribuição, o consumo, a fim de vermos as relações que prendem esses fatos às nossas condições sociais e políticas e às influências que aí se originam e que têm atuado sobre a **marcha de nossa civilização**"¹³.

A evolução econômica é um campo determinado por leis. À noção de lei, vem associado o de fator ou causa. Estabelecer causa, aplicar leis. Nota-se que, para o autor, economia, política e sociedade estão intimamente interligados, são interdependentes.

Ainda no campo econômico, FF toma as formas de governo como expressão de diferentes estágios

¹³ FREIRE, Felisbelo. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 59.

da repartição da renda. Postula uma “correspondência” entre os dois setores da vida social: economia e política. A primeira determina a segunda.¹⁴

O mesmo ocorre no tocante à evolução política de uma sociedade. Historiando o movimento republicano no Brasil, FF vai encarar o fato como mera efetivação das leis que regem as sociedades em geral. Na visão do Autor, as leis de um processo impõem-se aos agentes históricos como uma lógica transcendente às individualidades. Os sujeitos devem atentar para os rumos de um processo. O bom agente histórico conforma-se em seguir as linhas prescritas pela lei evolutiva. Os inconscientes, ao contrário, vão na contramão do norte legal, contrariam o caminho evolutivo. A “boa leitura” dos rumos da História é facultada pela ciência. Uma mente forjada pelo pensamento científico “lê” as leis históricas e ajusta-se a elas. Tal posição tem efeitos tanto gnosiológicos quanto políticos. Seguindo este raciocínio, o historiador vê no cientista o mais capacitado para governar.

¹⁴ “O desenvolvimento econômico provoca, em suas diversas fases, uma diferença de repartição da renda e a ela corresponde, com um ritmo dócil, uma diferença sensível na forma de governo” (FREIRE, Felisbelo. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 58).

Mais um exemplo da concepção nomológica de FF manifesta quando ele trata da trajetória do movimento republicano¹⁵.

A política, para FF, como a mistura das raças, o povoamento, a evolução social, etc, segue um padrão legal. A evolução política dos indivíduos e das coletividades é norteadada pela “lei do progressivo aperfeiçoamento”.

Outro exemplo da realização de “leis históricas” na trajetória da evolução política brasileira é dado pela Conjuração Mineira. O evento foi, na mirada de FF, mero resultante de uma lei de desenvolvimento¹⁶. O desenvolvimento econômico, a exemplo da política, segue etapas evolutivas.

¹⁵ “O movimento republicano, que já lavrava em todas as províncias no ano da abolição, reclamava já duas espécies de colaboração mental: daqueles que se deviam constituir seus organizadores e dos que fossem no meio social implantar a nova idéia daqueles cuja ação restringia-se à direção inteligente do movimento, entregando-o à ação das leis evolutivas sem quererem precipitá-lo nas aventuras de um golpe de audácia e daqueles que no ardor da luta apelavam para os meios radicais, até mesmo para a revolução, convictos de que só eles correspondiam à contingência das instituições monárquicas e às especulações com que já se preparava o advento do Terceiro Reinado” (FREIRE, Felisbelo. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 227).

¹⁶ Aqui, mais uma vez, o autor postula a economia como causa da insatisfação política: “Um fenômeno de imitação muito natural às nações, que não se isentam das ações reflexas que caracterizam as leis históricas, fez se sentir na colônia brasileira que em Minas veio despertar as inspirações emancipadoras como protesto à marcha das coisas públicas e como a expressão do descontentamento popular originado na situação econômica da colônia, em sua legislação e no procedimento dos governantes” (FREIRE, Felisbelo. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 68).

Fica difícil intuir qual o sentido do termo lei nesse contexto. Talvez o autor queira afirmar que a agricultura seja, na escala evolutiva, a primeira forma de organização econômica. Note-se o evolucionismo agricultura, comércio, indústria¹⁷.

O campo dos “acontecimentos sociais” é, para FF, outro setor regido pelas leis. O exemplo enfocado é o apoio da “classe agrícola” à instituição monárquica. Para ele, as classes apoiam um governo na exata medida em que ele as favorece. Economia e política interligam-se. Na primeira, reside uma causa da política. FF, sem ser um materialista histórico pioneiro, postula a importância dos interesses econômicos na inteligência da história.

No exemplo dado, a “classe agrícola” tira o seu apoio à monarquia após esta abolir a escravatura. Em cada evento histórico, FF infere uma lei¹⁸.

A historiografia torna-se, para FF, um exemplo de efetivações de leis gerais.

¹⁷ Ver, sobre o evolucionismo social de SPENCER, Coser, LEWIS, A. “Herbert Spencer”. Em *Masters of Sociological Thought*. Nova York: Harcourt Brace Davanovich, Inc. 1973. p. 88-127.

¹⁸ “Não podia abrir exceção a uma lei que dita os acontecimentos sociais. Batida pelo choque de uma transformação profunda cujos maus efeitos o governo tivera tempo de sobra para corrigir, plantou-se em seu espírito a convicção da imprestabilidade das instituições e, para seu seio agora vazio, deslocou-se a corrente de convergência dos ideais republicanos” (FREIRE, Felisbelo. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 101).

O desenvolvimento mental de um povo ou sociedade também segue um padrão nomológico. Em um passo da *História Constitucional...*, trata do papel da educação científica na evolução política, o autor estabelece uma equação entre instrução (científica), civilização e liberdade. A primeira é fator civilizacional. Assim, um povo é tanto mais civilizado quanto mais iluminado pela Ciência. Por seu turno, um povo civilizado reclama por mais liberdade política, rebela-se contra a tirania.

Aqui, como em outros momentos, FF é um lídimo representante da nossa ilustração oitocentista. Ciência é fator de evolução política¹⁹.

A evolução mental de um povo é também regida por leis²⁰.

O mesmo padrão nomológico é seguido pelo povoamento de uma região. O exemplo figura na His-

¹⁹ Uma visada geral do conjunto é dada por BARROS, Roque Spencer de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo: EDUSP, 1986.

²⁰ Acorado em T. H. Buckle, o historiador escreve: "É na análise em que entra o notável escritor sobre este fator histórico do qual deduz as leis mentais que regulam os progressos da humanidade, vê-se a importância que representa o desenvolvimento científico, o alargamento da instrução, em relação ao desenvolvimento civilizador de um país que aspira tanto mais à liberdade, possui tanto mais opinião e torna-se tanto mais rebelde à tirania dos governos, quanto o seu intelecto enriquece com as pesquisas da cultura científica" (FREIRE, Felisbelo. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 165-166).

tória da Cidade do Rio de Janeiro (1912), último livro publicado. Nele o autor acompanha a trajetória da expansão das ruas do Rio de Janeiro em meados do século dezessete. Infelizmente, não explicita que leis regem a ocupação de uma área urbana.

O povoamento de uma região, pois, não é um processo aleatório, mas obedece à lei. Para o autor, nada é casual, tudo é determinado. O determinismo é generalizado, universal.

As passagens analisadas evidenciam o quanto FF foi um seguidor convicto da explicação nomológica. Sua historiografia é tributária dessa concepção científica. Seus relatos estão pontilhados de exemplos dessa natureza. Não restam dúvidas: historiar é, para o autor, descobrir as leis que os eventos realizam. A pesquisa histórica tem na inteligência das leis o fito principal.

Na historiografia de FF, a lei pode tomar dupla feição. De um lado, ela pode enunciar uma **ligação de simultaneidade**. Este é o caso da relação de correspondência que o autor estabelece entre formas de governo e distribuição de renda ou a relação de apoio ou oposição das classes para com o governo. Em outra vertente, estão as leis que estabelecem **ligação de sucessão** entre os fenômenos. Isso ocorre nos exemplos citados quando o historiador postula leis que regem as etapas do desenvolvi-

mento econômico (agricultura, república), mental (religião, ciência)²¹.

CATEGORIAS ANALÍTICAS: CAUSA

Fiel ao paradigma cientificista, FF entende que, no ofício de historiar, é essencial estabelecer causas. Grande parte dos seus relatos é dedicada à investigação e à apresentação de fatores causais. Há, segundo o autor, dois tipos de causalidade. A raça e o meio têm o papel de causa geral do devir histórico. É como se fosse a causa mais abrangente que determina os eventos históricos. Mas, no evolver dos povos, outras causas atuam. No rol dos fatores causais específicos ou contextuais, FF irá apresentar a economia, a política, a religião. Sua explicação remete, quase sempre, a esses setores. No domínio da explicação historiográfica, a causação trabalhada por FF é exógena. A causa está fora do campo causado²². No respeitante à causalidade, FF é adepto da pluralidade. No campo histórico, fatores diversos podem ocupar o papel de causa.

²¹ Consultar, sobre este aspecto, BRUYNE, Paul e outros. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 138.

²² Consultar, sobre causalidade na explicação científica, HEGENBERG, Leônidas. *Explicações Científicas*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

Desde o início, FF esclarece a sua visão sobre a causação no campo da História: “No elemento étnico e na ação do meio, irá a História buscar a causalidade mais geral de todos os fenômenos históricos”²³.

Historiar implica discernir causas para inferir lei. O relato historiográfico de FF toma a feição de um encadeamento de causas e consequências, na sequência temporal, linear. O relato é tecido, em grande parte, desse procedimento narrativo.

Vejam, em primeiro lugar, exemplos da “causalidade geral” postulada por FF. O exemplo é retirado da *História Constitucional* (1894): “Não é agora o momento de inquirir as causas que têm operado a formação de caráter tão versátil e de estado subjetivo tão indeciso e indiferente”²⁴.

O objeto enfocado é o povo brasileiro. Em outras passagens, FF verá na formação étnica do Brasil as “causas” do caráter nacional. Tal noção é recorrente nos outros autores coevos de FF. Era corrente a convicção da inferioridade de algumas raças²⁵.

²³ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 31.

²⁴ FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 71.

²⁵ Ver, sobre esta questão, SCHWARCZ, Lília M. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Nessa mesma *História Constitucional*, o autor imputa a causalidade ao meio ambiente natural²⁶.

Nesse passo raro na sua economia explicativa, o autor alude às “condições geológicas” como causa do maior desenvolvimento econômico do Sul em oposição ao Norte. Apesar do determinismo mesológico, explicitamente formulado, é raro o seu uso no decorrer dos relatos. Nota-se uma defasagem entre teoria e prática.

No decorrer das suas obras, FF apresenta um outro gênero de causalidade. São fatores causais, específicos, conjunturais: Na *História Constitucional...* e na *História da Revolta*, o autor postula uma causalidade tripartite: econômica, social e política.

Ao lado da causação social de eventos históricos, há que também considerar as causas oriundas da economia. Esse tipo de causalidade é muito frequente na historiografia de FF.

O historiador postula a existência da causalidade econômica ao longo da História do Brasil. As cau-

²⁶ “Condições geológicas do sul, oferecendo pasto à sede de explorações de minas, fez criar o espírito industrial em seus habitantes. Eis aí, a nosso ver, uma causa do maior movimento civilizador do Sul sobre o Norte” (FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 67).

sas econômicas aqui apontadas são a escravidão, a centralização e o regime do papel moeda.

A causação econômica não foi abandonada pelo historiador, embora compareça de modo mais acentuado nas duas obras que enfoquei. Na última obra publicada, a *História da Cidade do Rio de Janeiro*, FF irá, mais uma vez, imputar a causalidade econômica à política e à sociedade.

Na historiografia de FF, questões da esfera econômica ecoam no âmbito da política. A ausência de navegação e de indústria é causa da instabilidade política no contexto do governo do Rio de Janeiro no século dezessete²⁷.

Outra postulação da causalidade econômica aparece em uma obra de 1907, *Os Portugueses no Brasil*. O historiador enfoca, neste ponto, a “invasão” francesa no Rio de Janeiro do século dezessete. Imputa ao espírito comercial (cruzados) o perfil singular daquele evento da história pátria. Nota-se que o fator foi alçado à condição de causa determinante²⁸.

²⁷ “Mas nada disso sanava o mal. A crise continuava, por isso mesmo que suas causas estavam na falta de navegação e de indústria, monopolizados em favor da Companhia de Comércio” (FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 232-233).

²⁸ “E em sua eleição para chefe do governo, está uma das mais poderosas causas do insucesso da revolução ou, pelo menos, de não resistir à reposição de Salvador” (FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 198).

Como já notei, a causação pode também recair sobre a política. Na passagem anterior, dois fenômenos da esfera política (eleição, revolução) são postos em uma relação causal. O insucesso de uma revolução deveu-se a uma eleição. Observemos o exemplo tirado da História do Rio de Janeiro. A passagem refere-se à eleição de Luiz Barbalho para governar aquela cidade (1643).

O autor imputa à invasão espanhola ser causa da colonização do Rio de Janeiro. Aqui dois fatos de ordem política, econômica e social são relacionados como causa um do outro. Notar a lógica da causa/efeito. Um evento anterior determina o consequente. O que vem antes determina o posterior. Cerne da explicação causal na história.

A economia tem na visada de FF amplo poder causal. Seus efeitos vão além da própria economia, transcendem esferas.

FF vê na economia (escravização indígena e mineração) uma causa da ciência (conhecimento geográfico). É mais um exemplo de causalidade exógena. O dinamismo de um setor tem em outros campos a sua causalidade. Vem de fora o fator da mudança.

²⁹ FREIRE, Felisbelo. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 327.

Às vezes, os eventos têm causação multifacetada. Esse é o caso da evolução das ruas cariocas, estudadas na *História da Cidade...*²⁹.

Na evolução do Rio de Janeiro, o surgimento e o desenvolvimento das ruas são rígidos por causas econômicas, sociais, religiosas e topográficas.

Como se pode ver, a causação em FF é quase sempre um atributo de fatores transindividuais, forças maiores que os sujeitos. Em um passo da *História de Sergipe*, o autor argumenta que a prosperidade da colônia não pode ser resultante “da ação isolada de um homem”, mas das causas mais abrangentes³⁰.

FF postula, neste trecho, a existência de causas permanentes. Adstrito ao mesologismo, ele vê no meio e na raça as causas mais atuantes na História. É notável que estas transcendam as individualidades. Em outros pontos, FF contraditório valoriza, em grande medida, os “heróis” e seus feitos.

Os móveis positivos da história são “civismo”, “patriotismo”, “heroísmo”, “ciência” e “instrução”. Esses fatores impulsionam as sociedades rumo à “civilização”. São molas do “progresso”. Podem ser atri-

³⁰ “Se a interferência do príncipe foi de larga contribuição para a prosperidade da colônia, esse resultado foi puramente transitório, pois dependia mais da ação isolada de um homem, do que da ação de princípios e causas que fossem contínuos em seu funcionamento” (FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 152).

buidos a indivíduos ou coletividades, consoante o episódio do enredo historiográfico. Fases da “decaência” são marcadas pela ausência desses fatores.

Os motivos cívicos e patrióticos permeiam as obras do historiador. Às vezes, ele deplora a ausência dos dois: “Há visível e palpável desfalecimento do civismo e obnublação do patriotismo”.³¹

Na *História da Cidade do Rio de Janeiro* (1912), a presença do “civismo” é frequente³². Em outras situações, é atributo de uma instituição. Esse é o caso da Câmara da Vila de São Paulo, na quadra de 1612.

³¹ FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 294.

Ou ainda: “Daqui em diante o historiador nota, a largos traços, a perda do civismo, o desfalecimento do patriotismo na sociedade daqueles tempos” (Idem, p. 300).

“Nenhuma manifestação de civismo encontra o historiador, contra os abusos que se cometiam. O caráter [do povo] tendia a degenerar-se; e a degeneração liga-se ao predomínio da política, sobre todas as manifestações da sociedade” (ibid, p. 301.)

³² Aqui como atributo de um agente: “A proposito da successão de D. Pedro II, em consequência da morte da rainha, a câmara resolveu mandar à corte um emissário, para além de cumprimentar o príncipe, informar sobre o péssimo estado da capitania, em relação ao seu comércio e lavoura e pintar os estados da opinião pública, profundamente adversa ao governador, pela prisão do ouvidor Dr. Manoel. Dias Raposo, arrancado barbara e tyranicamente de sua cadeira pelos agentes do governo, para a prisão da cidade, simplesmente porque esse magistrado, cheio de civismo de altivez, e consciência do seu dever, abordou a questão notável e tão cheia de interesses da demarcação da sesmaria do conselho da cidade” (FREIRE, Felisbelo. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 230).

O patriotismo é também atributo de uma individualidade. O patriotismo é um atributo de alguns governantes em contextos especiais. O mesmo ocorre com a Câmara do Rio de Janeiro nos idos de 1642³³.

Em outros contextos o “civismo” choca-se com a loucura das grandes “paixões”. É o caso quando o civismo carioca entra em colisão com o autoritarismo do governador Salvador Benevides³⁴.

Em outros contextos civismo e patriotismo aparecem associados a um dado natural: homogeneidade populacional. Entretanto é raro, em FF, recorrer à raça como fator causal. Na economia explicativa os fatores morais têm maior importância. Embora o autor postule explicações naturalistas (raça, meio natural...) ³⁵.

³³ “O patriotismo com que a câmara olhava para os interesses públicos, as medidas do povo, a somma de sacrifícios com que procurava ajudar o Estado, na difícil emergência de guerra, em que se achava a colônia, por meio de pesados impostos lançados sobre o comércio e a lavoura e dos donativos voluntários sobre sua população, captivam as sympathias do soberano que, agradecido, honrou-a por meio do alvará de 10 de fevereiro de 1642, com os mesmos privilégios que já tinham sido concedidos aos cidadãos do porto” (FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 147-148).

³⁴ “Acabou como um depositário de uma grande fortuna, associada a uma enorme prestígio político que, entretanto, sofreu um eclipse projectado pelo civismo carioca, quando na loucura das grandes paixões, quis exceder-se no autoritarismo da sua vontade” (FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 332).

³⁵ “A falta de patriotismo, de civismo e de homogeneidade de sua população, tornou-se bem patente nos meios de defesa que opuseram à invasão das armas inimigas na Bahia, em 1624 e Pernambuco, em 1630” (FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2 ed., Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 119).

Num episódio da *História de Sergipe*, FF estabelece umnexo causal entre a falta de patriotismo dos sergipanos e a ausência de reação frente à invasão holandesa, no século dezessete³⁶.

Mas a ausência do patriotismo na *História de Sergipe* também fica patente em outros episódios da história estadual. Essa é a situação quando da tentativa da Bahia de reduzir Sergipe à condição subalterna, apesar da autonomia dada por D. João VI. Mais uma vez, faltou patriotismo entre alguns nativos.

Nem sempre o “patriotismo” e “civismo” veem a baila na historiografia de Felisbello Freire como ausências deploradas. É com manifesto júbilo que o historiógrafo registra a manutenção do território brasileiro como fruto do nosso patriotismo³⁷.

³⁶ “O estado do espírito público da colônia, a perda do sentimento de patriotismo que de sua população tinha-se apoderado, a morte do espírito militar, o predomínio do espírito religioso que tudo avassalava, fazendo esquecer as medidas de defesa, tornam-se bem visíveis no modo por que foram recebidas as armas inimigas, que nenhuma oposição encontraram em assenhorearem-se da capital da colônia” (FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 118).

³⁷ “Eis ahi expostos os esforços de gerações que se succederão para manter íntegro o território do Brazil, contra os interesses de povos estrangeiros que quizerão invadi-lo. Ninguém deixará de admirá-las, tal a soma de patriotismo com que agião os seus autores” (FREIRE, Felisbello. *Os Portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. d’O Economista Brasileiro, 1907, v. 1, p. 475).

A reação dos sergipanos frente ao invasor holandês é, para FF, um feito de natureza heróica³⁸. O mesmo se pode falar dos agentes da colonização do território brasileiro³⁹.

Movidos por essas forças, os homens superaram todas as formas de egoísmo ou particularismo familiar, tribal. Esses fatores possibilitam, de fato, a emergência de unidades agregadas, o Estado, a Nação. Atribuindo a esses fatores o estatuto de avanços da civilização, FF é, mais uma vez, tributário do evolucionismo spenceriano que credita à evolução moral a superação do egoísmo e o surgimento do altruísmo. Essa bipolaridade causal faz-se presente na historiografia de Felisbello Freire.

O termo “paixão” aparece desde o início da obra historiográfica de Felisbello Freire. Na *História de Sergipe* (1891), o conceito tem presença frequente, designando um móvel dos agentes históricos. A pai-

³⁸ “Na terceira fase que é a guerra da independência, (1645-1654) o heroísmo e patriotismo dos invadidos foram postos em ação” (FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 120).

³⁹ “E nesta obra de civilização, de heroísmo e de sofrimentos, aparecem vultos que impõem a admiração das gerações futuras e que aqui precisamos destacar (...) Não sahindo da zona do litoral, a conquista dirigiu-se para o norte, como um facto sem solução de continuidade e com os seus personagens que são verdadeiros heróis” (FREIRE, Felisbello. *Os Portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. d’O Economista Brasileiro, 1907, v. 1, p. 6-7).

xão é sempre conotada negativamente. Todos os atores sociais podem ser motivados por ela: o governo, o povo, as classes. O historiógrafo apresenta a *História de Sergipe* colonial como sendo, de um lado, dominada pelas “paixões” dos poderosos e, do outro, pelo obscurantismo dos religiosos. Desse embate, resultou o atraso do processo civilizador em Sergipe. Naquela fase, o estado só avançaria com o advento de outras motivações: o civismo, o patriotismo e a instrução científica.

No teatro historiográfico, as “paixões” são, sobretudo, atributos dos dominantes. As classes populares são pacientes, sofrem os efeitos da ação dos poderosos. Em um passo da *História de Sergipe*, notando o desamparo dos segmentos populares, ele escreve: “Entregues às paixões dos dominadores haviam de presta-lhes obediência passiva”.⁴⁰

Nesse contexto, a vontade dos governantes substitui a lei, a justiça. É notável como para FF há uma polarização “paixão”/“lei”. A primeira é semantizada negativamente, pois representa a emergência do irracional. A lei, por seu turno, é positivada porque implica a racionalidade.

⁴⁰ FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 223.

Pode-se assegurar que a historiografia de FF divide os móveis do processo histórico em dois grupos distintos. De um lado, os fatores irracionais: as paixões, ódios, fanatismos, os partidarismos, fatores de "anarquia" ou "decadência". No pólo positivo, estão os fatores do "progresso", da "civilização, etc. Aqui ainda reaparece uma dicotomia do pensamento spenceriano: egoísmo x altruísmo. Para Spencer, o processo civilizador equivalia à passagem do egoísmo para o altruísmo. O mesmo ocorre nos textos de FF. As sociedades evoluem à medida que os motivos egoístas e irracionais são substituídos por outros racionais e altruístas. Assim, na historiografia do Autor, dois pólos dominam o devir histórico: razão e irracionalidade.

A "paixão" tem papel destacado na *História da Revolta de 6 de setembro de 1893*. É importante lembrar aqui o propósito do autor ao escrever este livro: defender o marechal Floriano Peixoto de quem fora ministro. A "Revolta da Armada" é, assim, apresentada com todos os signos da negatividade. Ela foi, em suma, o produto da "paixão" de alguns, um episódio marcado pelo desvairio, pela irracionalidade. É como drama movido pelas "paixões" que a revolta é encerrada no teatro historiográfico de FF. Entre os motivos da Revolta Armada, estão as "paixões políticas" (p. 59), a "pai-

xão partidária” (p. 69). Note-se como, para o autor, o episódio foi em síntese uma patologia política.

Em *Os Portugueses no Brasil* (1907), FF também põe em cena o motivo das “paixões”. Elas têm uma aparição marcante ao passo em que nararam as motivações lusitanas para migrar ao Brasil. O historiador nota que foi o ímpeto de enriquecer, “a paixão de vir para logo enriquecer” (p. 114) que moveu os lusitanos a deixar a “terrinhã” e enfrentar o Brasil.

A historiografia toma, na pena de FF, a feição de um teatro movido por motivos egoístas ou altruístas, pela desrazão ou pela racionalidade. Nesse sentido, a forma explicativa adotada ao longo dos seus textos torna-se um modo peculiar de psicologia individual ou coletiva. Explicar a história é desvendar as motivações dos atores no cenário do processo histórico. O historiador vale-se da psicologia para compreender os agentes e suas motivações. Explicar é descobrir causas e estas estarão na subjetividade dos personagens postos em cena.

CATEGORIAS ANALÍTICAS - FASE

“Fase” é uma categoria analítica na historiografia de FF. Através dela, o historiógrafo procura demarcar as diversas etapas do processo evolutivo. O

uso da noção é uma decorrência do paradigma evolucionista adotado como teoria para a inteligência do passado. O conceito de evolução traz implicada a idéia das fases. O evoluir não ocorre aleatoriamente, mas segue um processo no qual cada fase é qualitativamente diferenciada da anterior e da posterior⁴¹. Em decorrência dessa opção teórica, a historiografia de FF dá muita ênfase ao estabelecimento de fases evolutivas dos objetos historiados. Essa preocupação acompanha o autor ao longo dos seus textos historiográficos.

Os exemplos são muitos ao longo da historiografia do autor. Há fases da evolução econômica, política, social e moral de um povo⁴².

No processo civilizador (ou seja, a colonização do Brasil), a fase militar é seguida pela agrícola. Nesse passo, FF é, mais uma vez, devedor de Spencer, pois este filósofo caracteriza as sociedades em dois tipos básicos: militar e industrial.

⁴¹ Consultar SAHLINS, Marshal. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

⁴² "A própria escolha insular revela a situação de seu espírito, na expectativa de uma luta, para a qual ella já era um elemento de defesa. A colonização então não devia passar da phase militar, de segurar a defensiva, antes de estender-se pelo continente, iniciando a phase agrícola" (FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 16).

Postulando um etapismo na evolução, FF entende que há no processo evolutivo distintas fases. Este é o caso da economia brasileira.⁴³

A economia no seu evolver segue etapas ou fases necessárias de desenvolvimento. Como qualquer organismo, a economia passa por estágios diferenciados, sempre em rumo da civilização, do simples ao complexo, do primitivo ao civilizado.

Um setor econômico, a agricultura, desenvolve-se ainda através de etapas distintas⁴⁴.

Mas não somente o social e a economia seguem fases distintas na sua trajetória. O mesmo ocorre com a esfera política. Historiando a Revolta da Armada, o pesquisador distingue no fenômeno focado diferentes etapas de desenvolvimento. FF estabelece três fa-

⁴³ "Julgamo-nos desobrigados de tratar da fase econômica anterior ao Império com a demora que o assunto requer, porque isso constitui assunto de um livro que elaboramos e escrito sob as influências das mesmas doutrinas em que este se inspira" (FREIRE, Felisbello. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 59).

⁴⁴ "Estas ordens religiosas que tanto se desenvolveram no Brasil, tinham-se fundado no Rio de Janeiro, sob a proteção de Salvador de Sá, em cuja administração attendeu solicito para o desenvolvimento material da cidade e o desenvolvimento da lavoura, que já sahia da phase rudimentar, para a phase da indústria agrícola da canna" (FREIRE, Felisbello. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 65).

ses diferenciadas para a Revolta. Cada uma delas com caracteres singulares, com especificidade⁴⁵.

Não somente um fenômeno singular como a Revolta da Armada tem um perfil tracejado por distintas fases evolutivas. É toda a evolução do Brasil na esfera política que obedece a um trajeto de fases sucessivas. Longe de ser aleatório, o evoluir político de um povo segue uma lógica geral, um princípio de caráter nomológico. Neste sentido, o conceito de fase evolutiva está intimamente ligado à lei na rede conceitual utilizada pelo historiógrafo. Enfoquemos mais um trecho da já citada *História da Revolta...*

Na história da implantação da civilização no Brasil, é também possível vislumbrar, na concepção do autor, etapas distintas de desenvolvimento. O processo civilizatório em sua totalidade segue estágios diferenciados. Neste sentido, a história da civilização brasileira nada mais é que a sucessão de passos rumo ao ápice civilizacional. É uma caminhada com “estações” previamente demarcadas, com trechos singulares do caminho. Este é um efeito evidente da

⁴⁵ “Que ela foi um movimento de caráter político, aí está a prova, não só no período de elaboração, como em todas as suas fases, nos manifestos de seu chefe. Seu intuito era a deposição do supremo magistrado da nação. O seu caráter social está no fato eloquente de ser uma luta de classe, entre a marinha e o exército, cujas rivalidades vêm de longa data” (FREIRE, Felisbelo. *História da Revolta de 6 de setembro de 1893*. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 19).

adesão do autor ao paradigma evolucionista de corte spenceriano⁴⁶.

A história de todos os povos ou nações é uma escalada rumo à civilização. Nesta caminhada, pode haver períodos de avanço ou, ao contrário, de retrocesso ou de estagnação. São essas as três possibilidades do evoluir histórico⁴⁷. Os fatos da história dos povos patenteiam essas configurações do processo evolutivo⁴⁸.

A história de uma região, como a humanidade, segue etapas diferenciadas no decorrer do tempo. No

⁴⁶ O exemplo que segue é tirado de *Os Portugueses no Brasil*. Observemos a passagem: "Francisco Pereira foi a primeira vítima da conquista e a Bahia tornar-se-hia um centro poderoso de anarchia e dissolução, em contraste manifesto do que foi na civilização nacional um centro de vida e de força, si a orientação política da metropole não se sentisse e se convencesse dos perigos e desvantagens de um parcelamento e divisão de forças, na phase da conquista, sem um centro regulador e systemático de guerra que harmonisasse e coordenasse as energias" (FREIRE, Felisbello. *Os Portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. d'O Economista Brasileiro, 1907, v. 1, p. 4).

⁴⁷ Consultar sobre fatores de atraso e avanço SPENCER, Herbert. *The Principles of Sociology*. Nova York: Appleton, 1896.

⁴⁸ Tomemos um exemplo de "fase" positiva na história de Portugal: "A phase brilhante da prosperidade nacional era tão pujante que creou as obras notáveis de Camões, que perpetua nas annaes da literatura a navegação do Oriente; as décadas de Cristovão de Barros, que registra a história em prosa dos portugueses na Asia; as Peregrinações de Fernão Mendes Pinto; as chronicas de Damião de Goes; as obras de philosophia e de moral de Francisco de Sá de Miranda; as tragédias de Ferreira; as obras de mathematica de Pedro Nunes e as obras políticas de Diogo de Gouveia" (FREIRE, Felisbello. *Os Portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. d'O Economista Brasileiro, 1907, v. 1, p. 2).

caso em foco, o autor trata da história do Mato Grosso em sua fase inicial. Note-se que, para FF, a região “nasce” com a conquista do colonizador. Antes disso, está fora do processo civilizador, no primitismo da indiada. Colonizar é pôr trilhos da civilização.

A história da Cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, é uma sucessão de fases distintas de desenvolvimento. Em cada fase, o desenvolvimento poderá ser diferenciado. Há fases de aceleração, de estagnação ou de retrocesso (decadência).

CATEGORIAS ANALÍTICAS: “EVOLUÇÃO”, “DECADÊNCIA”/ “ANARQUIA”

A noção de evolução é onipresente na historiografia de Felisbelo Freire. A frequência do termo não é, entretanto, muito abundante. No entanto, mais que a palavra, esta idéia norteia o historiador na inteligência do passado.

A categoria fornece ao historiador um instrumento teórico de grande poder explicativo. O termo é uma espécie de chave-mestra no semantismo da sua historiografia⁴⁹.

⁴⁹ Tomo o conceito de semantismo de BENVENISTE, Emile. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989, p. 10.

A noção de evolução, oriunda da Biologia, foi transplantada para a historiografia. Um objeto evolui quando se transforma no decorrer do tempo. A duração implica alterações na natureza do objeto. Por fim, há um outro componente necessário à noção de evolução. É preciso que essas mudanças sinalizem em uma determinada direção. É preciso que elas tenham uma meta. Um objeto evolui quando, com o passar do tempo, vai-se encaminhando para a sua plenitude, a sua efetiva realização. O ovo que se efetiva na ave, a semente na árvore, a tribo primitiva na emergência do Estado. Esse tipo de raciocínio norteia FF no decorrer da operação historiográfica⁵⁰.

O conceito de evolução tem, na historiografia do Autor, abrangência generalizada. Todos os objetos historiados sofrem o processo evolutivo. Em primeiro lugar, a sociedade. FF, rezando pela cartilha do spencerianismo, vê os povos como sujeitos da História. No devir, eles atravessam diversas etapas evolutivas. É frequente, nos relatos do historiador, a referência à fase militar e industrial da evolução dos povos.

⁵⁰ Consultar, sobre a presença da noção na historiografia oitocentista, FEUTER, Ed. *Historia de La Historiografia Moderna*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1953, v. II; também NISBET, Robert. *História da Idéia de Progresso*. Rio de Janeiro: INL, Brasília: UNB, 1980.

No campo das mentalidades, também se observa o fenômeno. No processo evolutivo mental de uma sociedade, a religião é substituída pela ciência; a superstição, pelo esclarecimento científico⁵¹.

Para o filósofo alemão, o mesmo procedimento deve ter o historiador na inteligência dos objetos históricos.

A noção de evolução, na obra de Felisbelo Freire, fornece um norte para a inteligência científica dos eventos relatados. De início, o evolucionismo biológico nos moldes formulados por Charles Darwin. No início da *História de Sergipe*, o autor estabelece os postulados básicos da sua filosofia da história. "O evolucionismo é um princípio geral". FF, como os demais cientificistas do seu tempo, está preocupado em encontrar, no aleatório aparente do devir histórico, algo que possibilite vislumbrar regularidades, princípios gerais. A noção de evolução é, sem dúvida, um desses pilares da explicação histórica. Ela aponta para uma direção seguida pelos eventos humanos na trajetória temporal.

O evolucionismo sociológico, em FF, é expressão e extensão da base filosófica e científica adotada.

⁵¹ Consultar sobre este ponto, MELLO, Luís Gonzaga de. *Antropologia Cultural*. Petrópolis: Vozes., 1982. Especialmente o capítulo "Evolucionismo Cultural".

Consonante o pensar da época, o autor vai do biológico ao social, da natureza à sociedade. Este é o ponto axial da sua concepção historiográfica: a evolução.

Na pena do historiador, historiar quase se confunde com traçar linhas evolutivas. Toma um objeto e descreve as suas transformações no tempo, rumo a uma finalidade, uma teleologia. Este é o cerne da *demarche* do historiador sergipano. Em muitas passagens, o autor explicita essa opção gnosiológica na feitura do saber histórico. Em um trecho da *História da Cidade do Rio de Janeiro*, ele anuncia o propósito revelador: “Façamos a evolução histórica dessa propriedade dos beneditinos”⁵².

Historiar é, para o autor, traçar perfis evolutivos, ou seja, descrever os diversos estágios da transformação de um objeto rumo a sua finalidade ou plenitude. Evoluir implica melhoria constante rumo à efetividade, como uma semente que tem sua efetividade plena na árvore.

O conceito de “evolução” está intimamente ligado ao de “civilização”. A evolução de um fenômeno dá-se rumo à civilização, ou seja, um estágio superior em termos sociais, econômicos, políticos e morais. É, neste sentido, que a evolução é civilizadora na visão de FF.

⁵² FREIRE, Felisbelo. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 352.

Esta é a situação, no contexto da *História de Sergipe*, dos “realistas” sergipanos e alagoanos frente à “revolução” pernambucana de 1817. Eles esqueciam os males da administração monárquica: a prepotência é o arbitrário e a ignorância. Na ocasião, o tempo já vivido pela colonização implicava uma outra fase na escala evolutiva: um regime baseado na legalidade, na justiça e na ciência.

Assim como evoluem as formas de governação, também evolui a mentalidade dos povos. Fiel às teses do racismo científico de seu tempo, FF acredita que as raças estão em diferentes patamares na escada evolucionária. Era uma crença quase generalizada. Em um passo da *História de Sergipe*, o autor disserta sobre as diferenças, quanto à evolução mental, entre “índios” e africanos⁵³.

O escalonamento das formas religiosas em diferentes estágios da evolução mental dos povos foi costumeiro no interior do paradigma evolucionista (sociológico, antropológico e histórico). Acreditava-se que evolução das religiões ia do fetichismo primitivo até as for-

⁵³ “Em grau de evolução mental muito inferior ao índio, porque permanecia nos primeiros momentos do fetichismo, o africano trazido para o Brasil...” (FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 41).

mas monoteístas⁵⁴. No caso focado pelo historiógrafo, o africano estaria no início da escala evolutiva religiosa, pois era praticante do fetichismo. Portanto, para o autor, formas religiosas deferenciadas expressam diferenças no processo da evolução mental de um povo.

A evolução mental de um povo manifesta-se também na esfera política. Formas políticas menos evoluídas são substituídas por outras mais sofisticadas ou em uma palavra, mais evoluídas. Este é o princípio que rege o evoluir das formas de governação dos povos. Na história política brasileira, isso ocorreu com a substituição da monarquia pela república. Mas a própria idéia republicana tem, na visada de FF, uma trajetória evolutiva e fases diferenciadas de desenvolvimento. O historiador escreve na *História Constitucional...*⁵⁵.

⁵⁴ O evolucionismo no campo das religiões foi claramente formulado por TYLOR, E.B. *Primitive Culture*. Nova York: Harper, 1958.

⁵⁵ "Temos até aqui estudado a evolução da idéia republicana e os elementos revolucionários que ela foi lançando no seio da sociedade, à proporção que suas conquistas abriram em seu favor uma corrente de simpatias da opinião. Ao lado disso temos descrito as fases da propaganda e a feição aguda que assumiu depois da lei da emancipação do escravo e de acontecimentos outros que se operaram na vida política da nação e que repercutira tão diretamente sobre ela" (FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 309).

Sob a ótica do autor, a evolução da idéia republicana no Brasil atravessou fases distintas. Acompanhar a trajetória evolutiva de um objeto é demarcar as etapas diversas do seu desenvolvimento.

Em um quadro da sua narrativa, o historiador conecta a evolução política a outros fatores. Ele os chama de “forças vivas da nação”. São as causas responsáveis pela derrocada da Monarquia e implantação do regime republicano. Da conjugação de causas, resulta uma evolução na escalada civilizatória do povo brasileiro.

Neste contexto discursivo, FF irá destacar o papel da instrução científica como fator da evolução política de um povo. No exemplo brasileiro, a difusão das ciências naturais foi uma das causas da emergência da República. Elas libertaram as mentalidades, acredita FF, das peias da meta-física. Foi um fator de libertação intelectual da elite letrada da segunda metade do dezenove⁵⁶.

Aqui, como em outras passagens, o autor estabelece uma relação causal entre instrução científica e evolução democrática. Povos esclarecidos rejeitam a

⁵⁶ “... no desenvolvimento que teve entre nós, a instrução quer primária quer secundária como ainda mais de uns trinta anos para cá o estudo das ciências naturais, está um importante fator da evolução democrática do país” (FREIRE, Felisbelo. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 166).

tirania, exigem legalidade. Por “evolução democrática”, no caso enfocado, FF entende a trajetória rumo à implantação do regime republicano. Evoluir, no campo político, é substituir a Monarquia pela República.

Outros exemplos dessa lógica evolutiva que rege os fenômenos históricos aparecem ao longo da historiografia tratada. Na evolução do direito de propriedade, FF enxerga a realização da polarização egoísmo/altruísmo. A passagem do tempo implica aperfeiçoamento legal, ampliação dos direitos dos indivíduos.

Como se vê, para o historiador, todos os objetos da investigação histórica estão em constante processo evolutivo. A noção de evolução é, assim, uma categoria axial na historiografia de FF.

O oposto da evolução é, na historiografia do autor, a “decadência”. Ela semantiza uma situação de retrocesso ou estagnação processual. Na visada de FF, é comum tratar tais situações como patologias sociais. Neste sentido, a constante presença de metáforas nosográficas atesta o uso epistemológico que o autor faz da noção de decadência.

Na *História Constitucional...*, FF trata da situação política das províncias sob a vigência da monarquia. O historiador enfoca as assembleias provinciais com o fito de caracterizar o quadro de deca-

dência geral vivido pelas províncias sob a vigência do império⁵⁷.

FF retrata a situação das assembleias provinciais. A decadência é moral e política. A causa é a desqualificação moral e intelectual dos deputados da segunda metade do século dezanove.

No exemplo em foco, a “decadência” política decorre da desqualificação intelectual e moral dos deputados provinciais. Note-se que, para o autor, instrução científica e limpeza de caráter são dois atributos inerentes ao bom representante do povo. Sabedoria e virtude marcam o perfil do político ideal na visão de FF.

Em passagens de outras obras, o historiador vale-se de sinônimos do conceito de “decadência” para caracterizar situações anômalas. Este é o caso da Re-

⁵⁷ Basta oferecermos como prova dessa perda de prestígio o fato de os cidadãos mais conceituados das províncias não quererem o sufrágio popular para a representação provincial, no seio da qual tomavam ingresso as mediocridades e os indivíduos que não arrastavam consigo a confiança pública. Não podendo estendermos sobre esse assunto que será devidamente estudado, quando tratarmos do Parlamentarismo, queremos, entretanto, antecipar a afirmação da decadência moral e política a que chegam às assembleias (FREIRE, Felisbello. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 116).

volta da Armada⁵⁸. O mesmo se pode dizer do Rio colonial⁵⁹.

A classificação da sociedade brasileira da fase colonial como decadente é frequente em FF. Dois fatores são responsáveis por essa situação indesejável: o regime monárquico e o predomínio da religião sobre as consciências.

Essa é a situação da sociedade baiana em inícios do século dezessete, diante da invasão holandesa. FF fala, vestindo a toga de juiz, da covardia de governantes e governados. Para ele, a decadência é “social” e é “moral”. No exemplo enfocado, faltou o “heroísmo militar” que animou o século anterior da colonização brasileira. Note-se o caráter judicativo da abordagem.

A decadência pode ser vivida por qualquer domínio do campo historiográfico: social, político, econômico ou moral.

Na esfera política, “decadência” implica falta de autonomia, sujeição a outrem. Este é o caso de Portugal sob o domínio da Espanha. FF entende que o

⁵⁸ “Enquanto nos dois estados do sul a ação revolucionária desdobrava-se em vitórias sucessivas sobre as forças legais, no porto do Rio de Janeiro, a revolta definhava a olhos vistos” (FREIRE, Felisbelo. **História da Revolta de 6 de setembro de 1893**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982, p. 253).

⁵⁹ “Si pelo lado político e administrativo o Rio de Janeiro decahia, nivelando-se com qualquer capitania da colônia, o mesmo sucedia pelo lado judiciário” (FREIRE, Felisbelo. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 226).

estado desenvolvido é um estado autônomo, que se autogoverna.

Outro avatar da decadência é a “anarquia”. O termo é sinônimo, de “decadência” na compreensão do historiador.

Esta é a situação de Minas Gerais no século dezoito. Conflito entre baianos e paulistas. Nesse teatro, emerge Manuel Nunes “primeiro dictador que se erigiu na América” (p. 121). A ditadura ou a tirania são avatares da anarquia na visada de FF. “Tempos anarchicos”, para FF, são aqueles em que não se observa a lei. O respeito à lei é um indicativo de evolução na escada da civilização. É exatamente o contrário dos tempos coloniais.

Este contraponto entre respeito à lei e ilegalidade é constante na historiografia de FF.

Historiando a expansão colonial, FF contrapõe a vertente litorânea à interiorana. A primeira era calçada na lei, e a segunda; na ausência de lei ou no desrespeito a ela⁶⁰.

⁶⁰ “Ao assumir o governo da Bahia, o Conde de Obidos achou profundamente anarchisada a administração, pelo excesso de autonomia e jurisdição com que Salvador governára o Rio de Janeiro, com graves prejuízos das atribuições do governo geral” (FREIRE, Felisbelo. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 220).

CATEGORIAS ONTOLÓGICAS: GOVERNO

O governo é uma entidade onipresente na historiografia de FF. O devir histórico de uma sociedade é pensado como sendo, fundamentalmente, a gesta dos governantes. O governo dá feição a uma época, a uma sociedade. São demonstrativos dessa visão diversos textos de FF. É frequente o ordenamento do material explanado (capítulos) consonante à sucessão dos governos. É como vimos no capítulo I um recurso tradicional, típico da historiografia romântica. O autor, mesmo se confessando um adepto do naturalismo científico, vale-se desse expediente costumeiro. É uma flagrante contradição entre a proposta dita e o efetivamente realizado.

Mesmo pondo os governantes no proscênio da sua historiografia, FF, como já notei, introduz outros atores sociais no desenrolar do relato historiográfico. Este é o caso do “povo” e das demais “classes sociais”.

A colocação dos governantes no proscênio historiográfico é um procedimento que acompanha FF até o último livro publicado (*História da Cidade do Rio de Janeiro*). A valorização dos governantes como protagonistas da História não foi rejeitada por ele em momento algum da sua produção no campo do saber histórico. Foi uma convicção constante. Mesmo se tratando de estudos mais sociológicos como

História Territorial do Brasil e Os Portugueses no Brasil, era de esperar que o historiador conformasse a sua historiografia a partir da sucessão de formas sociais (estágios de desenvolvimento) e não como gesta de governantes.

CATEGORIAS ONTOLÓGICAS: POVO

O “povo”⁶¹ desempenha um papel significativo no relato historiográfico de Felisbelo Freire. Ao longo de sua obra, tal categoria aparece centenas de vezes. No cenário dos sucessos históricos, o “povo” ocupa dois papéis principais. De um lado, tem-se o povo-sujeito e, de outro, o povo-objeto. No primeiro caso, é agente na cena histórica; faz, age, atua, realiza feitos. Torna-se protagonista ao lado de outros atores sociais. Em contrapartida, ele pode ocupar um lugar de paciente, sofrendo a ação de outros agentes. O povo sob a ação de outras categorias. A história do Brasil, da colônia até a emergência da República, é pensada como sendo um processo evolutivo onde o povo vai-se constituindo, ocu-

⁶¹ O conceito de “povo” tem largo uso e história. Consultar HAUAISS, Antonio. “Povo (Filologia)” In: **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p. 251-253; sobre os usos políticos, ver FRANCO, Afonso Arinos de Mello. “Povo (Política)” In: **Dicionário de Ciências Sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p. 953-955.

pando o prosclênio histórico, concomitantemente ao surgimento da civilização como um processo civilizador. Ao lado do “povo”, FF põe, no palco da história, outros personagens: “aristocracia”, “clero”, “governo”, “índios”, “negros”, “classes”... Esses são, na percepção do historiador, agentes históricos.

Como se vê, “povo” é uma categoria conceitual importante na ontologia histórica de Felisbello Freire. Na visada do autor, esta categoria tem duas significações básicas. De um lado, designa a totalidade de uma população, englobando todos os indivíduos. De outro lado, “povo” significa uma parcela específica da população: a maioria desprovida de recursos ou de baixa renda. Vejamos alguns exemplos retirados das obras do historiador⁶².

Na obra inaugural, FF escreve: “As exigências da orientação científica moderna dificultam consideravelmente o encargo de escrever a história de um povo”⁶³.

Aqui “povo” é igual ao conjunto da população, toda sociedade. É categoria totalizadora. A categoria engloba a sociedade e, nesta acepção, remete a toda a população de um território determinado.

A categoria pode, como já foi dito, referir-se a uma parcela específica da sociedade. Nesse contexto,

⁶² Consultar sobre o conceito povo; COLLIVA, Paolo. “Povo.” In: BOBBIO, N. e outros (org). Dicionário de Política. 2 ed. Brasília: EDUNB, 1986, p. 996-997.

o “povo” contrapõe-se a outras categorias sociais postas em cena pelo historiador⁶⁴.

Neste caso, o povo é contraposto à aristocracia, à classe mandante. Estereótipo do povo ordeiro e obediente. Contraditório com o resto do livro onde o autor defende outra tese. No contexto de um episódio da História de Sergipe imperial, o “povo” comparece no papel de vítima. É comum, na historiografia do autor, o confronto povo/governantes. Quase sempre o “povo” é vitimado pelos agentes do governo.

O “povo” surge como parcela da população. Nesta obra, FF demarca outros segmentos sociais (partes da população) “nobreza”, “clero” “governo”, etc. Aqui “povo” é igual a classes subalternas.

FF põe, no cerne da sua historiografia, o conflito entre segmentos ou, valendo-se da sua terminologia, “classes sociais”. Além da luta “povo” x “governo”, há ainda o dissídio constante entre a “aristocracia”, e a

⁶³ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 19.

⁶⁴ “O abuso do poder provocou esse levante em um povo eminentemente ordeiro e obediente” (FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Editora Vozes Ltda, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 184).

“classe popular”. Por aristocracia, o historiador entende o conjunto dos ricos de Sergipe na fase imperial⁶⁵.

“Aristocracia” contra o “povo”. Dois segmentos da população: povo e aristocracia. Agentes do processo histórico. Luta de classes sem marxismo.

No entanto, nem sempre o “povo” é mero paciente nas mãos do “governo” e da “aristocracia”. Às vezes, movido pelo “patriotismo”, o “povo” levanta-se na história sergipana. Isso teria ocorrido por ocasião da luta de Sergipe contra a hegemonia baiana. FF narra: “Então, o povo é levado pelo patriotismo e indignado pela prepotência da Bahia”⁶⁶. Nesse passo, o “povo” é agente histórico, fator de decisão política. Em outros contextos, “povo” pode significar “raça”. Vejamos um exemplo retirado de *Os Portugueses no Brasil*. Na obra, o Autor toma os portugueses como um “povo”. Neste sentido, o termo comparece em diversas passagens da obra.

⁶⁵ “... Rebouças, espírito livre, revoltou-se por ver o autoritarismo e a prepotência que a aristocracia de Sergipe exercia sobre o povo” (FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 267).

⁶⁶ FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 252.

CATEGORIAS ONTOLÓGICAS: CLASSE

FF põe no cenário da sua historiografia as classes sociais. Elas são atores importantes da história. Ocupam um lugar proeminente nas narrativas historiográficas do autor.

Tentemos demarcar a abrangência do conceito na mirada do historiador. Pelos contextos em que o termo aparece, pode-se inferir que, para o autor, o conceito recobre a idéia seguinte: um agregado de indivíduo, particularizado por um *modus vivendi peculiar*. Classe é, em síntese, um grupo singular. É nesse sentido que ele pode falar de classes econômicas, militares, religiosas ou intelectuais...

Há, em primeiro lugar, classes definidas pelo papel no âmbito da economia. É assim que o autor fala de “classe capitalista, agrícola, etc. Para FF, esta é uma das demarcações possíveis para o conceito de classe social⁶⁷.

⁶⁷ “Como resultado dessa organização econômica, o regime da propriedade territorial tornou-se o regime dominante. A classe que predominava economicamente era capitalista agrícola, feita o centro de todas as relações” (FREIRE, Felisbelo. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 60).

O autor põe no cenário da Historiografia as classes sociais. A história é, muitas vezes, um palco de lutas entre classes distintas⁶⁸.

Aqui, uma “classe” tendo como recorte o econômico. Note-se como, para o autor, os capitalistas exploram o “povo” por meio de impostos e não da mais valia, como postula Karl Marx.

Em outros campos da historiografia do autor, figuram classes sociais definidas a partir de critérios outros, distintos da Economia. A partir dessa visada, o historiador toma o Exército e a Marinha como “duas classes sociais”. Vislumbra-se que, para ele, os dois segmentos das Forças Armadas configuram classes sociais distintas porque possuem um perfil social distinto: ambos possuem hábitos, costumes e moralidade diferenciados. Isso é suficiente para constituí-las enquanto classes sociais distintas.

Em um passo da *História Constitucional*, FF distingue, no meio militar, duas classes diferentes: Exército e Marinha.

Não apenas Exército e Marinha configuram classes sociais para o historiador sergipano. Os letrados são, para ele, uma classe social específica. Eles se dis-

⁶⁸ “As classes capitalistas satisfazem-se sempre com os empréstimos cujo juro vem pesar sobre o povo por meio dos impostos” (FREIRE, Felisbelo. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 104).

tinguem dos demais segmentos da estrutura social do meio historiografado. No caso, a sociedade brasileira da segunda metade do Oitocentos. O autor enxerga neste campo “as classes de letras”⁶⁹.

Se os intelectuais constituem uma classe na inteligência de FF, o mesmo se pode afirmar a respeito dos profissionais liberais⁷⁰.

O clero do Brasil colonial e imperial é, para FF, outro exemplo de uma classe social. Ao longo da sua historiografia, é assim que este segmento social é apresentado e conotado:

Felisbelo é, evidentemente, um herdeiro do pensamento de Herbert Spencer. No entanto, é oportuno ressaltar que toda herança teórica é “um filtro crítico e transformador”⁷¹. Assim, o historiador sergipano não é um mero repetidor do pensador

⁶⁹ “Invadiu mesmo o terreno das Ciências Jurídicas e Sociais. Principiaram a ter curso entre nós, não só as obras de Gneist, de Von Ihering e muitos outros, como os livros de Spencer, Haeckel, etc. Este movimento de naturalismo científico acabou por dominar todas as classes de letras e todos os conhecimentos, quer a literatura, o romance e o drama, quer o Direito e a Medicina” (FREIRE, Felisbelo. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 171).

⁷⁰ “As classes liberais entregues à luta pela vida, indiferentes à sorte delas, tinham em seu seio o germe da desafeição e do retraimento, pelas dificuldades em que se debatiam em face do programa centralizador da política, que levou o Estado a absorver o indivíduo” (FREIRE, Felisbelo. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1983, p. 225-226).

⁷¹ DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 140.

evolucionista. Sua historiografia patenteia uma apropriação seletiva e heteróclita. Seletiva porque toma de Spencer alguns elementos e descarta outros e heteróclita porque “sintetiza” Spencer com outros autores, como H. T. Bucle, H. Taine, por exemplo. Herança, sim, mas crítica, seletiva e filtrante.

CAPÍTULO IV

A IDÉIA DE CIVILIZAÇÃO NA HISTORIOGRAFIA DE FELISBELO FREIRE

Civilização é “um dos termos mais importantes do (...) léxico moderno”.

“Toda a história do pensamento moderno e as principais realizações da cultura intelectual no mundo ocidental estão ligadas à criação e ao manejo de algumas dezenas de palavras essenciais...”. (BENVENISTE, Emile. Problemas de Linguística Geral. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991, p. 371).

“... as palavras não morrem de um golpe. Vão sendo pouco a pouco abandonadas, em benefício de termos novos, até que perecem e ficam sepultadas no seu cemitério próprio, que são os dicionários”. (LAPA, Manuel Rodrigues. Estilística da Língua Portuguesa. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991, p. 44).

O conceito “civilização” tem um papel capital na obra histórica de Felisbello Freire. Este capítulo aborda essa categoria, analisando a sua função no interior da historiografia enfocada.

CIVILIZAÇÃO: BREVE HISTÓRICO DE UM CONCEITO

Antes de abordar o conceito na obra de FF, vejamos alguns dados sobre a formação dessa noção no campo intelectual ocidental¹.

Como evidencia Norbert Elias, o conceito civilização tem uma larga abrangência. É difícil precisá-lo. Tudo, no interior de uma sociedade, pode ser englobado por ele. É uma noção totalizante, usada comumente para designar um certo estágio do desenvolvimento de uma cultura, um povo, uma sociedade. Civilização seria, em síntese, o conjunto da vida coletiva de um povo.

O mesmo Elias acentua outro traço: o caráter teleológico do conceito de civilização. Quando se fala dela, tem-se sempre em mente a meta finalística de um processo. O devir encaminha-se em uma direção.

¹ "O conceito de "civilização" refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conceitos científicos, às idéias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma 'civilizada' ou 'incivilizada'. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo o que se pode descrever como civilização" (ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 23).

Ela é, assim, um princípio norteador dos sucessos históricos. Civilização implica meta, projeção no tempo futuro².

Civilização é o resultado de um processo temporal. Dentro dessa visão, acredita-se que o melhor está no futuro. É nele que as sociedades se realizarão em plenitude, efetivando todas as suas potencialidades ou latências. Essa concepção está assentada na crença no progresso constante do homem e das culturas. Para os cientificistas, o evoluir constante é uma convicção basilar. Contra o fixismo, postula-se o evoluir infundável da natureza, do homem, da sociedade.

Ainda segundo Elias, o conceito de civilização tem uma longa história no Ocidente. Sua emergência ocorreu em um contexto do fim da Idade Média e surgimento da Idade Moderna³.

² Elias discerne este aspecto implicado na noção: "Civilização descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente para a frente" (ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1990, p. 24).

³ Primeiro emergiu a noção de *civilité* (civilidade): "O conceito de *civilité* adquiriu significado para o mundo Ocidental numa época em que a sociedade cavaleirosa e a unidade da Igreja Católica se esboroavam. É a encarnação de uma sociedade que, como estágio específico da domaçaõ dos costumes ocidentais, ou "civilização", não foi menos importante do que a sociedade feudal que a precedeu. O conceito de *civilité* também constitui expressão e símbolo de uma formação social que enfeixava as mais variadas nacionalidades, na qual, como na Igreja, uma língua comum é falada, inicialmente o italiano e, em seguida, cada vez mais, o francês.

Civilité implicava refinamento dos costumes, no campo cultural; no âmbito político, a organização dos estados nacionais unidos por uma língua nacional. Depreende-se que, para o estudioso, o surgimento da noção de civilização tem como horizonte a derrocada da noção de Cristandade.

Conforme Elias, o conceito foi divulgado pela França, Itália e Alemanha. O historiador focaliza o nascedouro do conceito na França setecentista:

O neologismo *civilisation* foi criado na França do século dezoito. Os etimologistas Bloch e Wartburg fornecem uma síntese essencial da formação e evolução do étimo e das palavras correlatas. Segundo eles, *civilité* emerge no século quatorze, significando, então, afabilidade; de *civité* deriva *civiliser* posto em circulação a partir da segunda metade do século 16. *Civilisable* é de fins do século dezoito. *Civilisation*, o termo do nosso interesse, foi cunhado por Mirabeau no livro *L'ami de l'homme*, vindo a lume em 1756. Depois, é a vez de *civilisateur* (1836). Embora in-

Essas línguas assumem a função antes desempenhada pelo latim. Traduzem a unidade da Europa e, simultaneamente, a nova formação social que lhe fornece a espinha dorsal, a sociedade de corte. A situação, autoimagem e as características dessa sociedade encontram expressão no conceito de *civilité*" (ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 67).

ventado no “século das luzes”, civilização terá o seu apogeu no “século da História”⁴.

Em um texto de 1954, em homenagem a Lucien Febvre, Benveniste traz novas contribuições à história da palavra civilização. Seu trabalho é um adendo à investigação do fundador dos *Annales*. Procura incorporar os dados novos (de então) sobre a trajetória histórica do vocábulo famoso. Em primeiro lugar, o linguista detém-se sobre o texto que semeou o termo. *L'ami des hommes* de Mirabeau lançado em 1755. Benveniste procura demarcar os empregos do termo no texto do fisiocrata. Com Mirabeau, o étimo vem substituir o usual *police* (que significava urbanidade, regras de convivência)⁵.

Com Mirabeau e outros escritores coevos, civilização torna-se um determinado estado da sociedade. O avesso da Barbárie. Isso no decorrer do século dezoito⁶. É naquela época que civilização emerge como sendo o resultado de um processo temporal, como apogeu do desenvolvimento. O século dezenove dará

⁴ BLOCH, Oscar; WARTBURG, W. *Dictionnaire Etymologique de Langue Française*. Paris: PUF, 1980, p. 129.

⁵ BENVENISTE, Emile. Civilização-contribuição à história da palavra. Em: **Problemas de Linguística Geral**. 3 ed. São Paulo: Pontes, 1991, p. 371-381, p. 375.

⁶ BENVENISTE, Emile. Civilização - contribuição à história da palavra. Em: **Problemas de Linguística Geral**. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991, p. 371-381, p. 375.

continuidade a essa noção e a tornará uma noção-pivô na reflexão científica, filosófica e política.

Benveniste interroga-se sobre o tardio surgimento de *civilisation* contraposta à relativa antiguidade dos verbos *civiliser* (civilizar) e *civilisé* (civilizado). Para ele, o lexema emerge quando a mentalidade substitui a noção de fixidez presente no termo *civilité* (estado) por uma concepção dinâmica da vida social. *Civilisation* indica processo contínuo. O nascimento do termo marca o surgimento de uma nova concepção sobre a sociedade ou a vida coletiva dos povos⁷.

No Brasil, o termo civilização (como tradução ao francês *civilisation*) só surgirá na terceira década do século dezenove. O famoso dicionário de Moraes, editado inicialmente em 1798, não registra o étimo. O “Moraes” traz os vocábulos cível e civilidade. “Cível, adjetivo que compõe o corpo da mercancia e mecânicos, oposto à corte. Gente cível; não corteza. Não nobre, vil”. O substantivo feminino civilidade contém a mesma conotação depreciativa: “Ação de homem do povo, de mecânico, vil”. Como se vê, os dois termos remetem à idéia de vilania em oposição à no-

⁷ BENVENISTE, E. Civilização - contribuição à História da palavra. Em: *Problemas de Linguística Geral*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991. p. 371-381, p. 376.

breza. No entanto, no mesmo verbete, o dicionarista atesta: “Civilidade hoje significa cortesia, urbanidade, oposta a rusticidade, grosseria”. Observa-se uma radical virada semântica do étimo que passou a denotar exatamente o seu oposto⁸.

O filólogo Antônio Geraldo da Cunha demarca o campo formado pelos étimos civil, cívico, civilidade, civilismo, civilista, civilização, civilizar, civilista, civilização, civismo, incivilidade, incivilizado e supercivilizado. Segundo ele, o substantivo civilização e o verbo civilizar surgiram, no português, em 1833; incivilidade em 1844; civismo em 1858 e cívico em 1873. No português, como no francês, o século dezenove representou uma explosão terminológica em torno da idéia de civilização⁹. Era uma idéia onipresente na época. Estribilho recorrente na boca dos letrados. A partir daí, civilização significava, sobretudo, “Estado de adiantamento e cultura social”¹⁰.

⁸ SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário de Língua Portuguesa**. ed. facsimilar da 2. ed. de 1813. Rio de Janeiro: Litho - Typographia Fluminense, 1922. p. 461-462.

⁹ CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 187.

¹⁰ FREIRE, Laudelino. **Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro; José Olympio, 1957. p. 1421-1422 - A 1ª ed. é de 1940-1944.

Uma fonte de 1851 dá conta da ambivalência do termo civilização no vocabulário do século dezanove. A obra traz os vocábulos “civilização”, “civilizado”, “civilizar” e “civismo”. Sobre civilização, escreve o dicionarista: “civilização, s. f. acção e effeitorio de civilizar”. Nota-se que o termo tem um significado dinâmico e outro estático: é ação, mas é também o seu efeito. Como desdobramento dessa dupla significação, o autor continua fornecendo outras acepções do vocábulo: “estado do que está civilizado” e ainda “progresso do melhoramento do estado social de uma nação”¹¹.

Duas décadas após, outro dicionário registra esse duplo significado da palavra: ação e estado. Essa fonte fornece elementos sobre o que seriam os componentes de uma civilização enquanto estado: Civilização implica: costumes associados às artes industriais, religião, belas artes e ciências. Trata-se de uma definição mais substantiva do termo¹².

Mostrado o contexto de surgimento do conceito de civilização e sua evolução histórica, tratemos agora do seu nos textos historiográficos de FF.

¹¹ FARIA, Eduardo. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Typ Lisboaense, 1851, v. 2. A 1ª edição deste dicionário é de 1849.

¹² Conferir VIEIRA, Domingos. *Grande Dicionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa*. Porto: Chardron e Moraes, 1873. v. 2.

SIGNIFICADO

A palavra civilização, como já acentuei, tem largo uso na pena de Felisbello Freire. É uma categoria onipresente em sua obra desde os primeiros trabalhos.

O conceito civilização funciona de modo variado na historiografia de Felisbello Freire. Em primeiro lugar, indica um determinado estágio de desenvolvimento. Civilização é o ápice do desenvolvimento de um povo. É a realização de uma sociedade, em condições desejáveis, caminham rumo à civilização que, neste caso, confunde-se com uma meta da evolução. Civilização é o destino de todos os povos.

Em outra vertente, civilização é toda e qualquer sociedade. Neste sentido, qualquer povo configura-se enquanto tal. É como se fosse próprio do homem constituir civilização. É próprio do homem constituir-se enquanto tal.

Basicamente, o que se observa na historiografia de FF é um uso bipolar da idéia. Como notou Lucien Febvre, em estudo pioneiro sobre esse conceito, há um *sentido etnográfico* de civilização. Neste caso, o termo indica simplesmente a vida coletiva de um povo (governo, moral, economia, cultura, etc). Em outro sentido, civilização remete à idéia valorativa, um estágio superior, algo mais perfeito, mais acabado, ple-

no. Uma realidade cada vez mais plena. Segundo o mestre dos *Annales*, a palavra “civilização” apresenta estas duas conotações básicas¹³.

“Civilização”, na historiografia de FF, é um conceito pendular. Em alguns lugares, o termo indica um certo estágio do desenvolvimento. Neste sentido, o autor fala de diferentes sociedades como estando em diferentes degraus da escada evolucionária. Por exemplo: negros, índios e brancos (portugueses) estariam em fases distintas da civilização. Civilização também diz respeito a uma sociedade determinada.

Assim, civilização é uma noção polissêmica na tessitura conceitual da historiografia de FF. Além de indicar as etapas de um processo ou uma meta a ser atingida por um povo em seu trajeto histórico, indica ainda, pura e simplesmente, uma sociedade particular no tempo e no espaço.

Algumas vezes, civilização é uma entidade discreta. Um país ou uma província pode configurar uma “civilização” na concepção do médico historiador.

“Civilização” é uma unidade singular, especializada, individualizada pela síntese específica dos seus componentes constituintes. Neste sentido, cada civilização tem uma feição que lhe é própria. O conjunto

¹³ Conferir FEBVRE, Lucien. *Civilisation*. Paris: La Renaissance du Livre, 1930.

da humanidade é formado por civilizações distintas quanto ao grau de avanço nas sendas do “progresso”. Neste sentido, FF fala de “civilização brasileira”, “civilização fluminense” ou “civilização do norte”.

A expressão “civilização brasileira” é recorrente na historiografia de Felisbello Freire. Tal expressão demarca o Brasil em meio às demais nações. Existe uma “civilização brasileira” como existe uma “civilização portuguesa”, inglesa, norte americana, etc¹⁴. Outras vezes, na pena de FF, a expressão “civilização brasileira” é substituída por outra equivalente: “Civilização Nacional”¹⁵.

Se o autor fala de “civilização brasileira” como totalidade englobante, irá também entender os estados ou regiões do Brasil como conformando “civilizações”. O termo, neste caso, parece designar

¹⁴ “Nos tempos que passam [1894] em que, a propósito de tudo e de todos, apela-se para a sabedoria e o patriotismo das instituições monárquicas e dos seus servidores entre nós, não é fora de propósito enfrentar essa propaganda com o inventário daquilo que de útil e bom deve a civilização brasileira à influência do regime decaído e o que pode ela dever às instituições vigentes” (FREIRE, Felisbello. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. Brasília: UNB, 1983, p. 9).

¹⁵ É o que ocorre neste passo da *História Territorial*: “A conquista teve lugar em 1590, por Cristóvão de Barros. Antes dela, porém, deram-se fatos que indicavam o pensamento do governo colonial, a preocupar-se com essa obra da civilização nacional” (FREIRE, Felisbello. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1995, p. 16).

uma sociedade com seu perfil singular, em seu estágio específico de desenvolvimento.¹⁶

A “civilização brasileira” decompõe-se em unidades menores (províncias ou Estados). É uma totalidade composta de unidade discretas mais coesas. Assim, aos olhos de FF, “civilização” comporta escalas distintas. Tanto pode recobrir a humanidade, quanto um país ou uma região. O termo é marcado pela elasticidade dos sentidos e tem uma amplitude modulável: do mais englobante (a humanidade) até o mais singular (um povo).

PRINCÍPIOS

Para FF, a civilização é regida por leis peculiares. O processo civilizador não é, para o historiador, um processo aleatório. A investigação científica (historiográfica) deve pôr a nu o sentido nomológico seguido pelo processo evolutivo de uma sociedade. Este

¹⁶ Observemos a passagem: “Os espíritos atilados, aqueles que maiores predileções sentissem pela idéia democrática, chegando ao Rio de Janeiro, se queriam fazer carreira, era-lhes preciso acomodar-se, resignar-se a aspirar à liberdade, mas tolerando o enquistamento do escravo à civilização fluminense” (FREIRE, Felisbello. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 248).

é o caso do Brasil nos séculos iniciais da colonização.¹⁷

O início da colonização é também o começo do processo civilizatório do Brasil. Colonizar foi civilizar. Neste campo semântico, as culturas indígenas existentes por aqui, quando da chegada dos europeus, são o avesso da civilização: a barbárie. É como se essas sociedades representassem um grau zero civilizacional. O processo só se inicia com a chegada da raça branca européia. Antes disso, não existia civilização. A conquista do território significou o início de uma “civilização brasileira”. Operando assim, FF transita da noção meramente descritiva de civilização para uma idéia valorativa.

Uma civilização é regida por “princípios”. A intelecção científica de uma sociedade exige a perquirição desses princípios norteadores do dever das sociedades. Dou a palavra ao historiador: “Será uma incumbência muito gloriosa para quem quiser entrar com bastante competência nos princípios que têm governado a civilização do Brazil, (...)”¹⁸.

¹⁷ Atentemos para sua visão: “Já no paiz se incetava uma civilisação, cujas leis não nos é dado aqui descrever” (FREIRE, Felisbello. A População de Sergipe. *A Reforma*, Aracaju, 5 fev. 1888).

¹⁸ FREIRE, Felisbello. A População de Sergipe. *A Reforma*, Aracaju, 5 fev. 1888.

Para o autor, a história da “civilização brasileira”, a exemplo de outros países do mundo, deve ser investigada no tocante aos seus “princípios”, ou seja, às leis evolutivas que a regulam. O conjunto da história ocidental é composto por um agregado de povos em etapas distintas do processo evolutivo. Embora a meta final seja uma, as leis reguladoras do processo são distintas. “Civilização”, para FF, é uma resultante de fatores complexos e heterogêneos. Cada setor obedece às leis distintas. A economia e a moralidade têm um papel em sua configuração. As “leis morais”, como as “leis econômicas”, dirigem o processo civilizador de um povo.

No interior de uma visada nomológica da historiografia, FF atribui à pesquisa histórica a inteligência das leis ou princípios norteadores. Como vimos no capítulo anterior, a noção de civilização está intimamente ligada à idéia de lei ou regularidade. Civilização implica leis e regularidades discerníveis pela investigação historiográfica.

Na intelecção de um fenômeno qualquer, não se podem olvidar os “princípios” que o norteiam. FF deplora que os historiadores que o antecederam tenham ignorado o papel das “leis” que determinam os sucessos históricos da civilização do Brasil. A sua abordagem surge como reparo de injustiça e correção científica. Mais uma vez, FF toma a

dupla face de juiz e cientista. Ele é categórico a esse respeito.¹⁹

Escrever historiografia é tracejar linhas evolutivas, é entender os princípios causais de um processo. A historiografia de FF manifesta a sua visão nomológica. Em todo o momento, ela vem à tona.

COMPONENTES

Civilização é um fenômeno multidimensional na visão do historiador sergipano. Sua configuração resulta da agregação de elementos heteróclitos. No entanto, isso não implica caos porque o agregado é regido por leis imperativas.

Uma “civilização” é resultante, como vimos, de fatores diversos. Os fatores externos de uma civilização são formados pelo clima, o solo, hidrografia, flora e fauna²⁰. Da conjugação desses fatores, resulta o perfil peculiar de uma civilização. Mas não somente isso. Ao lado dos fatores externos, é preciso levar em

¹⁹ Num passo de um artigo seminal, ele denuncia: “Eis antecedentes históricos, que têm sido tão injustamente esquecidos pelos historiadores pátrios para o delineamento dos princípios dirigentes da civilização do Brasil” (FREIRE, Felisbello. Colonização de Sergipe de 1590 à 1600. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 51, p. 205-227, 1888, p. 211).

²⁰ FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2. ed. Petropolis: Vozes, 1977. p. 31.

conta os “fatores internos”, constituída pela raças formadoras de uma população. Uma civilização é, em síntese, o resultado da soma dos “fatores externos” e “internos”. FF escreve “... temos de apreciar a ação dos fatores internos e externos”.

Um desses componentes é, sem dúvida, o tempo. O perfil de uma civilização no presente é resultante daquilo que foi o seu passado. O presente é determinado pelo passado. Assim, por exemplo, o estágio da “civilização brasileira”, no fim do Oitocentos, resulta no passado monárquico. O passado determina o presente; no presente, os germes do futuro. O processo da civilização é uma cadeia ininterrupta.

É o resultado de uma cadeia temporal. O que antecedeu determina o que vem em seguida em uma sucessão infinita, interligada. É uma realidade que atravessa fases diferenciadas ao longo do tempo. Só se realiza efetivamente no tempo. A civilização exige tempo para efetivar-se, é um produto da temporalidade.

Além do tempo, a natureza é outro ingrediente da civilização. Na visão de FF, a natureza (meio natural) não é um mero cenário. Mais que palco, o meio ambiente natural é um dos seus componentes constituintes. É fator determinante da feição peculiar de um povo. Uma civilização é, em grande parte, resultante da natureza onde foi engendrada.

Adepto do mesologismo típico do Oitocentos, FF tributa ao meio natural um papel destacado na composição de uma “civilização”. No entanto, não apenas o meio é ingrediente desse processo. O homem é outra força civilizadora na concepção do autor.

Para FF, à medida que as sociedades vão progressivamente se libertando dos limites decorrentes do meio natural, a ação humana concretizada na tecnologia tem esse papel de livrar o homem dos imperativos da natureza. Com o avanço tecnológico, o homem põe a natureza a seu serviço, domesticando-a²¹.

Preocupado em discernir as “forças motrizes” da “civilização”, FF irá encarar o meio natural como tendo papel capital na constituição de uma civilização. Ele assegura no capítulo inicial do seu primeiro livro de investigação historiográfica, *História de Sergipe*: “O elemento étnico e o meio são as duas forças que dirigem a civilização humana”²².

Uma “civilização” nada mais é que o resultado sintético da atuação recíproca desses dois fatores: o homem e o meio em uma relação de influências recíprocas.

²¹ Ver sobre o determinismo mesológico. Na historiografia, dentre outros, FEUTER, E. *História de la historiografia Moderna*. Buenos Aires: Nova, 1957. v. II.

²² FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Aracaju, Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 53.

Entretanto, em FF, o homem não é pensado de modo abstrato, mas consonante à raça. Assim, a composição racial de uma população é elemento muito importante na feição de uma *civilização*. O predomínio desta ou daquela raça pode afetar consideravelmente o perfil de um povo quanto ao seu grau de desenvolvimento. Analisando o caso da população sergipana no século XIX, FF irá destacar a proeminência do “mulato”.

O predomínio de mulatos (resultantes do cruzamento de negros com brancos) na população sergipana, segundo o autor, é um entrave ao desenvolvimento. Jungido ao racismo científico de sua geração, FF vê neste mestiço um fator do atraso na corrida geral para a civilização. Chamo racismo científico ao conjunto de teorias gestadas no século dezenove e que postulavam a desigualdade intelectual e moral das raças. No interior desse pensamento, acreditava-se que cada raça possuía características inerentes²³. Era preciso sanar o problema introduzindo migrantes europeus da raça branca. Para o autor, como para os de sua geração, cada raça implicava uma determinada forma cultural.

Preso às idéias da época, o médico historiador estabelece taxativa hierarquia entre as raças forma-

²³ CF. BANTON, Michel. *A Idéia de Raça*. Lisboa: Edições 70, 1979.

doras do povo brasileiro.²⁴ Nessa hierarquia, o branco ocupa, naturalmente, um lugar de destaque. Está muitos degraus acima do negro e do índio. É portador de um estágio mais avançado de desenvolvimento.²⁵

É no plano da negatividade que o autor encara a escravidão negra: é “capital defeito de nossa vida política e social”. No caso da colonização sergipana, índios e negros são entraves à civilização do novo território conquistado. Representam um óbice a ser superado com a reintrodução de migrantes europeus.

FF não é, no entanto, um entusiasta sem restrições da contribuição portuguesa (branca) à construção da “civilização brasileira”. Para ele, algumas

²⁴ “O braço africano, que era tanto mais importado quanto maior o proteccionismo dos jesuítas ao indígena, foi largamente conduzido para a nova capitania e reunido ao do natural, que a lei considerava escravo; e activaram em começo a colonisação em benefício da raça conquistadora, que entrava na concorrência em pequeno número relativamente às duas. Entretanto, seus caracteres ethnicos predominaram, em vista da vantagem de seu grau de civilisação e de cultura, amontoado por um passado histórico de muitos séculos” (FREIRE, Felisbello. *Colonisação de Sergipe de 1590 à 1600. Revista do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 51, p. 205-227, 1888, p. 216-217).

²⁵ “... a escravidão negra (...) tem sido a clava de Hércules do nosso pauperismo, de nosso caráter; que tem dificultado a organização de uma moralidade, pelo concubinato no lar doméstico, pela proliferação dos filhos naturais, dificultando os progressos da população, a equitativa distribuição da riqueza pública” (FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2. ed. Petropólis: Vozes, 1977. p. 35).

das nossas marcas negativas são resultantes da herança lusitana. Portugal, à época colonial, não estava, de modo algum, no ápice da civilização.²⁶

Faltava à pátria de Camões um fator básico para a civilização: a ciência. Em lugar dela, tinha-se a hegemonia da Religião Católica. Para o autor, as religiões são fatores de atraso social, político e moral. Como se pode depreender da citação acima, mesmo no conjunto dos povos ditos civilizados, hão de se estabelecer hierarquias. Desse modo, a “civilização portuguesa” não está no mesmo patamar da inglesa, ou francesa, por exemplo. Embora ambos sejam povos civilizados, o grau de civilização é diferenciado, distinto. No caso tratado, é a ciência que dá a nota diferencial.

Também a forma de governo é um fator da civilização. É um índice demonstrativo do grau de desenvolvimento de um povo. Na escalada evolutiva, na

²⁶ Atentemos para a sua concepção no trecho transcrito a seguir: “À classe popular, não era concedido elaborar nessa organização, privilégio exclusivo da nobreza. Paupérrima de cultura, inconsciente do valor das liberdades, pela hereditariedade dos seus antecedentes, sob a acção da direcção moral do clero, que fortalecia os sentimentos de lealdade, reverencia e superstição, características bem visíveis da civilização portugueza, ella estava muito longe de tornar effectiva a causa de real progresso - a sciencia” (FREIRE, Felisbello. *Colonisação de Sergipe de 1590 à 1600. Revista do Instituto Histórico e Geografico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1888, v. 51, p. 205-227, p. 207).

concepção de FF, passa-se de formas aristocráticas de governo para formas democráticas.

FF considera o português “o mais poderoso e principal fator da civilização brasileira”. No entanto, ele mesmo reconhece quão atrasado estava o povo português na escalada da civilização. No plano do pensamento, ainda estava no estado teológico; no plano econômico, vigia a fase agrícola; no âmbito político, era um “regime teocrático”²⁷. Segundo o historiador, era este o perfil de Portugal no século da descoberta do Brasil. A consequência disso é a implantação, no Brasil, de uma sociedade feudal e teocrática.

A tecnologia é um outro componente da civilização na concepção de FF. No Sergipe anterior à colonização portuguesa, sob a vigência das sociedades indígenas, era rudimentar o estágio tecnológico. Naquela fase, assegura o historiador: “... a flecha ou o machado [eram] os únicos meios inorgânicos, os únicos capitais fixos de nossa civilização...”²⁸.

FF encara os elementos tecnológicos como “capital fixo” da civilização. Para ele, há “meios” orgânicos (raças, meio natural) de uma civilização! Civilização é o resultado de uma síntese entre fatores naturais e culturais.

²⁷ FREIRE, F. *História de Sergipe*, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 34.

²⁸ FREIRE, Felisbelo. *A População de Sergipe. A Reforma*, Aracaju, 1 jan. 1888.

Dessa forma, para o médico historiador, civilização é uma síntese produzida pelo confronto desses dois móveis. A natureza é o dado inicial a ser trabalhado pelo homem. Ela pode ser pródiga ou avara. No primeiro caso, as riquezas naturais poderão funcionar como fator de atraso do processo civilizador. A natureza generosa não estimula o engenho humano. Este seria o caso da natureza brasileira cuja prodigalidade facultava a proverbial preguiça²⁹. “Civilização” comporta, como notei, elementos naturais e culturais. Da conjugação desses fatores, resultará a feição peculiar de uma sociedade em particular.

Um elemento digno de nota na citação acima é a crença de FF no caráter adverso da natureza brasileira para a constituição de uma civilização nos trópicos. Essa visão é recorrente na historiografia do autor. Ele é sempre pessimista quanto a esse fator constituinte. A natureza no Brasil não é um componente positivo na constituição de uma forma social civilizada. A natureza tropical é um empecilho à civilização, pois favorece a inércia do homem.

²⁹ Este tema é desenvolvido por FF no discurso da inauguração do Club Democrático de Laranjeiras-SE. *O Laranjeirense*, Laranjeiras, 18 set. 1888. Para uma análise desse discurso, ver ALVES, Francisco José. A Divulgação do Evolucionismo no Brasil. *Cadernos UFS - História*. Aracaju, jul-dez, 1996, n. 3, p. 49-59.

Baseado em Humboldt, o autor postula a dualidade mesológica do território brasileiro. Pode-se distinguir, conforme ele, uma diferença entre o Brasil meridional e o setentrional, entre o “norte” e o “sul”. O habitante do norte, em decorrência do meio, é mais dado à imaginação que ao pensamento; é indolente, é pouco industrioso, tem mais senso estético que científico, é crédulo nas instituições políticas. O brasileiro do Sul, ao contrário, “é um homem mais pensador, industrioso, mais discreto nas instituições do seu país”³⁰.

Outro ponto frisante é o papel atribuído à ciência. FF vê na ciência uma alavanca do processo civilizador. É uma crença peculiar da geração do historiador sergipano. Todas viam na ciência um fator para a civilização, para a melhoria crescente.

A “grande obra da civilização”, ou seja, a colonização – ocorreria com o concurso das raças formadoras. (A idéia de que a História do Brasil deveria ser escrita levando-se em conta a contribuição das três “raças” constituintes foi formulada, inicialmente, pelo naturalista alemão Karl Friedrich Philipe von Martius. Segundo ele, o historiógrafo do Brasil precisava considerar o papel de brancos, negros e índios na formação da nacionalidade brasileira. A prescri-

³⁰ FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2. ed. Petropólis: Vozes, 1977. p. 45-46.

ção de Von Martius teve larga história. Até *Casa Grande e Senzala* (1930), de Gilberto Freire, esteve muito presente como critério estruturante da História do Brasil³¹. O índio é chamado a colaborar em uma empreitada pacífica e grandiosa – a construção da “civilização sergipana”.

Em outras passagens, o historiador toma “civilização” como processo e não mais como estado. Nesses casos, o termo recobre a idéia das diversas etapas do processo civilizador.³²

Foi o que ocorreu quando da conquista de Sergipe. A implantação do sistema colonizador equivale, no entender do Autor, ao ingresso das terras Del Rey na “marcha da civilização”. Em FF, a emergência da civilização confunde-se com o início da História. É neste sentido que o autor pode falar de uma época, a pré-história – “em que os primeiros raios da história não tinham apontado no horizonte.”³³ Seguindo esse raci-

³¹ CF. MARTIUS, Karl F. P Von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 24, jan. 1845.

³² A colonização, por exemplo, apresenta-se como sendo um processo de civilização: “A conquista de Sergipe representou, pois, um papel importante na civilização do norte e através de seu território devia abrir-se, como abriu-se, a primeira estrada que comunicaria Bahia e Recife, aproximando, assim, esses dois centros de povoamento por aquela que se abriu” (FREIRE, Felisbelo. *História Territorial de Sergipe*. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1995, p. 15-16).

³³ FREIRE, F. *História de Sergipe*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977. p. 26.

ocínio, FF vê a colonização do Brasil como sendo o início da nossa história. Antes disso, jazíamos na pré história, na incivilidade. Essa expressão é constante em Felisbelo Freire e revela sua concepção sobre o assunto. Todos os povos participam da corrida rumo à civilização.

Em *Os Portugueses no Brasil*, FF caracteriza claramente a empresa colonizadora dos portugueses no Brasil como sendo uma “obra de civilização”.³⁴ A obra civilizadora dos portugueses no Brasil é digna de admiração, tem feitio de uma festa exemplar. Não fosse o povo lusitano, acredita o historiador, estaríamos condenados a permanecer, por muito tempo, ou indefinitivamente, nos primeiros degraus da escada evolutiva. O colonizador é, na verdade, um “fator civilizador”, pois veio nos tirar do primitivismo. Ele veio, em uma palavra, civilizarmos.

A idéia de “civilização nacional”, em FF, tem importância crucial. Por meio dela, o autor pode pensar toda a história do Brasil. A história nacional nada mais é que o desenrolar de sucessos, gloriosos ou infaustos, na marcha rumo à civilização. Neste sentido, historiar equivale a descrever os eventos constituintes de uma civilização. Uma civilização, na vi-

³⁴ “E nesta obra de civilização de heroísmo, e de sofrimentos, aparecem vultos que impõem a admiração das gerações futuras e que aqui precisamos destacar” (FREIRE, Felisbelo. *Os Portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. d’O Economista Brasileiro, 1907. p. 6 (prefácio).

sada do autor, resulta de um “jogo complexo” de fatores distintos. Dentre esses, o historiador destaca a atuação das raças constituintes da população. É o que ocorre com a “Civilização Brasileira”. Sua formação é decorrente de fatores tanto naturais quanto raciais.

Ao longo do processo civilizador do Brasil, surge um novo ator. É o brasileiro. FF contrapõe ao lusitano adventício o nascido no Brasil, produto da fusão das três raças matríciais. No gestar da civilização, “brasileiros” e portugueses labutaram juntos em prol da causa nobilitante. Na pena de FF, é comum o uso do termo povo como sinônimo de raça, os dois como conceitos equivalentes.³⁵

A “civilização nacional” é, neste caso, resultante da ação de portugueses e “brasileiros”. Civilização é amálgama racial. Civilizar é expandir a cultura européia a outras culturas (índios, negros); civilização é um agregado sintético resultante da fusão das raças.

Nem sempre o surgimento de uma “Civilização Brasileira” apresenta-se como algo inevitável aos olhos de FF. Algumas vezes, o autor nega a possibilidade de o Brasil civilizar-se. Isso ocorreria, por exemplo, se o

³⁵ “Desde o fim do século XVI, os dois povos tinham caminhado unidos e accordes na grande obra da civilização nacional. As crises por que passarão, os perigos que alcançarão vencer, mais nos aproximarão na obra commum da expansão civilizadora e da defesa territorial” (FREIRE, Felisbello. *Os Portugueses no Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. d’O Economista Brasileiro, 1907, v. 1, p. 105).

país permanecesse administrado pelo regime de donatários.³⁶

Para FF, o sistema colonial era o avesso da “civilização”. Foi o caso do sistema de donatarias. Era a anti-civilização, pois favorecia ao autoritarismo, além de não ser adequado ao Brasil nem étnica nem mesologicamente. Civilização implica, além de fatores políticos, a adequação à raça e ao meio natural de onde emerge.

A forma de governo ou, mais precisamente, a participação popular na governação é um índice de “civilização”. Assim sendo, é comum, na historiografia do Autor, a oposição entre “aristocracia” e “democracia”. A primeira remete ao “atraso” ou à “anarquia”, ao passo que a democracia indica um grau avançado de civilização.

Na obra civilizadora, alguns personagens podem ter ação destacada. Algumas vezes, o autor cede a essa tentação heroicizante típica da historiografia romântica (na vertente adotada pelo IGHB)³⁷. Nes-

³⁶ “Muito cedo, porém, teve o governo as provas da improficuidade do processo colonial posto em prática, do qual nunca se originaria uma civilização” (FREIRE, Felisbelo. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 8).

³⁷ Ver sobre o projeto historiográfico do IGHB: Guimarães, Manuel Luís Salgado “Nação e Civilização nos trópicos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1988, n.1, p. 5-27. WEHLING, Arnor “O Historismo e as Origens do Instituto Histórico”. *A Invenção da História*, Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho/ Universidade Federal Fluminense, 1994. p. 151-161; WEHLING, Arnor. *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

ses momentos, olvida os “fatores” transindividuais que, ainda segundo ele, determinam a História.³⁸ FF cede à historiografia heróica.

No entendimento do historiador, o implemen- to de uma “civilização” faz-se com o concurso da democracia e da ciência. Segundo FF, é o contrá- rio que se pode observar tanto na história do Bra- sil, em geral, quanto na sergipana, em particular. Nos dois contextos, predominam a “aristocracia” e a religiosidade católica.³⁹

A ascendência do clero católico sobre as consci- ências e a hegemonia aristocrática no campo político configura um quadro desfavorável a um projeto de “civilização”. São fatores que atrasam a marcha civili- zadora do povo brasileiro ou de qualquer outro povo. Aristocratismo e clericalismo são o avesso da civiliza-

³⁸ Tomemos um caso extraído da *História da Cidade do Rio de Janeiro*: “Não podemos deixar de registrar os nomes dos que acompanharam Estácio de Sá e Mén de Sá na conquista do Rio de Janeiro, não só como uma prova de gratidão, como porque eles foram os fundadores da família fluminense que tão grande importância tem representado na civilização brasileira” (FREIRE, Felisbelo. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. RJ: Typ. da Revista dos Tribunaes, 1912, p. 98).

³⁹ “As duas classes [aristocracia e clero] alcançam completa ascendência sobre a classe popular, que nada aspira, deseja e realiza, sem sua inter- venção. Tornam-se ellas o objeto de reverência e lealdade, e debaixo de taes princípios tem caminhado a civilização brasileira. Em Sergipe, não tem sido senão estas mesmas leis que têm dirigido o movimento social” (FREIRE, Felisbelo. *Colonização de Sergipe de 1590 à 1600*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 51, p. 205-227, 1888, p. 224).

ção, a anarquia, a barbárie. Estes tem sido empecilhos ao ascenso da “civilização brasileira”.

Assim, um estágio avançado na escala das civilizações reclama um adequado regime político. Cada etapa do processo civilizador corresponde a uma forma de organização política adequada. O descompasso entre essas duas realidades é fator de decadência. É o que ocorria no Brasil em fins do século dezenove.⁴⁰

“Civilização” requer legalidade, constitucionalidade, regime representativo, autonomia econômica e desenvolvimento “moral e material”. O processo civilizador pode ser acelerado ou atrasado. Tanto há “freios” quanto “aceleradores” do processo civilizador.

No processo civilizador, o concurso das idéias é fundamental. Historiando a implantação do regime republicano no Brasil, o historiador irá destacar o papel do professor Tobias Barreto, um arauto do pensamento científico em oposição à concepção metafísica

⁴⁰ “Tentar o regime da lei, a verdade do constitucionalismo, a pureza do regime representativo, a autonomia econômica, o desenvolvimento moral e material dentro da fórmula monárquica, afigurou-se ao espírito liberal e democrata tarefa mais pesada (e talvez impossível) do que dentro da fórmula republicana, porque dentro do próprio sistema do governo, da índole que deram as instituições, do seu desenvolvimento prático, do grau de adaptação que elas tiveram no país, provieram em grande parte os males que obstruíram a marcha da nossa civilização” (FREIRE, Felisbello. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 163).

ou religiosa vigente.⁴¹ FF destaca a importância da ciência como fator da “emancipação” mental de um povo. Civilização exige uma mentalidade iluminada pelas luzes da ciência.

Além de um governo de caráter democrático, é necessário que a instrução seja disseminada e a justiça distribuída de forma equitativa.

A distribuição da Justiça é um índice de civilização. O seu contrário é a “anarquia”, ou seja, o desrespeito à lei ou predomínio da vontade dos poderosos. O avanço da civilização reclama o reino da legalidade. Igualdade de todos perante a lei é uma conquista indicadora de civilidade. Como fica evidente, uma civilização demanda fatores diversos: raças de boa qualidade, natureza propícia, governo democrático, difusão da ciência, etc. A distribuição equitativa da justiça pelo estado é o corolário de um povo, de fato, civilizado.

Dessa forma, o Estado tem, na mirada de FF, um papel fundamental na constituição de uma “civilização”. Ela requer modernidade política entendida como sendo governos eleitos pelo voto e administra-

⁴¹ “Registramos com tanto mais orgulho o papel intelectual do nosso patrício Tobias Barreto, tanto por intermédio dele e daqueles que foram seus discípulos exerceu Sergipe a maior influência histórica sobre a marcha da civilização brasileira, do meio do século atual para cá” (FREIRE, Felisbelo. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 176-177).

ção da justiça e difusão da ciência. De fato, para o historiador, o Estado é o grande promotor do processo civilizador. O Estado tem um duplo estatuto.

Muitas vezes, FF deplora a precedência da religião sobre as consciências dos brasileiros ao longo da sua história. Para ele, tal hegemonia só foi abalada na segunda metade do Oitocentos com a emergência do naturalismo científico esposado pelo autor.⁴²

O fator econômico é um outro componente de uma “civilização”. FF é, na historiografia brasileira, um pioneiro no reconhecimento da causação econômica dos eventos históricos. Em episódios diversos da história do Brasil, ele imputa à economia o papel de causa.

Economia, Sociedade e Política estão, na concepção do autor, inteiramente interligados. Muitas vezes, a primeira vem como causa do mundo social e político.⁴³

Como se viu, uma “civilização” é também resultado do desenvolvimento intelectual da sua população. Adstrito ao evolucionismo spenceriano, FF fará uma ligação necessária entre formas de pensamento e

⁴² “O primeiro passo de civilização, (...) que em Sergipe se dava era, em obediência a hábitos, inteiramente contrário à liberdade popular, aos princípios democráticos, hábitos que posteriormente haviam de ser a causa de uma organização social defeitosa, que hoje (1887) tanto nos oprime e que a vida de três séculos fornece eloquentes exemplos” (FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2. ed., Petrópolis: Vozes Ltda, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 131).

⁴³ Ver tópico sobre causa no capítulo III.

perfil social. Para ele, um povo civilizado é aquele que substituiu a religião pela ciência. FF apela para a autoridade de H. T. Buckle.⁴⁴

A adoção da ciência como visão do mundo marca, para FF, a passagem de um estágio superior na escalada evolutiva das civilizações. Não é possível rimar civilização com submissão a crenças religiosas.

Desde o início da sua produção historiográfica, o autor vale-se desse conceito de civilização para demarcar o campo mais geral das suas preocupações. Neste caso, civilização equivale ao grau de desenvolvimento econômico social, político, intelectual e moral de um povo.⁴⁵

Historiar, na visada do autor, remete diretamente a apreciar as leis gerais da evolução do “espírito humano”. Aquilatar o “grau” de civilização de uma raça, povo ou qualquer outro ente histórico é usual em Felisbello Freire.

⁴⁴ “Nas belas páginas da obra monumental de Buckle - História da Civilização na Inglaterra - está o mais perfeito estudo da influência do desenvolvimento intelectual de um povo sobre a marcha de sua civilização” (FREIRE, Felisbello. **História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, p. 165).

⁴⁵ “A proporção de crescimento [da província de Sergipe] mantém os hábitos que em sua organização se inoculam, o que dão lugar a uma determinada marcha da civilização; seus elementos componentes que sirvam para estabelecer um caráter; são circunstâncias de alto valor com que o historiador joga para estabelecer as importantes leis que julgam o espírito humano” (FREIRE, Felisbello. *A População de Sergipe*. **A Reforma**, Aracaju, 1 jan. 1888).

A aferição do “grau” de civilidade dos índios é importante, pois, por meio dela, é possível pensar o estágio civilizatório dos sergipanos na totalidade. FF, como outros da sua época, pensa o povo brasileiro a partir da fusão das três raças matrizes: índio, branco e negro. Cada uma dessas raças, conforme as crenças científicas da época, estaria em estádios distintos de civilização.

Foi comum, na corrente do pensamento naturalista a que o autor se filia, atribuir o “atraso” da civilização no Brasil à contribuição das raças “inferiores” como o índio e o negro. Em outros textos do historiador, essa convicção resultante do racismo científico aparece sem reboços. FF acredita que foi do negro e do índio que o sergipano herdou qualidades negativas como a preguiça (índio), a imprevidência etc.

Nos contextos acima, o estudioso encara a civilização como sendo um resultado de fatores heterogêneos. Em primeiro lugar, os distintos povos formadores da população. O produto final será uma equação em conformidade com os diferenciados estágios civilizacionais das “raças” formadoras do povo brasileiro⁴⁶.

⁴⁶ A questão racial, no contexto do cientificismo naturalista, foi fartamente estudado. Dentre outros, pode-se citar: SKIDMORE, Tomaz. **O Preto no Branco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; SCHWARCZ, Lilia M. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

BARBÁRIE: O AVESSE DA CIVILIZAÇÃO

Assim como há forças motrizes da “civilização”, há também fatores responsáveis pelo atraso do processo civilizatório a “decadência” ou a anarquia. São fatores de civilização a democracia, a ciência, o civismo e o patriotismo. A reunião destes elementos, acredita o historiador, impulsiona o desenvolvimento civilizador.

No teatro histórico, muitas vezes, dá-se um embate entre as “forças civilizadoras” e as forças do atraso ou da decadência. É o que ocorria na província de Sergipe nos albores do Oitocentos. São muitos os fatores responsáveis pelo atraso do processo civilizador: religião, anarquia, paixão política.

Como esses “fatores” são diferenciados consoante as situações e os povos, as “civilizações” têm perfis distintos.

Em outros contextos das narrativas historiográficas de FF, civilização vem, explícita ou ocultamente, contraposta à não-civilização. Há civilização e há o seu avesso, a barbárie. Barbárie pode ser definida negativamente como sendo a ausência de civilização.

Dessa forma, há passagens nas quais o historiador contrapõe à “civilização” à “barbárie”. Os índios, primitivos habitantes do território sergipano, estariam fora da “civilização”. A conquista das terras

sergipanas equivaleria a trazer os indígenas para a “civilização”. Civilizador é o colonizador português, promotor da colonização.⁴⁷

Nesse contexto semântico, há povos civilizados assim como existem povos incivilizados. Não é sempre assim que a noção funciona na historiografia do autor. Como tive oportunidade de mostrar algumas vezes, ele vê toda a humanidade no seio da civilização, embora em estágios diferenciados, superiores ou inferiores.

Civilização, como se pode ver, tem um papel crucial na historiografia de FF. Em primeiro lugar, esse conceito demarca o objeto geral da investigação da historiografia. Seus estudos tematizam a civilização brasileira em geral ou uma outra civilização em particular (SE, Rio de Janeiro etc). Ou ainda um aspecto particular de uma civilização: ocupação territorial, evolução institucional, ou urbana, papel das raças, biografia de personagens ilustres. Seja como for, o fundo das preocupações do autor é marcado pelo conceito de civilização. É o horizonte do seu pensamento historiográfico. Fazer historiografia é descrever o devir das civilizações, seus sucessos ou

⁴⁷ “As mais esperançosas probabilidades, estavam realizadas para uma conquista pacífica que traria para o seio da civilização os habitantes dessa circunscrição” (FREIRE, Felisbela. **História Territorial de Sergipe**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 1995, p. 17).

insucessos. Civilização, é na historiografia do Autor, algo similar ao que foi “sociedade” – noção que dominou durante muito tempo a historiografia dos *Annales*⁴⁸.

Civilização faz-se presente em FF na forma de um *telos* da história. Neste sentido, historiografia é discernir o trajeto temporal de um povo rumo à civilização, aqui entendida como sendo uma etapa superior de desenvolvimento geral, como realização de todas as potencialidades ou latências. Civilização é, assim, a plenitude da História, a efetivação das latências. No futuro, está a plenitude da História Humana.

Essas são as formas positivas da presença da noção na inteligência historiográfica do autor. No entanto, o conceito também se faz presente na sua forma negativa. É o caso do conceito de Barbárie entendida como sendo o avesso da civilização. *In presentia ou in absentia*, a idéia de civilização norteia a historiografia de Felisbelo Freire. É seu objeto, é seu mote. A palavra tem, em FF, o papel de fio condutor da sua produção.

FF toma o conceito de civilização da historiografia internacional que o influenciou (Taine, Buckle),

⁴⁸ Ver a respeito: DOSSE, François. *A História em Migalhas*. SP: Ensaio, 1992; BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1991.

bem como do pensamento filosófico que lhe era contemporâneo (Spencer). Tal fato, no entanto, não faz da sua historiografia uma mera réplica do pensamento estrangeiro. Ele soube dar a ela uma feição com traços singulares. Cabe destacar aqui o papel atribuído aos “grandes homens” no decorrer dos seus textos de historiografia, enquanto os autores que lhe servem de inspiração praticamente dissolvem os indivíduos no conjunto das forças transindividuais como meio, raça, circunstâncias históricas, organismo social. FF reserva aos indivíduos (Grandes vultos) um lugar de proeminência no teatro do devir histórico. Algumas vezes, ele faz da história mero resultado da ação dos grandes homens ou heróis.

Noções básicas da historiografia de FF, como “civilização”, estádios de evolução, “leis”, “fatores externos e internos”, civilização nacional, etc são oriundas do pensamento de H. T. Buckle.

CONCLUSÃO:

UMA HISTORIOGRAFIA HÍBRIDA

O que o historiador enuncia quando escreve a história, é sempre o seu próprio sonho. (DUBY, Georges. "O historiador hoje". In: ___ et alli. *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986. p. 7-19. p. 11).

A análise até aqui efetuada aponta para algumas características básicas da *demarche* de Felisbelo Freire no campo da historiografia. Sua obra histórica tem como marca fundamental não as *rupturas* mas a *coexistência* de orientações divergentes ou mesmo antagônicas. O *corpus* da sua historiografia tem, assim, na *tensão* o traço mais frisante. Essa tensão é observável em vários aspectos e fundamentalmente no modelo básico de inteligência adotado pelo autor. Manifesta-se ainda na operacionalização das influências, no ideal da objetividade do relato historiográfico e, sobretudo, na questão crucial da causalidade histórica. Retomemos cada um desses aspectos, sumariamente.

1. Civilização é a categoria central na historiografia de FF. Na condição de categoria-pivô, ela atravessa toda sua produção. O devir histórico é narrado como sendo uma trajetória rumo à civilização. Ela é o futuro desejável das sociedades. O seu avesso é a “decadência” ou a “anarquia”. Para o autor o processo histórico é bipolar: civilização/decadência.
2. O propósito explícito de escrever uma história da “civilização”, todavia, não impede de FF dar destaque aos “grandes” vultos da História Brasileira. Sua historiografia, assim, é atravessada pela mesclagem da historiografia romântica com a naturalista¹. Sua prosa histórica tem caráter híbrido: naturalista/romântica.

¹ Neste contexto discursivo, estou denominando romântica aquela historiografia que teve vigência no Brasil nas sete décadas iniciais do século XIX. Tal corrente tem na fundação do IHGB (1839) o seu marco de surgimento. Caudatária da historiografia praticada na Europa, a prosa histórica romântica brasileira tem no culto ao herói nacional o seu traço mais frisante. Como escreveu um representante desta corrente, a história de uma nação é a biografia dos seus heróis. Outro aspecto peculiar é o nacionalismo. Neste sentido, a historiografia é chamada a fundar o passado da nação dando-lhe uma identidade peculiar. Por fim, há a valorização do povo enquanto encarnação do espírito nacional. No Brasil, a historiografia romântica tem como principais representantes Francisco Adolfo

3. Ao pensar a História como processo civilizatório, FF paga tributo ao evolucionismo spenceriano,² expressão do cientificismo vigente à época.

Toda historiografia de FF é atravessada por uma tensão, irresolvida, entre romantismo e naturalismo. Sua obra ora manifesta características românticas, ora naturalistas. Para além do propósito explícito de fazer uma historiografia de feitiço naturalista, seus textos expressam a convivência destas duas distintas correntes de orientação epistemológica. O romantismo em FF, é um legado do qual ele não consegue

Varnhagen (1816-1878) e João Francisco Lisboa (1812-1863). A etiqueta "romântica" aplicada à historiografia do período referido (1839-1870) é usual entre os estudiosos do tema. A historiografia naturalista, por seu turno, prevaleceu no Brasil, aproximadamente, entre 1870 e 1930. Foi tributária das idéias cientificistas vigentes no Brasil a partir da década de setenta do século passado. É a historiografia da chamada "Geração de 70". Tal vertente é marcada pelo esforço de explicar a história a partir de fatores naturais como meio e raça. O devir histórico é regulado por grandes leis explicativas. São representativos desta linhagem os trabalhos de Capistrano de Abreu (1853-1927), João Ribeiro (1860-1934), Euclides da Cunha (1866-1909), Felisbelo Freire (1858-1916), Sívio Romero (1851-1914) entre outros. Um marco de ruptura com esta corrente é a emergência de uma historiografia culturalista (?) inaugurada pela demarcação de Gilberto Freire (1900-1987) com seu *Casa Grande e Senzala* (1933).

- ² O evolucionismo de Herbert Spencer (1820-1903) tem como base a tese de que a evolução é a lei universal que rege todos os fenômenos. O mundo natural e social atravessa etapas sucessivas de desenvolvimento. Neste devir a realidade natural ou social vai do simples ao complexo, ou do homogêneo ao heterogêneo. (Consultar Spencer, 1888; Franca, 1987: 204-8, Padovani, 1967; Vita, 1964,).

desvencilhar-se. É, de algum modo, prisioneiro, mas não totalmente.

A tensão naturalismo/romantismo presente na obra historiográfica de Felisbelo Freire reflete-se, entre outras coisas, na forma como o autor demarca o conceito de “civilização”. Algumas vezes “civilização” é mera resultante da ação dos “grandes homens” ou dos “heróis” da História. Nesse sentido, os homens constroem a história enquanto processo civilizador. Noutra vertente, “civilização” é pura decorrência de leis que transcendem os indivíduos. Os homens, enquanto individualidades, quase são meros espectadores do devir civilizador. Quando o autor pende para o romantismo temos a valorização dos heróis, quando, ao contrário, sofre o influxo naturalista, temos fatores impessoais determinando os sucessos históricos.

Outra expressão do hibridismo da historiografia de FF revela-se na oscilação tensionada entre os modelos científicos que o orientam na intelecção dos eventos históricos. O historiador hora toma a biologia como paradigma explicativo, hora vale-se da psicologia. No primeiro caso a história é vista em termos de *normas* e *funções*, como qualquer organismo. Quando apela para a psicologia, o historiador explica os eventos remetendo-os às motivações da psicologia individual ou coletiva. No cerne da obra do historiador nota-se uma oscilação entre aquilo que

Michel Foucault denominou “modelo biológico” e “modelo econômico”.³

Michel Foucault, em *As Palavras e as Coisas*, discerne três modelos constituintes das ciências humanas: o modelo biológico, o modelo econômico e o modelo filológico. Segundo ele, “Poder-se-ia, talvez retraçar toda a história das ciências humanas desde o século XIX, a partir desses três modelos”. Assim, sob a vigência do modelo biológico, os fenômenos humanos são inteligidos à luz do par *função* e *norma*; no modelo econômico sob o par *conflito* e *regra* e, finalmente, no modelo filológico em termos de *significação* e *sistema*.⁴

Um escopo de FF, no campo da historiografia, é aplicar à história do Brasil as teorias e os modelos da sociologia de Herbert Spencer (1820-1903). O filósofo inglês fornece ao historiador categorias fundamentais para a inteligência historiográfica do passado brasileiro. “Civilização”, “evolução”, “altruísmo”, “egoísmo”, “barbárie”... são conceitos tirados dos textos de Spencer. No entanto, não se pode, a bem da verdade, ver no historiador sergipano um mero aplicador dos esquemas spencerianos à realidade na-

³ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 374

⁴ FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1985. p. 376.

cional. Além de mesclar Spencer com outros autores, FF o toma de modo seletivo. Tira dele o que se ajusta a seus interesses intelectuais.

Um dos pontos onde FF afasta-se de Herbert Spencer é no tocante à religião. O historiador, ao longo da sua historiografia, vê sempre na religião um fator de atraso na corrida da “civilização”. FF deplora a influência nociva dos jesuítas no Brasil colonial. Via na religião um entrave para a emergência da ciência – esta sim, como vimos, uma das molas propulsoras da civilização. Bem outra é a posição de Herbert Spencer. Segundo ele, a religião tem representado um papel importante na constituição das sociedades, como fundamento de coesão social. E, diferentemente do historiador, não aceitava a hipótese de que a religião fosse desaparecer no futuro⁵. Entretanto, em muitos aspectos FF é devedor de Spencer.

Atribuindo características inerentes às raças, FF é tributário do pensamento de Spencer. O filósofo acreditava que “havia raças aptas ou inaptas para a subordinação”.⁶

⁵ SPENCER, Herbert. *Princípios de Sociologia*. Ed. resumida por Fernando Vara. Buenos Aires; Revista de Occidente, 1947. 2. ed. v.2. p. 150-156.

⁶ CF. SPENCER, Herbert. *Princípios de Sociologia*. Ed. resumida por Fernando Vala. Buenos Aires: Revista de Occidente, 1947. 2v. v. 2. p. 20-21.

Tomando a luta comum dos brasileiros no período colonial, contra os “invasores” estrangeiros como germe da nacionalidade, FF também é tributário de Herbert Spencer para quem a emergência de uma sociedade requer a cooperação de forças com um fim comum⁷.

A analogia desempenha um papel muito importante no pensamento de Herbert Spencer. No tocante a sua visão sobre a sociedade, o raciocínio do autor segue, quase sempre, o padrão: no organismo como na sociedade, na biologia como na sociologia. Este recurso constitui a chave da filosofia de Spencer. É sua base argumentativa e retórica. O mesmo ocorre em FF

Embora FF apregoe a neutralidade do relato histórico, os seus textos estão permeados de elementos denunciadores das suas opções. Muitas vezes o autor toma a toga de Juiz e sua história assume as feições de um pelourinho. Expressivos, a este respeito, são os adjetivos usados para qualificar pessoas, fatos ou situações. Muitas vezes, a história, nas mãos de Felisbelo Freire tem clara função política. Isto se torna patente em obras como História de Sergipe (1891), História Constitucional (1894-

⁷ Ver SPENCER, Herbert. *Princípios de Sociologia*. ed. resumida por Fernando Vela. Buenos Aires: Revista de Occidente, 1947. 2v. v.2. p. 12.

1895), História da Revolta de 6 de Setembro (1896). A primeira surge como expressão do nativismo regional: “fazer Sergipe conhecido”. Declara ele no prefácio da obra.

A História Constitucional... tem como meta mostrar que o movimento republicano no Brasil não foi um “acidente histórico”, mas algo resultante de um longo processo histórico.

A História da Revolta... é, entre outros aspectos, uma defesa de Floriano Peixoto, de quem FF fora ministro da fazenda.

A obra histórica de FF publicada na década de 90 é produto do contexto histórico vivenciado pelo autor. Duas delas tratam de temas então atuais: o movimento republicano e a Revolta da Armada (1894-1896).

A história tem, assim, para Felisbello Freire, funções pragmáticas. A maioria dos seus livros tem uma finalidade prática: mostrar a importância de um estado no contexto da Federação, a relevância do movimento republicano, defender Floriano Peixoto... Nestas obras FF toma como pretexto estabelecer “a verdade dos fatos”. Ao fazê-lo, a história torna-se um instrumento de combate ideológico e político. Pode-se afirmar que algumas vezes, nele o estudioso e o político subjagam o historiador. Suas análises históricas são sempre determinadas por finalidades políti-

cas. Sou tentado a afirmar que FF foi, fundamentalmente, um político. Nele a história esta a serviço das lutas em torno da hegemonia ideológica.

Creio que há uma defasagem entre o dito e o feito em FF historiador. Sua história é, fundamentalmente, um teatro das paixões. Nela quase desaparecem as forças impessoais da raça e do meio natural. FF não é fiel às opções teóricas que ele declara ter esposado. Sua historiografia oscila entre a vertente romântica e a naturalista.

FF faz história imediata. Ele não teme tratar temas da sua contemporaneidade. Escudado na “verdade dos fatos”, enfrenta o atual.

No tocante à questão da causalidade histórica, a historiografia de FF evidencia algumas tensões. Na obra de estréia, *História de Sergipe* (1891) o autor postula explicitamente uma causalidade bipolar: racial e mesológica. Na raça e meio ambiente natural estariam as duas forças motrizes da história humana em geral. Esta é a visão explicitada no livro inicial. Três anos após, no primeiro volume da *História Constitucional...* (1894) o historiador irá agregar às causas racial e ambiental novos tipos de causa. Deste modo, o autor considera que a emergência da república no Brasil teve “causas sociais”, “políticas” e “econômicas”. No capítulo dedicado às causas econômicas, FF, estribado em autores de Economia

Política, toma este setor como a causa mais importante da História. Neste sentido, deplora que os historiadores brasileiros não tenham levado em consideração as razões econômicas dos eventos históricos. (Ver item sobre causa no capítulo III.)

A mesma postulação de uma causalidade tripartida está presente na *História da Revolta...* publicada logo após a *História Constitucional...* (1896). Para FF a “revolta da armada” teve como fatores causais elementos “sociais”, “políticos” e “econômicos”. Segue assim o mesmo esquema causal do movimento republicano.

Numa obra da maturidade, a *História Territorial do Brasil* (1906), FF explicita e alarga, mais uma vez, o seu horizonte sobre a questão da causalidade histórica. No prefácio deste livro, o historiador professa uma maior abrangência sobre esse tema capital na inteligência historiográfica. Ele acredita que sem o estudo dos “interesses econômicos, políticos e religiosos” a história do Brasil “não passa de um simples tecido de factos sem lógica, sem harmonia, sem causalidade”⁸. Desta forma, a respeito da questão da causalidade histórica, o que se pode ob-

⁸ FREIRE, Felisbello. *História Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1906,. v. 1, prefácio.

servar na historiografia de FF é uma transformação em direção à admissão da variedade dos fatores causais. O autor evolui de um modelo bicausal calcado na raça e no meio ambiente natural para um modelo norteado pela pluricausalidade. Nos termos da formulação de Michel Foucault, ele passa de um “modelo biológico” para o “modelo econômico”. Passa de um padrão de inteligência historiográfica de base naturalista (raça e meio) para um outro de feitiço econômico (com ênfase sobre a economia). Esta é a trajetória epistemológica fundamental da historiografia do historiador sergipano. O estudioso que inicialmente tinha na biologia a ciência matriz, fornecedora do modelo interpretativo, passa a orientar-se, cada vez mais, pela Economia Política⁹.

Ao longo da sua historiografia, FF oscila (quanto ao “motor” do desenvolvimento histórico) de uma concepção *metafísica* – onde a vontade dos grandes homens exerce um papel preponderante – para uma concepção *naturalista* na qual a raça, o meio inicialmente e depois a economia tomam o lugar de “motor da história”.

⁹ Para uma visão sintética das várias formas de causalidade adotadas pela historiografia do séc. 19 consultar o verbete: MORA, José Ferrater. “História”. *Dicionário de Filosofia*. 5. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1969. tomo 1, p. 849-856.

Levando-se em conta que FF nunca rejeitou explicitamente as teorias explicativas da História expostas na sua obra inaugural, *História de Sergipe* (1891), é pertinente tomar a “introdução” deste trabalho como sendo expressão do seu credo teórico no campo historiográfico. De fato, as preliminares teóricas e metodológicas apresentadas neste livro formam o arcabouço interpretativo que acompanhará FF até os textos finais da sua carreira de historiógrafo. Foram seu norte filosófico e científico. Adotado na juventude, não foi renegado na maturidade. O autor não cedeu ao pecado da heresia.

O modelo adotado por FF para explicação historiográfica não sofreu, ao longo da sua produção, mudanças radicais. Ele permaneceu todo tempo um adepto do “modelo biológico” tal como formulado na “Introdução” da *História de Sergipe* (1891). Aí, como foi visto, ele afirma, categoricamente, que a causação dos fenômenos históricos repousa no meio ambiente natural (clima, solo, hidrografia, flora e fauna) e nas raças constituintes da população. A causalidade histórica é bipolar: natural e humana. Todavia, a partir da *História Constitucional...* (1894), o historiador irá introduzir o fator econômico como sendo um poderoso elemento causal na explicação dos fenômenos históricos.

Em FF, um procedimento usual é a atribuição de causas psicológicas aos eventos históricos. A investigação historiográfica torna-se, neste termos, uma pesquisa das motivações psicológicas. Neste sentido o autor, algumas vezes, reduz a historiografia à psicologia dos indivíduos ou grupos. Nisto, FF é herdeiro do método de Hippolyte Taine (1828-1893) que asseverou: “... *a história, no fundo, é um problema de psicologia*”.¹⁰

¹⁰ Apud Freund, Julien. *As Teorias das Ciências Humanas*. Lisboa: Socicultur, 1977. p. 110

a) LIVROS DE HISTÓRIA DE FELISBELO FREIRE

FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1891. 424 p.

_____. *História de Sergipe*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1977.

_____. *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893*. Rio de Janeiro: Cunha e Irmãos, 1896.

_____. *História da Revolta de 6 de Setembro de 1893*. 2. ed. Brasília: EDUNB, 1982.

_____. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. Moreira Maximiano, 1894-1895. 3 v.

_____. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brazil*. 2. ed. Brasília: EDUNB, 1983. t.1. 370p.

_____. *História do Brasil para o Curso Primário*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica, 1896. 157p.

_____. *História do Brasil (para o secundário)*. Rio de Janeiro: Alves & Cunha, 1896. 110p.

_____. *História da Cidade do Rio de Janeiro. 1500-1900*. Rio de Janeiro: Typ. do Brasil, 1901. 96p.

_____. *História Territorial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Comércio, 1906. v. 1.

_____. *História do Banco do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de O Economista Brasileiro, 1907. 284p.

_____. *Os Portuguezes no Brazil: um estudo histórico e crítico.* Rio de Janeiro: Typ. d'O Economista Brasileiro, 1907. v. 1. 407p.

_____. *Os Bastidores da Política no Brasil.* Rio de Janeiro: Ilustração Brasileira. 1911. 160p.

_____. *História da Cidade do Rio de Janeiro: 1564-1700.* Rio de Janeiro: Typ. da "Revista dos Tribunais", 1912, v. 1. 398p.

b) ARTIGOS DE FELISBELO FREIRE

FREIRE, F. *Estética Positiva.* O Horizonte. Laranjeiras, 10 jun. 1885.

_____. *A Vida.* O Horizonte. Laranjeiras, 8 ag. 1885.

_____. *O Protestantismo e a Ciência.* O Horizonte. Laranjeiras, 16 jun. 14 jul. 1885.

_____. *A Cosmogonia Bíblica Frente a Ciência Moderna.* O Horizonte. Laranjeiras, 13 set. 11 out. 1885.

_____. *A Matéria.* O Horizonte. Laranjeiras, 12 dez. 1885.

_____. *Estudos Filosóficos.* O Horizonte. Laranjeiras, 6 mar. 03 abril 1887.

_____. *A Filosofia Positiva.* O Horizonte. Laranjeiras, 11 set. 1887.

_____. *A Filosofia do Protestantismo.* O Horizonte. Laranjeiras, 16 jul. 13 set. 1885.

- _____. Vozes Históricas pelo Pe. Guilherme Dias. *O Horizonte*. Laranjeiras, 24 dez. 1885, 12 fev. 1886.
- _____. Fragmentos Históricos: A População de Sergipe. *A Reforma*. Aracaju, 01 jan. 26 fev. 1888.
- _____. João Ribeiro. *O Laranjeirense*. Laranjeiras, 06 nov. 1887, p. 3.
- _____. A Política no Brasil. *O Laranjeirense*. Laranjeiras, 9-23 jan. 1887.
- _____. Theism and Evolution por I.S. Van Dike. *O Laranjeirense*. Laranjeiras, 23 jan. 1887, p. 3.
- _____. Colonização de Sergipe de 1590 a 1600. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 51, p. 205-227, 1888.
- _____. Factores Externos da Civilização no Brasil. *Theorias Históricas. O Evolucionismo. Revista Sul-Americana*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 9-12, 15 jan. 1889.
- _____. Factores Externos da Civilização no Brasil. *Theorias Históricas. O Evolucionismo (continuação)* *Revista Sul-Americana*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 20-23, 31 jan. 1889.
- _____. Viagens e Viajantes. *Revista Sul - Americana*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 55-59, 28 fev. 1889.
- _____. Limites de Sergipe. Questões com Alagoas e Bahia. *Revista Sul-Americana*. Rio de Janeiro, n.19, p. 289-291, 15 out. 1889.
- _____. "Evolução Econômica do Brasil - Situação Actual". *O Economista Brasileiro*. Rio de Janeiro, 15 jun. 10 jul. 1907.

_____. A Política Aduaneira do Brasil. *O Economista Brasileiro*. Rio de Janeiro, 26 jul. 10 ag. 1907.

_____. O Estado do Pará - sua evolução econômica e financeira. *O Economista Brasileiro*. Rio de Janeiro, 05 out. 1907, v. 02, n. 21, p. 349-350.

_____. A Decadência da República Brasileira - suas causas e seus corretivos - *O Economista Brasileiro*. Rio de Janeiro, 18 abril - 23 maio 1908.

_____. Limites de Sergipe. *O Republicano*. Aracaju, n. 100, 26 mar. 1890. p. 2-3.

Obs: O artigo acima o capítulo "Limites - Questões com Alagoas e Bahia" do livro *História de Sergipe* (1892).

_____. O Brasil e as Repúblicas Americanas: suas relações políticas, econômicas e comerciais. *O Economista Brasileiro*. Rio de Janeiro, jul. ago. 1906.

_____. O Concurso da cadeira de história do ginásio nacional. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 19-21 out. 1906. Publicações a pedido.

_____. O Congresso Constituinte. Cartas ao Republicano. *O Republicano*. Aracaju, 17 mar. 6 maio 1891.

_____. Correspondência do Rio. *Diário da Manhã*. Aracaju, 07 nov. 1915.

_____. As Crises Financeira, Comercial, Econômica e Monetária do Brasil. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 10 ago. 26 nov. 1913.

_____. A Defesa do sr. Backford ao padre Guilherme. *O Horizonte*. Laranjeiras, 10 jan. 1886; 20 fev. 1886; 5 mar. 1886; 12 mar. 1886.

_____. Discurso por ocasião de inaugurar-se o Club Democrático. *O Laranjeirense*. Laranjeiras, 18 set. 1887.

_____. O Evolucionismo. *O Republicano*. Laranjeiras, 03-31 mar. 1889. *Literatura*, p. 3, 3c.

_____. A Formação do Direito Orçamentário Brasileiro. Suas Leis e Evolução. *O Paiz*. Rio de Janeiro, 4 jan. 05 fev. 1914.

_____. Fragmentos Históricos. Gaspar Dias Ferreira e o padre Antônio Vieira. *A Reforma*. Aracaju, 5 7 out. 1888.

_____. Fragmentos Históricos. A população de Sergipe. *A Reforma*. Aracaju, 29 jan. 18 mar. 1888.

_____. O Habeas-Corpus, o advogado e a sentença. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 21-30 maio 1892.

_____. Limites de Sergipe: questões com a Bahia e Alagoas. *O Republicano*. Aracaju, 26 mar. 01 abr. 1890.

_____. Mineração em Sergipe. Belchior Dias Moreira e seus Descendentes. *O Republicano*. Aracaju, 08-10 abr. 1890; 4-10 jun. 1890. *Secção Histórica*.

_____. Origens da Cidade de Maroim. *Eco de Sergipe*. Rio de Janeiro, 7 abr. 14 jul. 1909.

_____. Partido Católico. *O Republicano*. Aracaju, 1 jun. 31 maio 1890.

_____. Política de Sergipe. Eleição de 30 de janeiro. Candidatura do Dr. Felisbello Freire. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 11-15 fev. 1906.

_____. O processo da monarquia brasileira pelo Dr. Amphrisio Fialho. *O Horizonte*. Laranjeiras, 1-22 nov. 1885. Sob a sigla J.

_____. O Protestantismo e a Ciência. *O Republicano*. Laranjeiras, 16-23 jun. 1885; 03-14 jul. 1885. Sob a sigla J.

_____. Questão de Limites, ao Senador Ubaldino do Amaral. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 10-13 out. 1891.

_____. Vozes da História pelo padre Guilherme Dias. *O Horizonte*. Laranjeiras, 24 dez. 1885 - 12 fev. 1886. Sob o pseudônimo de Hamilton.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Dunshee. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil*. São Paulo: M. Abranches, 1918, v. 1, p. 76-78.

ABREU, João Capistrano de. *Correspondência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. v. 2. p.172-173: Carta a João Lúcio de Azevedo - 1920.

_____. *Ensaaios e Estudos 4ª série*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 173-176: Herbert Spencer.

ALVES, Francisco José . *A Divulgação do Evolucionismo no Brasil*. *Cadernos UFS - História*. Aracaju, jul-dez, 1996, n. 3, p. 49-59.

_____. *Centenário de uma História Inaugural*. *Jornal da Manhã*. Aracaju, 29 dez. 1991, Suplemento *Arte & Palavra*, p. 6.

ANDRADE, Almir de. *Formação da Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. 2 v.

ANJOS, Augusto dos. *Eu e Outras Poesias*. 36 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

ARAUJO, Acrísio T. *História de Sergipe*. 2. ed. Aracaju: J. Andrade, 1967.

ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. *Obra Crítica*. Rio de Janeiro: MEC/ Casa de Rui Barbosa, 1960. v. 2, p. 335-358: História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Felisbelo Freire. p. 338.

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. v. 2. p. 703-708.:Evolução.

_____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986, v.3. p. 809-835: A Nova Geração.

ÁVILA, Fernando Bastos de. *Introdução à Sociologia*. 5. ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1976.

AZEVEDO, Thales de. *As Ciências Sociais na Bahia*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

BANN, Stephen. *As Invenções da História*. São Paulo: UNESP, 1994.

BANTON, Michel. *A Idéia de Raça*. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARBOSA, Francisco de Assis. (org) *Idéias Políticas de João Pinheiro*. Brasília: Senado Federal, 1980.

BARRETO, Tobias. *Crítica de Religião*. 2. ed. e Notas de Luís Antônio Barreto. Brasília: INL, Rio: Record, 1990.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo: Editora Convívio/ EDUSP, 1986. 440p.

BARTHES, Roland. "O Discurso da História em O Rumor da Língua. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 145-157.

BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BENVENISTE, Emile. *Civilização-contribuição à história da palavra*. Em: *Problemas de Linguística Geral*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991, p. 371-381, p. 375.

BLOCH, Marc. *Introducción a la Historia*. 2. ed. Mexico: FCE, 1992.

BLOCH, Oscar; WARTBURG, W. *Dictionnaire Etymologique de Langue Française*. Paris: PUF, 1980, p. 129.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1986.

_____. *Dialética da Colonização*. 3. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995. (capítulo 9).

BOTTOMORE, Tom. "Classe" In: *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988 p. 61-64.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. org. de Renato Ortiz. São Paulo: Ática, 1983a.

_____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983b.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Razões Práticas*. Campinas: Papyrus, 1996.

BREHIER, Emile. *História de la Filosofia*. Buenos Aires: Sudamericana, 1962, v.3.

BRUYNE, Paul; HERMANN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc de. *Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1991.

CARNEIRO, Paulo. (org) *Idéias Políticas de Júlio de Castilhos*. Brasília: Senado Federal, 1982.

CARONE, Edgard. *O Pensamento Industrial no Brasil*. São Paulo: Difel, 1977.

CHACON, Vamireh. *O Humanismo Brasileiro*. São Paulo: Sumus, 1980.

_____. *História das Idéias Sociológicas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1977.

COLLICHIO, Terezinha Alves Ferreira. *Miranda Azevedo e o Darwinismo no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

COLLIVA, Paolo. "Povo." In: BOBBIO, N. e outros (org). *Dicionário de Política*. 2. ed. Brasília: EDUNB, 1986, p. 996-997.

COSER, Lewis, A. "Herbert Spencer". Em *Masters of Sociological Thought*. Nova York: Harcourt Brace Davanovich, Inc. 1973. p. 88-127.

COSTA, João Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

COUTINHO, Afrânio. *A Crítica Naturalista e Positivista*. In: *A Literatura no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986. v. 4, p. 21-68.

CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p. 187.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. "Estrutura, Signo e Jogo no Discurso das Ciências Humanas" In: MACKSEY, Richard e DONATO, Eugênio, (org) *A Controvérsia Estruturalista*. São Paulo: 1976, p. 260-284.

DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Porto Alegre: Rés, 1988.

_____. *Do Espírito*. Campinas: Papyrus, 1990a

_____. [Entrevista] In: *Entrevistas le Monde: Filosofias*. São Paulo: Ática, 1990b, p. 71-82.

_____. *Limited Inc*. Campinas: Papyrus, 1991a.

_____. *Farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 1991b.

_____. *A Voz e Fenômeno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

_____. *Espectros de Marx*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

_____. *Salvo o Nome*. Campinas: Papyrus, 1995a.

_____ . *Paixões*. Campinas: Papyrus, 1995b.

_____ . *Khôra*. Campinas: Papyrus, 1995c.

DOSSE, François. *A História em Migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1992.

DURANT, Will. *História da Filosofia*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

EGAS, Eugênio. *Necrológicos: 1916-1919*. São Paulo: Typ. Siqueira & Cia, 1919. p. 34-35.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

EVANS-PRITCHARD, E.E. *História do Pensamento Antropológico*. Lisboa: Ed. 70, 1989.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979, v. 2 (capítulos 13 e 14).

FARIA, Eduardo. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Typ Lisboense, 1851, v. 2. A 1ª edição deste dicionário é de 1849.

FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, t. 88, v. 142, p. 141-194, 1920.

FEBVRE, Lucien. *Civilisation*. Paris: La Renaissance du Livre, 1930.

FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1980.

FEUTER, E. *História de la historiografia Moderna*. Buenos Aires, Nova, 1957. v. II.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. *História Política de Sergipe*. Aracaju: J. Andrade, 1986, v.1.

FONTES, José Silvério Leite. *Vultos da Historiografia Brasileira: Felisbello Freire. Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: n° 49, set. 1973.

FORTES, Bonifácio. Felisbello Freire - O homem público, o escritor e o constitucionalista. *Revista da Faculdade de Direito, Aracaju*, 1958. v. 5, n°5, p. 226-275.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

FRANCA, Leonel. *Noções de História da Filosofia*. 23. ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1987.

FRANCO, Afonso Arinos de Mello. "Povo (Política)" In: *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p. 953-955.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, Laudelino. *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 1421-1422 - A 1ª Ed. é de 1940-1944.

FREUND, Julien. *As Teorias das Ciências Humanas*. Lisboa: Socicultur, 1977. p. 110.

FUETER, ED. *História de la Historiografia Moderna*. Buenos Aires: Editorial Nova, 1953, v. 2.

GAY, Peter. *O Estilo na História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925. p. 83

GOLDTHORPE, John H. "Herbert Spencer (1820-1903). In: RAISON, Timothy (org.), *Os Percursos das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. p. 83-91.

GUANABARA, Alcindo. Resenha. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 6-9 maio 1894. Apud FREIRE, Felisbelo. *História Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil*. 2. ed. Brasília: UNB, 1983. p. 16-25.

HAUAISS, Antonio. "Povo (Filologia)" In: *Dicionário de Ciências Sociais*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p. 251-253.

HEGENBERG, Leônidas. *Explicações Científicas*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

HERDER, J. H. "Idéias para a Filosofia da História. In: *Teorias da História*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 43-59.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 803.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Ranke. In: RANKE, Leopold, von. *História*. Org. de SBH. São Paulo: Ática, 1973. p. 7-62. p.33.

KAPLAN, A. *A Conduta na Pesquisa*. São Paulo: Herder/EDUSP, 1969.

KONDER, Leandro. *A Derrota da dialética: a recepção das idéias de Marx no Brasil, até o começo dos anos trinta*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LANGLOIS, C,V; SEIGNOBOS, Ch. *Introduction aux Etudes Historiques*. Paris: Hachete, 1902.

LAPA, Manuel Rodrigues. *Estilística da Língua Portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *El Nacimiento de la Historiografía Moderna*. Barcelona: Martinez Rocca, 1977.

LINS, Ivan. *História do Positivismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional,

LOWIE, Robert. *História de la Etnologia*. Mexico: FCE, 1946; 1967.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura Social da República das Letras*. São Paulo: Grijalbo, 1973.

_____. *Da Vigência Intelectual*. São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 1968.

_____. *Estrutura Social da República das Letras*. São Paulo: Grijalbo, EDUSP, 1973.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. 3. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Pólis, 1985.

MARROU, H. I. *Do Conhecimento Histórico*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1975. p. 131-150; BLOCH, Marc. *Introducción a la História*. México: FCE, 1992.

MARTIUS, Karl F. P Von. Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, n.º. 24, jan. 1845.

MELLO, Luís Gonzaga de. *Antropologia Cultural*. Petrópolis: Vozes., 1982. Especialmente o capítulo "Evolucionismo Cultural".

MERCADANTE, Paulo. Felisbello Freire, um vulto da Ilustração Brasileira. In: FREIRE, Felisbello. História de Sergipe. 2. ed. Petrópolis: Vozes, Aracaju: Governo do Estado, 1977. p.11-18.

MERCIER, Paul. História da Antropologia. Lisboa: Teorema, 1986.

MERQUIOR, José Guilherme. De Anchieta a Euclides. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

MICELI, Sérgio. Poder, Sexo e Letras na República Velha. São Paulo: Perspectiva, 1977.

_____. (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.

MORA, Jose Ferrater. Dicionário de Filosofia. 5. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1971. p. 849-856: História.

MORAES, Rubens Borba de; BERRIEN, William (org.). Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.

NISBET, Robert. História da Idéia de Progresso. Rio de Janeiro: INL, Brasília: UNB, 1980.

NOGUEIRA, Oracy. "A Sociologia no Brasil". In: FERRI, Mário Guimarães e MOTAYAMA, Shozo (org.), História das Ciências no Brasil. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979-1981. v.3.

NUNES, Maria Thetis. Felisbelo Freire, o historiador. *Caderno do Estudante*. Aracaju, n°4, 1987.

PADOVANI, H. *História da Filosofia*. 4. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

PAIM, Antonio. *A Filosofia da Escola do Recife*. Rio de Janeiro: Saga, 1966.

_____. *História das Idéias Filosóficas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1974.

PERRONE - MOISÉS, Leila. "Outras Margens". *Folha de São Paulo*. São Paulo, 3 dez. 1995. Mais, p. 6.

PETRONE, Pasquale. "Geografia Humana". FERRI, Mário G. ; MOTAYAMA, Shozo (org.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979-1981.

PINHEIRO, Silvestre Ferreira. *Idéias Políticas*. Rio de Janeiro: PUC, 1976.

PINTO, Estevão. *A Antropologia Brasileira*. Recife: Nordeste, 1952.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. "Desenvolvimento das Ciências Sociais na América Latina e Contribuição Européia: o caso brasileiro". *Ciência e Cultura*. São Paulo, 41(4), abril, 1989.

_____. O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS/Cortez, 1986.

QUEIROZ, Suely R. de. Os Radicais da República. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REALE, Miguel. "Culturalismo e Natureza Tropical". *Humanidades*, Brasília, 1(2):69-79, jan./mar. 1983.

REIS, Carlos e LOPES, Ana Cristina M. Dicionário de Teoria da Narrativa. São Paulo: Ática, 1988.

RIOS José Artur. "Classe Social" In: Dicionário de Ciências Sociais. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p.195-197.

RODRIGUES, Anna R. A Geração de 70. *Ciências Humanas*, v. 5, n. 16, p. 20-27.

RODRIGUES, Ricardo V. O Fenômeno do Cientificismo na Cultura Brasileira. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, jan-mar. 1991, nº 39, v. 161, p. 17-31.

ROMERO, Sílvio. *Obra Filosófica*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1969.

SAHLINS, Marshal. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SALDANHA, Nelson. *A Escola do Recife*. 2. ed. São Paulo: Convívio; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

SANT'ANNA, Moacir Medeiros de. *Elyσιο de Carvalho, Um Militante do Anarquismo*. Maceió: Arquivo Público de Alagoas; Rio de Janeiro: Secretaria de Cultura-MEC, 1982.

SANTOS, Thetonio dos. *Conceitos de Classes Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nacional, 1979.

SENNÁ, Homero, *República das Letras*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário de Língua Portuguesa*. ed. facsimilar da 2. ed. de 1813. Rio de Janeiro: Litho - Typographia Fluminense, 1922. p. 461-462.

SILVA, José Calazans Brandão da. *Aracaju e outros temas sergipanos*. Aracaju: FUNDESC, 1992. p. 14-15.

SKIDMORE, Tomaz. *O Preto no Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SODRÉ, Néelson Werneck. *O Naturalismo no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1992.

_____. *O que se deve ler para Conhecer o Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 377p.

SPENCER, Herbert. *Lei e Causa do Progresso/Utilidade do Anthropomorphismo*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1889.

_____. *Princípios de Sociologia*. Ed. resumida por Fernando Vara. Buenos Aires; Revista de Occidente, 1947. 2. ed. v. 2. p. 150-156.

STUDART, Guilherme. Francisco Pinto e Luiz Figueira. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, t. 17, p. 51-96, 1903.

TAPAJÓS, Vicente; TÓRTIMA, Pedro. *Dicionário Bibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Rio de Janeiro: IHGB, 1991-1993. 4 v.

TYLOR, E.B. *Primitive Culture*. Nova York: Harper, 1958.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1983.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: História Cultural e Polêmicas Literárias no Brasil - 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. *Teoria, Crítica e História Literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1977.

VIEIRA, Domingos. *Grande Dicionário Português ou Tesouro da Língua Portuguesa*. Porto Alegre: Chardron e Moraes, 1873. v. 2.

VITA, Luis W. *Momentos Decisivos do Pensamento Filosófico*. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

WHITE, Hayden. *Meta-História*. São Paulo: EDUSP, 1992.

WYNNE, J. Pires. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1970 v. 1.

Abordar a obra historiográfica de Fellsbelo Freire é um esforço para reverter a amnésia em memória. Trata-se de resgatar o pensamento de um historiador olvidado na história da historiografia brasileira. Mesmo considerando que o campo padece de uma grande rarefação, nele FF não tem merecido uma apreciação condizente com a importância da sua produção.

Francisco José Alves

